

SÉRIE EXTENSÃO

DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL À INOVAÇÃO SOCIAL SENSÍVEL À DIVERSIDADE CULTURAL

EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

ORGANIZADORES:

JOSÉ MARCOS FROELICH

HECTOR DOS SANTOS FACCO

LUCAS MORETZ-SOHN DAVID VIEIRA

JÉSSICA RIGHI DE OLIVEIRA

VIVIEN DIESEL



UFSC
Pró-Reitoria de
Extensão



editora ufsc

SÉRIE EXTENSÃO

DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL À INOVAÇÃO SOCIAL SENSÍVEL À DIVERSIDADE CULTURAL

EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

ORGANIZADORES:

JOSÉ MARCOS FROEHLICH

HECTOR DOS SANTOS FACCO

LUCAS MORETZ-SOHN DAVID VIEIRA

JÉSSICA RIGHI DE OLIVEIRA

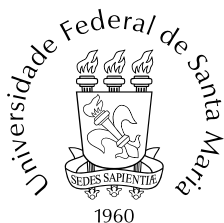
VIVIEN DIESEL



UFSC
Pró-Reitoria de
Extensão



editora ufsc
SANTA MARIA, RS - 2025



Reitor: Luciano Schuch

Vice-reitor: Marta Bohrer Adaime

Pró-reitor de Extensão: Flavi Ferreira Lisboa Filho

Diretor da Editora: Enéias Tavares

Conselho editorial: Adriano Mendonça Souza, Alcyr Luciany Lopes Martins, André Valle de Bairros, André Zanki Cordenonsi, Enéias Tavares (Presidente), Fernanda Alice Antonello Londero Backes, Graziela Inês Jacoby, Jucemara Antunes, Lana d'Ávila Campanella, Marcelo Battesini, Odailso Sinvaldo Berté, Paulo Roberto da Costa, Raone Somavilla, Ricardo de Souza Rocha, Rosani Marisa Spanevello e Sara Regina Scotta Cabral.

Revisão de texto: Giana Bess

Projeto gráfico: Gilberto de Moraes Jr. e Gustavo de Souza Carvalho

Diagramação: Pamela Fuzer

Supervisão Gráfica: Gustavo de Souza Carvalho

© 2025, José Marcos Froehlich, Hector dos Santos Facco, Lucas Moretz-Sohn David Vieira, Jéssica Righi de Oliveira e Vivien Diesel

D631 Do desenvolvimento territorial à inovação social sensível à diversidade cultural [recurso eletrônico] : experiências e práticas extensionistas / organizadores: José Marcos Froehlich ... [et al.]. – Santa Maria, RS : Ed. UFSM : UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, 2025.

1 e-book : il. – (Série Extensão)

1. Extensão universitária 2. Desenvolvimento territorial
3. Extensão rural 4. Inovação social 5. Diversidade cultural
6. Gestão social 7. Inclusão socioprodutiva I. Froehlich, José Marcos

CDU 378.4

ISBN 978-65-88636-11-4

Ficha catalográfica elaborada por Lizandra Velela Arabidian - CRB-10/1492
Biblioteca Central – UFSM


Associação Brasileira
das Editoras Universitárias


editora ufsm


UFSM
Pró-Reitoria de
Extensão

Direitos reservados à:

Editora da Universidade Federal de Santa Maria

Prédio da Reitoria – Campus Universitário – Camobi – CEP: 97105.900 – Santa Maria, RS
(55) 3220.8610/8115 – editora@ufsm.br – www.ufsm.br/editora

A **Série Extensão** prevê a disseminação digital e/ou impressa de livros inéditos de produção acadêmica na Extensão Universitária, que tenham como prioridade a comunidade externa, desenvolvidos por docentes e outros, em conjunto com estudantes que desenvolvam Programas e Projetos de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com recomendada atenção às comunidades ou aos grupos atendidos por Ações de Extensão.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
---------------------------	----------

SEÇÃO 1

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL	12
--	-----------

CAPÍTULO 1

FLEXIBILIDADE, ALONGAMENTO, MOBILIDADE ARTICULAR E FLEXIONAMENTO: DEFINIÇÕES E CONTRAPOSIÇÕES	13
--	-----------

SEÇÃO 2

A UNIVERSIDADE COMO ATOR DA POLÍTICA

DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:

ATUAÇÃO EXTENSIONISTA E APRENDIZADOS

METODOLÓGICOS SOBRE GESTÃO SOCIAL	26
--	-----------

CAPÍTULO 2

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BRASILEIRA E A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE	27
--	-----------

CAPÍTULO 3

A ATUAÇÃO DO NEDET-UFSM NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TERRITÓRIO CENTRO SERRA (RS)	42
---	-----------

CAPÍTULO 4

APRENDIZADOS METODOLÓGICOS: A ATUAÇÃO EXTENSIONISTA E A CONSTRUÇÃO DE UMA DINÂMICA MULTIDIMENSIONAL DE GESTÃO SOCIAL PARTICIPATIVA	55
---	-----------

SEÇÃO 3

A UNIVERSIDADE E OS GRUPOS EM CONDIÇÃO

DE VULNERABILIDADE SOCIAL: O TRABALHO

DESENVOLVIDO A PARTIR DO PROGRAMA DE

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	77
--	-----------

CAPÍTULO 5

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS GRUPOS RURAIS EM CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	78
--	-----------

CAPÍTULO 6	
A INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS ATRAVÉS DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA VINCULADOS AOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	86
 SEÇÃO 4	
A UNIVERSIDADE E OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: A INOVAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA MOBILIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL.....	112
 CAPÍTULO 7	
BUSCANDO A INCLUSÃO SOCIAL DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS ATRAVÉS DA INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS.....	113
 CAPÍTULO 8	
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO RIO GRANDE DO SUL.....	136
 CAPÍTULO 9	
A INCUBAÇÃO SOCIAL E SUAS REPERCUSSÕES NA INSERÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	158
 SEÇÃO 5	
A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM MODO REMOTO: O CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19 E O USO DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS.....	182
 CAPÍTULO 10	
ADEQUANDO A ATUAÇÃO DO NEDET-UFSM AO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: POTENCIALIDADES E LIMITES DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS	183
 CAPÍTULO 11	
A CONSTRUÇÃO DA VISIBILIDADE DO NEDET-UFSM NAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19	202

APRESENTAÇÃO

A presente obra constitui-se de uma produção coletiva que envolve alunos de graduação e pós-graduação, docentes, pesquisadores e extensionistas que atuam no Núcleo de Estudos e Extensão em Desenvolvimento Territorial, Territorialidades e Sustentabilidade (NEDETS), vinculados principalmente aos PPGs em Extensão Rural e em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A partir de textos livres, mas em constante diálogo científico, o registro das experiências extensionistas aqui abordadas tomam como princípio fundante da prática acadêmica a tão propalada, mas ainda pouco praticada, indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.

Para contribuir com o compromisso da universidade pública em reduzir as flagrantes desigualdades econômicas e sociopolíticas em nosso país, a extensão universitária é fundamental para o (re)conhecimento das diversas realidades e sujeitos sociais e a interação dialógica necessária para uma atuação transformadora dos contextos de opressão e privação. Sem a conexão com os problemas sociais mais prementes, a universidade pública se torna incapaz de oferecer à sociedade e ao Estado os conhecimentos, as inovações sociotécnicas e os profissionais qualificados que o mundo atual requer.

As experiências e práticas extensionistas desenvolvidas pelo NEDETS-UFSM são resultados de múltiplos esforços coletivos que mobilizaram, articularam e elaboraram um conjunto de projetos de extensão e pesquisa no âmbito da UFSM e externamente. Assim, as ações extensionistas aqui apresentadas se derivam dos seguintes projetos: *As condições territoriais: pesquisa e extensão no território Centro Serra do RS* (Chamada CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014) (registro GAP CCR 039102); *Produção e gestão quilombola em Empreendimentos Econômicos Solidários no território Centro Serra do RS: mediações e tecnologias sociais em contextos de interculturalidade* (Chamada CNPq/MTb-SENAES N° 27/2017); *Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS* (GAP CCR 045353); *Projeto Institucional da Incubadora Social da UFSM*.

Em todos esses projetos as noções de participação e gestão social, inclusão socioproductiva, interação dialógica, interculturalidade, tecnologias sociais, identidade e desenvolvimento territorial foram basilares da

abordagem teórico-metodológica proposta. Também as noções de transversalidade e interdisciplinaridade foram acionadas, o que permite que as práticas extensionistas aqui relatadas estejam em consonância com várias Áreas/Linhas da política de extensão universitária da UFSM: (Áreas) Meio Ambiente; Tecnologia e Produção; Trabalho; Direitos Humanos e Justiça. (Linhas): Desenvolvimento Regional; Questões ambientais; Desenvolvimento de produtos; Emprego e renda; Grupos sociais vulneráveis.

A história do NEDETS-UFSM remete à atuação dos docentes do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER/UFSM), especialmente daqueles vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGEXR/UFSM). Essas unidades atuam no ensino/pesquisa/extensão nas áreas de conhecimento de extensão e desenvolvimento rural e, por isso, atualizam permanentemente seus referenciais de abordagem do desenvolvimento rural. Nesse sentido, na década de 1990, observou-se uma renovação significativa nas abordagens de desenvolvimento rural com vistas a estabelecer maior correspondência com processos políticos de descentralização e participação. Nesse contexto, o grupo de pesquisa Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Rural (UFSM) realizou um seminário e publicou um livro orientado a caracterizar as discussões em curso. A obra denominada “Desenvolvimento Rural: Tendências e Debates Contemporâneos”, publicada em 2008, já anunciava a conveniência de adotar uma abordagem territorial como forma de contemplar as múltiplas funções dos territórios rurais.

Ao longo dos anos 2000, a abordagem territorial alcançou crescente destaque no meio acadêmico tanto por sua correspondência aos ideários da descentralização político-administrativa e democratização, quanto pela proposta de melhor consideração dos recursos e capacidades específicas de cada território. Tais dinâmicas sociocientíficas se refletiram nos projetos de pesquisa/extensão conduzidos no âmbito do DEAER/PPGEXR, evidenciando a importância de temas como políticas públicas de desenvolvimento rural, assistência técnica e extensão rural, multifuncionalidade e novas ruralidades, identidades socioculturais e estratégias de desenvolvimento territorial, como as reflexões compiladas na obra *Desenvolvimento Territorial – Produção, Identidade e Consumo*, publicada em 2012, são ilustrativas.

Ao mesmo tempo que a abordagem do desenvolvimento territorial recebia crescente destaque na academia, a partir do século XXI houve um esforço do governo brasileiro para sua institucionalização enquanto base para formulação de políticas de desenvolvimento para a agricultura

familiar. Nesse sentido, destaca-se a formação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, nesse, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), à qual coube a formulação e implementação da política pública de desenvolvimento para territórios da agricultura familiar. Embora constantemente aperfeiçoada, essa política buscou promover a gestão social do desenvolvimento em territórios selecionados. No âmbito dessa política foi lançado edital em 2014 com vistas à formação de núcleos de extensão nas instituições públicas de ensino superior que pudessem assessorar os processos de gestão dessa política pública nos territórios. Assim se formaram os diversos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial/NEDET no país. Nesse contexto, apresentou-se proposta para implementar um NEDET vinculado à UFSM, para atuação no Território Centro Serra do Rio Grande do Sul (RS). Ao mesmo tempo que tal proposta pode ser considerada inovadora, representava também um desdobramento do trabalho que, historicamente, um grupo de professores do DEAE/PPGExR vinha desenvolvendo no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Regional (COREDE – Centro), do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), no Colegiado do Território Central do RS e junto ao Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar (NESAF-UFSM).

Com efeito, a proposta da UFSM, vinculada ao Departamento e PPG em Extensão Rural, logrou aprovação na Chamada Pública CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014, constituindo-se o NEDET do Território Centro Serra do RS (NEDET CS), com atuação aderente ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e atribuições de assessoramento ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra (CODETER CS), objetivando o fortalecimento da governança territorial (gestão social) e de processos de inclusão socioprodutiva dos diferentes públicos da agricultura familiar.

A vinculação do NEDET-UFSM à política federal de desenvolvimento territorial manteve-se até 2017, quando essa política foi desarticulada. A desarticulação da política federal implicou na busca de alternativas para continuidade dos trabalhos de assessoria na gestão do desenvolvimento territorial em andamento. Em sua reconfiguração, o NEDET-UFSM buscou reforçar a atuação realizada nos marcos da política de extensão universitária da UFSM, mediante participação em edital do Fundo de Incentivo a Extensão (FIEEX) e edital da Incubadora Social da UFSM (01/2017). Ao mesmo tempo, buscou estabelecer articulação das ações realizadas no marco desses com a chamada pública de

Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários, publicado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Ministério do Trabalho e Emprego - MTb, por intermédio da Subsecretaria de Economia Solidária – SENAES (CNPq/MTb-SENAES Nº 27/2017).

Nessa reconfiguração da atuação do NEDET-UFSM, ganharam destaque os desafios da inovação social junto a grupos em condição de vulnerabilidade. O NEDET-UFSM investiu na diferenciação das ações desenvolvidas por meio de esforços da incubação social, ao destacar a vinculação dessas ações com a abordagem territorial do desenvolvimento, e com a perspectiva da economia solidária. Tais orientações conferem um potencial inovador às ações do NEDET-UFSM que justificam esforços de síntese e aprendizagens a partir de sua atuação, como as reflexões apresentadas nesta obra.

Visando adequação à nova realidade da atuação, a partir de 2019 o NEDETS-UFSM reconfigurou sua identidade, tanto visual como de proposta acadêmica. Passou a ser chamado de Núcleo de Estudos e Extensão em Desenvolvimento Territorial, Territorialidades e Sustentabilidade, destacando sua atuação como grupo de estudos, além do trabalho extensionista, pois são ações interdependentes. A nova identidade visual foi elaborada por estudantes do curso de Desenho Industrial, integrantes da equipe NEDETS-UFSM, com mudanças na sigla e na tipografia.

Figura 1 - Nova identidade visual do NEDET



Fonte: Arquivo do NEDET, 4 de julho de 2019

Recentemente a equipe do NEDETS-UFSM teve que reconfigurar, novamente, sua proposta de atuação. A reconfiguração derivou da ocorrência da pandemia do COVID-19, que se manifestou na restrição de

atividades presenciais a partir de março de 2020. A restrição nas atividades presenciais implicou na necessidade de rever as práticas de planejamento e organização de trabalho da equipe do NEDETS-UFSM (tendo em vista que essa baseava-se em reuniões presenciais), nas relações do NEDETS-UFSM com os atores externos à UFSM envolvidos nos projetos (uma vez que as saídas de campo foram limitadas), e, mesmo, a necessidade de rever as ênfases de atuação, uma vez que a crescente utilização de mídias sociais apresenta novas oportunidades, mas também desafios.

Nesse contexto, a trajetória da atuação do NEDETS-UFSM no período de 2014 a 2020 elucida um conjunto de possibilidades e desafios da extensão universitária, sobretudo nos projetos relacionados à promoção do desenvolvimento territorial rural e da inovação social junto à agricultura familiar e a grupos em condição de vulnerabilidade social. Embora a constituição do NEDETS-UFSM tenha implicado em renovação nas práticas de ensino e pesquisa, a presente obra confere destaque à atuação junto aos atores externos à UFSM prevista nos projetos de extensão.

A estrutura da obra reflete a trajetória do NEDETS-UFSM, iniciando com apresentação dos marcos políticos orientadores da extensão universitária (e por decorrência da atuação do NEDETS-UFSM) (Seção 1), e segue com a apresentação de sua atuação no contexto da política federal de desenvolvimento territorial (seção 2), sua atuação na promoção da inovação social através da incubação (seção 3); e as reconfigurações da atuação extensionista associadas à pandemia do COVID-19 (seção 4). Na abordagem da atuação em cada seção, busca-se descrever as ênfases e desafios do trabalho, destacando os aprendizados e as inovações promovidas pela equipe.

Assim, espera-se que a obra contribua para a maior circulação e visibilidade dos princípios, orientações, ações e avanços sociais relacionados à atuação da extensão universitária da UFSM no contexto social, regional e nacional em que essa se insere.

José Marcos Froehlich¹

¹ Professor titular do DEAR/PPGExR e do PPGCSociais da UFSM; Coordenador do NEDETS-UFSM e do “Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS”; coordenador institucional do grupo Associação Quilombola Linha Fão na Incubadora Social da UFSM. Pós-Doutor em Antropologia Social e professor visitante (CAPESPrint) na Universidad de Sevilla (Espanha). Tem interesse nos temas das identidades socioterritoriais, discursos e estratégias de desenvolvimento territorial e sustentável.

SEÇÃO 1

***EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL NO BRASIL***

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Alisson Vicente Zarnott¹

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo realiza um breve resgate sobre o surgimento da Extensão Universitária no Brasil para, posteriormente, apresentar os marcos políticos orientadores da Extensão atualmente. Feita essa caracterização é apresentada a proposta que orienta as ações no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria. Essa reconstrução utilizará como referência, fundamentalmente, a Política Nacional de Extensão Universitária construída no âmbito do Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras e a Política de Extensão Universitária da UFSM. Ao final, são apresentados elementos sobre a abordagem territorial do desenvolvimento que será aprofundada nos capítulos seguintes.

Esta estrutura argumentativa visa apresentar os elementos que ancoram a tese deste capítulo, qual seja: para a efetivação de uma Extensão Universitária crítica, socialmente ancorada e transformadora, os

¹ Professor do DEAER/PPGExR da UFSM, membro do NEDET, coordenador institucional do grupo Associação Quilombola de Júlio Borges junto à Incubadora Social da UFSM. É Doutor em Extensão Rural pela UFSM, dedicando-se ao estudo do desenvolvimento rural, políticas públicas, reforma agrária, assistência técnica e extensão rural.

territórios são a unidade de planejamento e ação mais indicada (com seu espaço, públicos, instituições, identidades, organizações) a interagir com a universidade.

Ao longo dos demais capítulos da presente obra, os elementos empíricos apresentados demonstrarão que a experiência do NEDET-UFSM ilustra o potencial da relação Extensão Universitária e Desenvolvimento Territorial.

2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 28).

No Brasil, o surgimento de atividades de Extensão Universitária data do início do século XX, concomitante à expansão do Ensino Superior no país. Segundo Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - FORPROEX (2012), as primeiras experiências foram cursos e conferências realizados em 1911 na Universidade de São Paulo.

Posteriormente, com a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa - ESAV (atual Universidade Federal de Viçosa), as ações de extensão passaram a ser incorporadas como ação da universidade cujo objetivo era contribuir com a modernização do rural brasileiro. Por influência da experiência dos *Land-Grant Colleges* criados nos Estados Unidos, o governo de Minas Gerais convidou o professor norte-americano Peter Henry Rolfs para dirigir a instalação da ESAV. Com inspiração na experiência das *Farmers Weeks*, em 1929 foi realizada a 1ª Semana do Fazendeiro de Viçosa, evento considerado um dos principais marcos das ações de Extensão Universitária e que vem sendo realizado anualmente até os dias atuais.

A década de 1960 marca novamente as universidades brasileiras. Nesse período, além do cerceamento de liberdades imposto pelo golpe militar de 1964, ocorreu um processo de expansão do ensino superior através

da criação de universidades federais e a promulgação da Reforma Universitária de 1968. A Lei Básica da Reforma Universitária, Lei nº 5.540, de 1968, instituiu em seu Artigo 20º a Extensão Universitária ao afirmar que:

As universidades e as instituições de ensino superior estendem-se à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes (BRASIL, 1968).

O Artigo 40 da Lei 5.540/68 definiu que “[...] por meio de suas atividades de extensão [as universidades] proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento [...]”, indicando claramente o viés modernizador que nortearia as ações de Extensão Universitária do período.

A Reforma oficializou as aspirações que já estavam em curso anteriormente, operacionalizadas por duas iniciativas que impactaram diretamente a Extensão Universitária: a criação dos Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC, em 1966) e a criação do Projeto Rondon (1967).

Segundo FORPROEX (2012), apesar do caráter cooptativo desses dois projetos, é necessário reconhecer que esses proporcionaram ao estudante universitário importantes experiências de contato com comunidades rurais, abrindo novos horizontes e “[...] possibilitando-lhe espaços para contribuir para a melhoria das condições de vida da população do meio rural” (FORPROEX, 2012, p. 12-13). Em relação à afirmação final - sobre a melhoria das condições de vida das populações rurais que receberam estudantes do Projeto Rondon -, cabe uma ressalva em relação ao papel modernizador (e excludente) que orientava a ação desses projetos, pois é necessário distinguir a possibilidade de interpretação crítica da realidade brasileira possibilitada aos estudantes em função do convívio com as comunidades rurais até então invisibilizadas para a universidade.

A luta pela redemocratização foi travada no seio de toda a sociedade brasileira, nos sindicatos, nos movimentos sociais do campo, na juventude e também nas universidades. Além da redemocratização política discutiu-se também a democratização e o direcionamento da ação das instituições, dentre elas as universidades. Nesse contexto, foram fortemente questionadas a concepção de universidade pública, suas práticas de ensino, pesquisa e

extensão (nesse campo, discutiu-se especialmente a visão assistencialista predominante até então, e executada pelos CRUTAC e Rondon, já mencionados).

Nesse sentido, a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em 1987², foi um marco muito importante, pois possibilitou as condições para que a comunidade acadêmica pudesse discutir e redefinir o sentido da Extensão Universitária. No I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 1987, um novo conceito foi pactuado:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico (FORPROEX, 2012, p. 15).

Também pontuou que, nesse processo educativo, docentes e discentes construirão aprendizados que, submetidos à reflexão teórica, serão agregados aos conhecimentos acadêmicos.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 2012, p. 15).

Para Gadotti (2017), a criação do FORPROEX e a formulação proposta - reconhecendo que a Extensão Universitária é uma “via de mão dupla” entre universidade e sociedade, onde o saber acadêmico e o saber popular se encontram - foram fundamentais para incorporação dessas ideias na Constituição de 1988, pois, em consonância com as definições

2 Atualmente denominado Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras.

pactuadas no FORPROEX, o artigo 207 da Constituição de 1988 preceitua a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Na esteira dos debates realizados pelo FORPROEX, outra iniciativa importante que contribuiu com a institucionalização da Extensão Universitária foi a elaboração e aprovação do Plano Nacional de Extensão em 1998. No entanto, cabe reconhecer que o primeiro Plano foi pouco efetivo.

Por sua vez, os Planos Nacionais de Educação de 2001 e de 2014 deram mais um passo significativo para a institucionalização da Extensão Universitária, pois determinaram que 10% da carga horária dos currículos de graduação fosse direcionada para projetos ou programas de extensão. Segundo Gomez, Dalla Corte e Rosso (2019), essa definição trouxe grandes desafios às universidades. Acrescentaria que trouxe também resistência por parte de setores universitários e evidenciou barreiras à sua implementação, pois apesar da determinação datar de 2001 (Meta 23 do Plano Nacional de Educação para o decênio 2001-2010), ainda estão sendo discutidas formas de concretizá-la, e a grande maioria dos cursos ainda não atende ao requisito de 10% de carga horária destinada a ações de extensão. Em relação às premissas da Extensão Universitária, a Política Nacional de Extensão Universitária assim define os avanços obtidos com a discussão do período e a síntese formulada nos Planos:

Estava superada a concepção de que a Extensão Universitária seria simplesmente um conjunto de processos de disseminação de conhecimentos acadêmicos por meio de cursos, conferências ou seminários; de prestações de serviços, tais como assistências, assessorias e consultorias; ou de difusão de conhecimento e cultura por meio de eventos diversos e divulgação de produtos artísticos (FORPROEX, 2012, p. 17).

Apontava-se claramente, portanto, que a Extensão Universitária deve se tornar o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como da difusão desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades, configurando-se como “uma via de mão dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de ‘interação dialógica’ que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública” (FORPROEX, 2012, p. 17).

Assim definida, percebe-se claramente uma mudança na concepção de universidade e na concepção do processo de formação acadêmica nas universidades. A universidade passa a ser um ator social comprometido com a transformação da realidade social na qual está inserida; o processo de formação acadêmica passa a ser interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, orientado pelas demandas reais identificadas na relação universidade e sociedade.

Segundo Nogueira (2000), a partir dessa concepção geral as diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária, pactuadas no FORPROEX, são a interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; impacto na formação do estudante; e impacto e transformação social. Com base no apresentado na FORPROEX (2012), passemos à apresentação do que consubstancia cada diretriz.

A interação dialógica é definida como uma relação baseada no diálogo e na troca de saberes, valorização do conhecimento não acadêmico, tradicional e prático presente nas comunidades e grupos sociais. A partir da interação desses conhecimentos científico e popular a produção de um conhecimento novo que contribua com a superação da desigualdade e exclusão social. Trata-se de superação da perspectiva anterior de hegemonia do conhecimento científico-acadêmico, bem como da perspectiva modernizante vigente anteriormente.

A interdisciplinaridade e a interprofissionalidade visam superar a visão fragmentada e especializada que caracterizou a ciência e o fazer acadêmico universitário. Busca-se uma visão mais sistêmica, atenta à complexidade e que, por isso, exige a participação e interação de vários campos do conhecimento, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas que juntos podem oferecer uma análise acurada (a partir de seus conhecimentos específicos) e abrangente (através da interação desses conhecimentos específicos). A não redução ou fragmentação de problemas complexos é um desafio, e a interdisciplinaridade é o caminho.

A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico, não como prestação de serviço ou assistencialismo à comunidade e coloca a realidade como ponto de partida para a construção do conhecimento, bem como atribui ao estudante um papel ativo na sua formação, não apenas com receptáculo dos conhecimentos dos professores, transmitidos nas aulas. Preconiza-se que as interações

realizadas nas ações de extensão também proporcionem ao estudante formação cidadã, contato e reconhecimento da realidade social onde a universidade está inserida e o coloquem – junto com a universidade – na condição de agente de transformação social. Nessa dinâmica pressupõe-se que a interação social também produzirá impactos nas ações de pesquisa universitária, pois para a resolução de muitas situações será necessária a investigação científica, no entanto, realizada também sob novas bases como afirma a Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU):

Visando à produção de conhecimento, a Extensão Universitária sustenta-se principalmente em metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo (FORPROEX, 2012, p. 32).

Somente ações extensionistas com esses formatos permitem aos atores nelas envolvidos a apreensão de saberes e práticas ainda não sistematizados e a aproximação a valores e princípios capazes de orientar as comunidades a estabelecer suas autonomias e construir seus futuros.

Nesse sentido, o impacto na formação do estudante é notável. A substituição do conhecimento transmitido em sala de aula pela interação comunitária, pela observação e discussão dos problemas reais vividos pela sociedade permite o enriquecimento experiencial do estudante, mas principalmente orienta o estudante e a universidade a produzirem e/ou mobilizarem conhecimentos socialmente referenciados e que respondem a questões reais, transformando assim o processo de aprendizado que deixa de ser uma incorporação de informações e passa a ser um processo de construção ativa e problematizadora da realidade e de suas intervenções nela.

O impacto e a transformação social também são resultados esperados. A partir da interação universidade e sociedade, especialmente da interação entre universidade e sujeitos sociais que historicamente estiveram afastados da universidade, orientada pela busca de uma ação transformadora, espera-se que a Extensão Universitária contribua com o desenvolvimento local, regional e nacional numa perspectiva emancipadora. O FORPROEX (2012, p. 36) afirma que essa diretriz “[...] imprime à Extensão Universitária um caráter essencialmente político”.

Além das diretrizes, o FORPROEX também elencou princípios básicos para a Extensão Universitária. A seguir, apresentamos resumidamente os mesmos, com base em FORPROEX (2012, p. 37).

1. A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País;
2. A Universidade não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, ela deve ser sensível a seus problemas e apelos, sejam os expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão;
3. A Universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil;
4. A ação cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
5. A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da (e sobre a) realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
6. A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

Há um reconhecimento de que a operacionalização dos princípios básicos exige, necessariamente, a articulação das ações extensionistas com as políticas públicas. A produção de conhecimento socialmente referenciado e relevante é fundamental, no entanto, as possibilidades para que tais conhecimentos sejam efetivamente influenciadores da transformação social depende também, em parte, de políticas públicas. Em relação ao rural, a história brasileira recente possui inúmeros exemplos de políticas públicas que impactaram as comunidades rurais positivamente em diversas frentes, como, por exemplo, programas habitacionais rurais, programas de acesso à água, programas de crédito rural, seguro agrícola, programas de comercialização da produção agrícola, serviços de pesquisa e extensão rural, dentre vários outros. A articulação e o diálogo da extensão universitária com as políticas públicas é quesito fundamental para ampliar e potencializar a ação e seus resultados efetivos.

Buscando a interdisciplinaridade, bem como a interconexão entre os diferentes processos de extensão em curso nas universidades é necessário prever a formulação de eixos integradores que permitam a articulação entre essas iniciativas, sua mútua potencialização e a redução de sombreamento de ações. O FORPROEX (2012) aponta três eixos integradores: Áreas Temáticas, Grupos Populacionais e Território.

O eixo Áreas Temáticas tem por objetivo nortear as ações de Extensão Universitária em oito áreas correspondentes a grandes focos de política social. São elas: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; e Trabalho.

O eixo Grupos Populacionais busca promover a integração das ações extensionistas, assim como a das políticas públicas com as quais elas se articulam, com grupos populacionais específicos, especialmente os excluídos e aqueles em situação de vulnerabilidade social.

O eixo Território demarca, em termos espaciais, a área de ação extensionista, os grupos populacionais envolvidos, as políticas públicas com as quais se articular, ou seja, o território é o campo de atuação. Segundo Gadotti (2017, p. 12) “[...] a extensão é a universidade no território”. E complementa,

Um projeto de extensão nesta perspectiva supõe um conjunto de atividades inter-relacionadas que se realizam num dado território para resolver determinadas problemáticas por meio de estratégias

explícitas. Por isso, partir da análise crítica das práticas de extensão no território e mapear todas as articulações que a Universidade tem com a sociedade, é fundamental (GADOTTI, 2017, p. 12).

O território deve ser entendido, portanto, como o espaço onde acontece o diálogo, o estudo e a intervenção. Mas como definir o território? Território não é apenas um lugar, um espaço físico como uma comunidade ou um município, suporte das atividades econômicas. Para Lacour (1985), territórios são espaços carregados de vida, de cultura e de potencial de desenvolvimento. Nas palavras de Carrière e Cazella (2006, p. 36), território “[...] é uma unidade ativa de desenvolvimento que dispõe de recursos específicos e não transferíveis de uma região para outra”.

No sentido atribuído por Carrière e Cazella (2006), territórios são configurações mutáveis, provisórias, inacabadas que são construídos na relação e interação entre os atores. No caso rural, a noção de território abre possibilidade para a incorporação da ideia de multifuncionalidade do rural e multifuncionalidade da agricultura, através do turismo rural, das atividades não agrícolas, das paisagens, dos serviços ambientais, da manutenção ou resgate de manifestações culturais (músicas, danças, rituais, comidas), ou seja, permite romper com a dualidade rural – urbano e pensar muito além da restrita visão do rural como sinônimo de produção agrícola.

Considerando a perspectiva de que territórios são construídos pela ação dos atores e que, portanto, não existe “território dado” (cuja delimitação se aproxima das fronteiras político-administrativas), mas “territórios construídos”, logo, em uma fronteira político-administrativa, como um município ou região, podemos ter vários territórios.

Um dos conceitos centrais que permitem e auxiliam a delimitação dos territórios é a identidade. Agier (2001) afirma que identidades individuais e coletivas são processos mobilizados por contextos, enraizados em uma trajetória e que permitem identificar sentidos comuns. Mas também reconhece que são transitórios, mutáveis, o que Canclini (2008) denomina de processo de hibridização, quando estruturas ou práticas que existiam de forma separada se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Um dos exemplos mais claros desse processo é a relação tradição-modernidade na globalização que, ao mesmo tempo que desenraíza e uniformiza, abre a “[...] possibilidade de que a globalização possa levar a um fortalecimento de identidades locais ou à produção de novas

identidades” (HALL, 2005, p. 83). Por isso o território é uma unidade tão rica e fundamental para a ação universitária transformadora.

Em relação à política de extensão universitária da UFSM, destacamos que ela se encontra em consonância com a Política Nacional, reproduzindo suas diretrizes e princípios básicos. A política de extensão da UFSM foi instituída pela Resolução nº 006/2019 de 29/04/2019; já a regulamentação da inserção das ações de extensão nos currículos dos cursos de graduação foi instituída pela Resolução nº 003/2019 de 11/01/2019.

Ambas dão suporte e orientação às ações de extensão da UFSM, dentre elas as ações realizadas no âmbito da Incubadora Social, com a qual o NEDET-UFSM tem parceria no trabalho de incubação social dos projetos de comunidades quilombolas, como será abordado nos próximos capítulos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da Extensão Universitária brasileira deixa transparecer claramente uma mudança de perspectiva sobre o papel da universidade na sociedade e, consequentemente, o papel da extensão universitária para a sociedade e para a universidade. Recentemente é afirmada e reafirmada a necessidade e a busca por uma universidade pública, socialmente referenciada, que contribua com a emancipação e a redução das desigualdades, sendo a extensão universitária uma ferramenta fundamental para a relação da universidade com a sociedade, para a formação crítica e responsável por estudantes e para que a universidade contribua com o desenvolvimento dos territórios nos quais está inserida.

A Política Nacional de Extensão Universitária, em seu objetivo 1º reafirma “[...] a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 9).

No entanto, é latente que a implementação desse objetivo e desta agenda está encontrando muitas dificuldades. A demora na implementação da carga horária destinada à curricularização da extensão é só um dos elementos nesse cenário. A incorporação retórica dos princípios sem efetiva mudança nas ações desenvolvidas é uma possibilidade que merece investigação no futuro.

Gadotti (2017) lembra que no passado, em muitos casos, a Extensão Universitária foi assumida como prestação de serviços de caráter assistencial ou mercantil. Em que pese a construção realizada no âmbito do FORPROEX, que resultou na formulação da Política Nacional de Extensão Universitária, essa vertente assistencialista continua existindo e com bastante inserção e força nas universidades.

A abordagem territorial do desenvolvimento será aprofundada nos capítulos seguintes e, por isso, buscou-se aqui, apenas, traçar elementos iniciais que denotem justamente o ambiente da ação do NEDET-UFSM. Da mesma forma, longe de esgotar a discussão sobre identidades socio-culturais, os elementos apresentados visavam destacar a relação entre identidade e território, também tema chave para a atuação do NEDET, especialmente no que tange à sua ação com as comunidades quilombolas, como será abordado em capítulos mais adiante.

Existem também várias experiências inovadoras e que podem contribuir significativamente com a afirmação de uma extensão universitária não assistencialista. As experiências e práticas extensionistas presentes nessa obra pretendem contribuir com esse esforço.

REFERÊNCIAS

AGIER, M. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001.

BRASIL. **Lei nº 5.540/1968** – Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. Disponível em: <lei-5540-28-novembro-1968-359201-normaatualizada-pl.pdf> (camara.leg.br). Acesso em: 12 mai. 2021.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. Ed. 4. Reimp. – São Paulo: Ed. USP, 2008, 385 p.

CARRIÈRE, J. P; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. In: Revista **EISFORIA**, Florianópolis, v. 4, n. especial, p. 23 - 48, dez. 2006.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária**: para quê? Instituto Paulo Freire. 2017. 18p. Disponível em: <[Extensão_Universitária_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf](#) (paulofreire.org)>. Acesso em: 05 jul. 2020

GOMEZ, S. R. M.; DALLA CORTE, M. G.; ROSSO, G. P. A Reforma de Córdoba e a Educação Superior: Institucionalização da Extensão Universitária no Brasil. **Rev. Inter. Educ. Sup.**, Campinas, v. 5, p. 1-21, 2019.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: ed. DP&A, 2005, 102 p.

LACOUR, C. Espace et développement: des enjeux théoriques nouveaux face aux contradictions des sociétés contemporaines. **Revue d'Economie Régionale et Urbaine**, 5: 837-847, 1985.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.). **Extensão universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFGM; O Fórum, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **Resolução nº 03/2019** - Política de Extensão da UFSM. Santa Maria, 2019. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2019/05/Pol%C3%ADtica-de-Extens%C3%A3o-da-UFSM.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

_____. **Resolução nº 06/2019** - Regulamentação da inserção das ações de extensão nos currículos dos cursos de graduação. Santa Maria, 2019. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivosIndexados&download=false&id=124768803>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

SEÇÃO 2

A UNIVERSIDADE COMO ATOR DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ATUAÇÃO EXTENSIONISTA E APRENDIZADOS METODOLÓGICOS SOBRE GESTÃO SOCIAL

CAPÍTULO 2

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BRASILEIRA E A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Jeniffer Hübner¹

Larissa Vargas Teixeira²

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo visa apresentar uma caracterização da política federal de desenvolvimento territorial à qual se vincula a criação de Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET) nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Para tanto, apresenta uma breve caracterização da abordagem territorial do desenvolvimento, a orientação e estrutura da política federal de desenvolvimento territorial brasileira vigente de 2003 a 2016 e contextualiza a criação dos NEDETs, explicitando as expectativas criadas em torno da sua atuação.

Essa contextualização permite que, nos próximos capítulos, seja abordada especificamente a atuação do NEDET Centro Serra, vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

1 Bacharel, mestre e doutoranda em Ciências Sociais pela UFSM, atuou no NEDET desde 2018 como bolsista de iniciação científica (PIBIC-CNPq), sendo responsável pela coleta e sistematização de dados junto aos projetos “Territorialidades e construções identitárias em contexto de interculturalidade” e “Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS”, desenvolvidos pelo NEDET-UFSM.

2 Estudante de graduação em Desenho Industrial pela UFSM, atua no NEDET-UFSM desde julho de 2020, sendo bolsista FIEX no projeto de extensão “Design para a Inovação Social: ações de valorização da identidade territorial e do patrimônio cultural de Comunidades Remanescentes Quilombolas”. Em face da pandemia de *Covid-19*, trabalhou na criação e desenvolvimento de peças gráficas de modo remoto.

2 ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO

A abordagem territorial do desenvolvimento surgiu com a relativização da noção de desenvolvimento, rompendo com a ótica de que o desenvolvimento é um processo homogêneo, sinônimo de crescimento econômico e que pode ser reproduzido em qualquer realidade.

No contexto da globalização, a abordagem territorial ganhou maior evidência, de modo que, cada vez mais, o enfoque do desenvolvimento se orientou ao território, e a localidade se converteu em suporte para a sociedade. Desse modo o desenvolvimento territorial é pautado pelas capacidades e recursos existentes em uma localidade e ocorre de forma endógena, ou seja, de dentro para fora. Como as capacidades e os recursos são diferentes de um território para outro, existem diferenciações, singularidades e, portanto, identidades territoriais que devem ser consideradas nos processos de desenvolvimento (ESCOBAR, 2005, 2007; MALDONADO-TORRES, 2007).

Ao constituir um processo endógeno, o desenvolvimento territorial é uma estratégia articulada junto às pessoas de um território, para, a partir da capacidade e recursos, construir um processo de mudança social. Portanto, a abordagem territorial do desenvolvimento surgiu com a intenção de alcançar desenvolvimento a partir das potencialidades e competências locais específicas.

É uma abordagem que requer participação social, articulação e engajamento dos atores sociais que vivem em um determinado território, ressaltando o seu protagonismo. A participação social é um de seus pilares e tem o intuito de promover diálogos mais horizontais, partindo de uma perspectiva de criar ações pensando junto àqueles que as constroem cotidianamente. Já o conceito de identidade territorial é considerado um conceito inovador, pois se refere à originalidade e singularidade dos territórios como fontes cruciais de distinção (GANEM, 2016 *apud* MACIEL; LACERDA; GUIMARÃES, 2017). As noções de identidade territorial, participação e gestão social são centrais para compreender a proposta de que múltiplos atores e agências podem estar à frente dos processos de intervenção (CARRIERE; CAZELLA, 2006; FAVARETO, 2007). Nesse sentido, é importante pontuar que as ações de valorização de identidades territoriais devem promover o diálogo com os agentes locais para que os

resultados alcançados sejam eficientes e coerentes com a realidade dos grupos sociais envolvidos (MELLO *et al.*, 2011).

Ao atuar no desenvolvimento territorial é importante analisar quais são os recursos existentes nos territórios, sejam esses naturais, sociais, culturais ou produtivos, ponderando se as condições institucionais são efetivas para o desenvolvimento endógeno, ou seja, se propiciam que se mobilizem os recursos disponíveis no território para promover o seu desenvolvimento. Nesse sentido, é possível apontar que os processos de mobilização do desenvolvimento são diferentes e ocorrem de acordo com os recursos e contexto de cada território. Assim, é importante criar propostas e estratégias de desenvolvimento territorial que sejam exequíveis e que se adaptem às condições reais observadas nos territórios (BALEM; SILVA; FROEHLICH, 2016).

3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL

Segundo Delgado e Leite (2011, p. 431), no Brasil a discussão sobre desenvolvimento territorial ocorreu a partir da “observação da persistência interligada da pobreza rural e da desigualdade social e regional, e enquadra-se na discussão mais ampla sobre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade”. Assim, os obstáculos, desafios e limites que levaram à implementação do desenvolvimento territorial são bastante palpáveis. Ressalta-se que a política territorial surgiu com o intuito de minimizar situações de pobreza e de desigualdades sociais e regionais; sendo assim, considera-se fundamental que as políticas públicas e os programas governamentais de fomento tenham em vista conduzir estratégias que pensem a partir dos recursos dos territórios para efetivar o empoderamento dos atores sociais (BALEM; SILVA; FROEHLICH, 2016; BRASIL, 2005).

No Brasil tem ocorrido iniciativas em favor da promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial a favor da mobilização dos atores locais. Um dos primeiros marcos importantes foi o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, que tinha o objetivo de beneficiar agricultores familiares

na destinação de recursos para infraestrutura. Esse programa constitui um antecedente das políticas públicas de desenvolvimento territorial propriamente ditas. Em 2003 foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) para formular e implementar as políticas públicas de desenvolvimento territorial no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), culminando com a institucionalização da Política de Territórios Rurais em 2003 no Governo Lula, com foco no planejamento dos territórios rurais.

A Política Nacional de Territórios Rurais postulava “o território rural como foco do planejamento e da gestão de programas de desenvolvimento rural sustentável, a partir das inter-relações, articulações e complementaridades entre os espaços rurais e urbanos” (BRASIL, 2003). Para analisar e subsidiar essa política foi estabelecido o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), órgão colegiado integrante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, formado por membros do Governo e da Sociedade Civil, cabendo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial secretariá-lo (BALEM; SILVA; FROEHLICH, 2016).

Como marcos importantes na trajetória de institucionalização das políticas de desenvolvimento territorial destaca-se a criação de diversos programas: Programa de Territórios Rurais de Identidade e o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) em 2003; e o programa denominado Territórios da Cidadania, estabelecido em 2008. Esses programas visaram a gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais (BALEM; SILVA; FROEHLICH, 2016).

Dentre esses programas destaca-se o PRONAT, criado com o principal objetivo do incremento da qualidade de vida da população dos territórios rurais, a partir do incentivo de institucionalidades representativas, que organizassem os públicos da agricultura familiar, buscando estratégias de planejamento, fortalecimento dos atores territoriais, dinamização e diversificação econômica dos territórios, além da implementação e integração de políticas públicas; essas estratégias estruturadas na participação social, objetivando a redução das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 2005).

A gestão da política territorial contou com um comitê federal, estadual e localmente com colegiados territoriais. Cada território elaborou seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), que deveria ser atendido pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT).

4 A DELIMITAÇÃO DOS TERRITÓRIOS NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BRASILEIRA

Em sua etimologia, território é uma palavra que deriva do vocábulo latino correspondente a terra. Quando analisada a situação de grupos em condições de vulnerabilidade social, especialmente de comunidades tradicionais, pode-se dizer que território é uma palavra que possui duplo sentido, a materialidade, a terra e os sentimentos que o território inspira, por exemplo, angústia para quem não tem sua posse garantida, e pertencimento para quem vive e se identifica com ele. Os conflitos em relação a territórios são históricos e atravessados por muitos vetores, políticos e econômicos. Entretanto, o que se sobressai na dinâmica histórica dos conflitos relacionados a territórios é o sentido da sobrevivência, da vida que está atrelada ao território. Para Haesbaert (2001, 2004), o território está ligado a diversos aspectos, ultrapassando a função e o ter. Ele condiz em essência ao ser, esse sentido de ser, ligado ao território, nos traduz que perder o território é igual a desaparecer. Assim, compreendemos que o território está amplamente ligado à produção da vida. A materialidade, o sentimento e o princípio espiritual estão em consonância para formar o sentido de território, especialmente para comunidades tradicionais.

No contexto da política pública, o conceito de território, de modo geral, significa um espaço socialmente organizado, caracterizado por espaço determinado e fluxos, ou seja, por lugares e pessoas interagindo. Os fluxos são econômicos, culturais, políticos e, sobretudo, humanos. No contexto contemporâneo da globalização há fluxos intensos, e os territórios tendem a se influenciar ainda mais. Pois estão inseridos em uma dinâmica social que é capaz de articular, a partir de pontos distintos, relações de trocas, sejam elas simbólicas, materiais, econômicas ou políticas. Assim, as fronteiras entre os territórios se tornam mais complexas e seus limites são estabelecidos de forma mais flexível, já que existe uma maior interação de informações e de diferentes modos de vida e identidades (HAESBAERT, 2001, 2004).

Nos documentos que balizam a política federal de desenvolvimento territorial brasileira conceitua-se território como:

Um espaço físico geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais - tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições - e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2005, p. 7-8).

Os territórios rurais delimitados pela política territorial buscaram valorizar o público prioritário do MDA, agricultores familiares, assentados de reforma agrária, mulheres rurais, juventude rural, povos e comunidades tradicionais, conjuntamente à consideração da conformação do perfil econômico e ambiental das microrregiões. Na delimitação dos territórios, a estratégia traçada (como parte do Programa Territórios de Identidade) buscava compreender a identidade de cada território em um processo que visava reafirmar e valorizar a cultura dos territórios.

No PRONAT a delimitação dos territórios rurais considerou critérios específicos para a seleção, dentre esses destaca-se a maior concentração de agricultores familiares, o número de projetos de Reforma Agrária e famílias assentadas, a presença de populações tradicionais (como pescadores, quilombolas e indígenas). Além disso, os critérios de seleção postulavam municípios com até 50 mil habitantes, com densidade populacional menor que 80 habitantes/km², com maior concentração do público prioritário do MDA (BRASIL, 2005).

Esses critérios devem ser ponderados recuperando-se os princípios da abordagem territorial de desenvolvimento que advogam que o que caracteriza um território é a sua identidade histórica e cultural, o seu patrimônio natural, a organização e a capacidade de mudança, e que no contexto globalizado o território passou a desenvolver um novo papel a partir de sua identidade, singularidades e potencialidades. Assim, cada território é único e detentor de características, práticas e significados próprios. Como propõe Haesbaert (2001, 2004), a partir das especificidades de um território é possível acionar e valorizar as suas expressões identitárias em nome do desenvolvimento territorial.

5 A GESTÃO SOCIAL NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BRASILEIRA

A abordagem do desenvolvimento territorial aponta para diferentes caminhos segundo as características e recursos de cada território. Por isso, é importante contextualizar historicamente o território, tendo em vista a sua inserção em relações sócio-históricas de poder. As atividades de gestão social devem ser pautadas pela percepção das especificidades do território, buscando contribuir para uma nova forma de gestão pública, a partir dos territórios e pela presença da figura do gestor social que se contrapõe à figura do gestor centralizador. Esse novo gestor deve ser facilitador do desenvolvimento do território, ampliando os espaços de participação social (CARRIERE; CAZELLA, 2006; FAVARETO, 2007). Assim, a função do gestor social (mediador) tem um caráter de mediar as relações entre o Estado e a sociedade, pois coloca em prática os projetos das políticas públicas, e também de uma intervenção ativa na produção de significados dos mundos que interconecta, dos bens que mobiliza e dos papéis que assume (NUSSBAUMER; ROSS, 2011).

A gestão social é considerada um dos princípios da abordagem territorial que orientou a formulação da política territorial. Compreende-se o conceito de gestão social do ponto de vista do desenvolvimento territorial como um exercício de mediação que se processa entre atores sociais. A gestão social depende de profissionais qualificados que buscam atuar de forma descentralizada e com ações individuais e coletivas voltadas para a produção de bens, serviços e significados (FISCHER, 2012; DALLABRIDA, 2007).

Compreende-se que as políticas de desenvolvimento devem assegurar a participação social e política. De modo que a descentralização do desenvolvimento econômico empodere os agentes locais para empreender e fortalecer as habilidades e iniciativas próprias. Porém, cabe à mediação do gestor social captar os recursos públicos necessários para que isso ocorra.

Em termos operacionais, preconizou-se a criação dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER's), os quais foram as principais instâncias de operacionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial e do PRONAT. As normativas de composição dos CODETERs preconizaram a participação paritária de representantes da sociedade civil e das organizações governamentais.

Ainda é estabelecido no marco da política territorial (BRASIL, 2005) alguns objetivos estratégicos que devem direcionar as ações dos CODETER's, sendo estes:

- Gestão, organização e fortalecimentos dos atores sociais territoriais representantes da pluralidade da Agricultura Familiar;
- Planejamento e gestão social embasado nos princípios da sustentabilidade, autonomia e participação social;
- Iniciativas territoriais de dinamização econômica com vistas a valorizar os recursos locais, o crescimento e a distribuição de renda e empregos, bem como a competitividade territorial;
- Implementação e integração de políticas públicas dedicadas à redução das desigualdades sociais e regionais e à geração equitativa de riquezas.

Para o bom funcionamento de cada CODETER foi previsto que esse contaria com assessoramento específico, responsável por mediar as relações do CODETER com as demais instâncias deliberativas e executivas dos programas. Inicialmente o assessoramento ficou na incumbência da figura do assessor territorial e, posteriormente, essa orientação foi revisada preconizando-se a integração das universidades na política de desenvolvimento territorial, conforme abordado na próxima seção.

6 A INTEGRAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DOS NEDETS

A partir de 2009 realizou-se um conjunto de mudanças institucionais no intuito de incorporar as universidades no apoio à gestão territorial e realizar um aperfeiçoamento do PRONAT. Inicialmente as universidades foram convidadas a compor as Células Territoriais de Acompanhamento, prestando auxílio técnico e na gestão de conhecimento (ECHEVERRI, 2010). Na sequência desse processo, foi elaborada a Chamada Pública CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014, focalizada nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), no intuito de implantar nos territórios rurais do país os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs), como equipes de assessoramento aos Colegiados de Desenvolvimento

Territorial (CODETER's³). Dessa forma, a formação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) decorreu de uma iniciativa datada do ano de 2014, oriunda na Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa iniciativa buscou construir parcerias da SDT com as universidades brasileiras para apoiarem iniciativas em Territórios Rurais e Territórios da Cidadania. Ainda, tal chamada conduziu essas instituições para uma nova estratégia de condução da política territorial e de assessoramento dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER's), levando as universidades a experienciar novas possibilidades de extensão universitária, em que ocupava espaço importante na execução da política territorial brasileira.

Aos NEDETs, por sua vez, coube a responsabilidade de assessorar cada CODETER em atividades de gestão social, através das dinâmicas participativas, bem como de atividades de inclusão produtiva, orientadas pelos Plano Territoriais de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DELGADO; LEITE, 2011). O papel dos NEDETs foi constituído por um conjunto de atividades, tais como: efetuar levantamento de informações buscando acompanhar e avaliar o andamento das ações propostas e dos projetos apoiados pela SDT/MDA no território; catalogar e acompanhar, através de sistema específico, as informações sobre a constituição, o funcionamento e os compromissos do Colegiado Territorial e sobre a execução de projetos apoiados pela SDT/MDA; assim como assessorar os Colegiados Territoriais (BRASIL, 2014). Dentre as atribuições instituídas também pontua-se: assegurar o devido suporte técnico e metodológico para os Colegiados Territoriais; mobilizar, preparar e realizar conferências territoriais para públicos e temas específicos; apoiar a reestruturação e elaboração de novas performances metodológicas na criação de câmaras temáticas e comitês específicos; realizar oficinas de trabalhos específicos voltados aos públicos prioritários da política de desenvolvimento territorial; garantir suporte técnico para a realização de ações de monitoramento e implementação de políticas públicas de inclusão produtiva e, especialmente, apoio para

3 A partir do final do ano de 2014, através da parceria entre diversas instâncias do governo federal, como o MDA, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi executada a chamada pública para criação e manutenção dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET's) (FROEHLICH *et al.*, 2019).

elaboração de Projetos de Infraestrutura para a Agricultura Familiar no Territórios Rurais; e, por fim, apoiar a elaboração técnica dos projetos desenvolvidos pelo PROINF (VIEIRA, 2018). Esse conjunto de atribuições dos NEDETs reforça a relevância social da extensão universitária, do ensino e da pesquisa.

Os NEDETs dentro da política territorial foram grupos ligados as IPES, coordenados por professores dessas instituições, e contaram com a contratação de profissionais/assessores, como Assessores Territoriais de Gestão Social (ATGS), Assessores Territoriais de Inclusão Produtiva (ATIP) e Assessorias Territoriais de Gênero (ATG), para desenvolvimento das suas ações nos territórios (FROEHLICH *et al.*, 2019).

Nesse contexto surgiu o NEDET Centro Serra, vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com equipes multidisciplinares compostas por docentes, alunos de graduação e pós-graduação, com objetivo de acompanhar, mediar e contribuir com Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do Rio Grande do Sul. A experiência do NEDET do Território Centro Serra (NEDET CS), quando do assessoramento ao CODETER do Território Centro Serra (CODETER CS), se tornou um importante substrato para discussão da extensão universitária, visto que se insere em um contexto maior, de uma experiência em território nacional, como também de atuação conjunta com uma política pública.

7 ATUAÇÃO E DESAFIOS DOS NEDETS NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Considerando a forma como o PRONAT é estruturado, identifica-se que as organizações de assessoramento, tais quais o NEDET, enfrentam desafios de distintas ordens. Para fins de exposição destacamos três tipos de desafios: a) fortalecimento da governança territorial (gestão social); b) promoção do desenvolvimento territorial a partir de projetos de investimento estruturantes; e c) inclusão de grupos em condição de vulnerabilidade social e consideração das agendas políticas transversais.

Os três desafios apontados envolvem atores, organizações e instituições presentes na dinâmica territorial. O primeiro corresponde ao fortalecimento da gestão social. A governança territorial é uma base fundamental da atuação das organizações de assessoramento e depende de uma aprendizagem organizacional e do desenvolvimento de competências por parte das equipes atuantes. Assim, esse desafio se refere a fomentar processos de formação visando desenvolver a aprendizagem organizacional, dando maior atenção à qualificação prática dos membros do colegiado para atuação técnica mais proativa. Nesse sentido, a construção de objetivos comuns e regras coletivas podem propiciar uma nova cultura organizacional, que significa adquirir novas competências, dentre essas: “aprender a problematizar, a desconstruir evidências, a dialogar, a definir responsabilidades, a lidar com conflitos, a avaliar ações. A aprendizagem organizacional permitiria, também, a construção de uma proposta local, constituindo a base de um projeto para o território” (PIRAUX; CANIELLO, 2019, p. 375). Assim, o fortalecimento da gestão social depende do desenvolvimento de competências e da qualificação prática e técnica (PIRAUX; CANIELLO, 2019).

O segundo desafio a ser elencado é a promoção do desenvolvimento territorial a partir de projetos de investimento estruturantes. Esse desafio se refere à necessidade de que os projetos de investimento estejam permanentemente disponíveis aos atores envolvidos. Assim possibilitando a inovação e o aperfeiçoamento das práticas, bem como dar continuidade aos processos e produtos da gestão social. Portanto, esse desafio é ter instrumentos de financiamento dos projetos disponíveis para a promoção do desenvolvimento territorial (PIRAUX; CANIELLO, 2019).

O terceiro desafio é a inclusão de grupos em condição de vulnerabilidade social e a consideração das agendas políticas transversais. Esse desafio se refere às dificuldades em promover o desenvolvimento territorial aos grupos sociais vulneráveis. Essas dificuldades ocorrem pela falta de articulação das esferas políticas que tornam os processos dificultosos com projetos com critérios de seleção que não são cabíveis a esses grupos e que não promulgam as especificidades locais. Muitas vezes os desafios se referem aos problemas operacionais, de deslocamento e também pela dificuldade de atuação dentro do território. As diferenças na condição de vulnerabilidade socioeconômica dos diferentes grupos existentes dentro de um território dificultam o processo de identificação que constitui a base

para a ação coletiva e a mobilização. Nesse sentido, existe uma identificação dos municípios a partir da matriz cultural predominante dos indivíduos e utilizada como critério de hierarquização social desencadeando discriminação e estereótipos.

Os desafios para a promoção do desenvolvimento territorial abrangem os processos de organização, planejamento e execução, também a capacidade de pôr em prática as ações, planejá-las, acompanhá-las e avaliá-las. Assim, são desafios que se referem a problemas técnicos, administrativos e também a uma falta de articulação entre as esferas políticas que dificulta o andamento dos projetos, tais quais afetam a estratégia territorial como um todo (PIRAUX; CANIELLO, 2019).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O maior desafio encontrado hoje, no que tange o campo da extensão universitária, é a visão academicista da universidade, o distanciamento causado por uma falsa noção de superioridade intelectual. Segundo Gadotti (2017), a universidade deve sair de seus muros, integrando seus saberes igualmente aos saberes da comunidade. E também para além de sua compreensão didática, deve construir junto à comunidade um amadurecimento visando a construção de projetos sistêmicos e coerentes, que conduzam novas habilidades, competências e experiências e atendam às novas exigências da sociedade. O mesmo autor sustenta que a extensão, o ensino e a pesquisa formam uma tríplice indissociável, essencial ao conhecimento. Portanto, a conexão universidade e sociedade realça o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa.

Nesse contexto, a formação dos NEDETs pode ser caracterizada como uma das maiores experiências de extensão universitária do país, pois atribuiu a grupos formados junto às IPES um conjunto de ações de extensão universitária articulados à política territorial brasileira e ao assessoramento dos CODETER's.

Considera-se que a política territorial teve o papel fundamental de contribuir para a democratização das políticas públicas instigando processos de gestão mais participativos. Ainda que se tenha enfrentado desafios na implementação, é inegável que a política de desenvolvimento territorial

brasileira criou espaços de aprendizagem e empoderamento, e a partir da perspectiva participativa foi possível contemplar necessidades que não alcançaram as esferas da política representativa, tornando mais efetiva a resposta às demandas da sociedade. Além disso, na busca por aperfeiçoar a execução da política de desenvolvimento territorial gerou-se ampla participação universitária em experiências de extensão no país, contribuindo para qualificar os processos de execução dos planos territoriais. Assim, a política territorial deu início à maior experiência de extensão universitária do Brasil, possibilitando a atuação da universidade junto à sociedade.

REFERÊNCIAS

BALEM T. A.; SILVA G. P.; FROELICH J. M. Limites e possibilidades da política de desenvolvimento territorial: uma análise a partir do Território Central da Cidadania do RS. **Redes**, v. 21, n° 2, p. 198 - 221, maio/ago, 2016.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003. 36 p.

BRASIL; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA); SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). **Marco referencial para o apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Documentos Institucionais 02, Brasília, DF, 2005. 30 p.

BRASIL; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Secretaria de Políticas Para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). **Chamada CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014 Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial**. Brasília, 2014.

CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. **Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial**. Eisforia. Florianópolis. UFSC, v. 4, 2006.

DALLABRIDA, V. A Gestão Social dos Territórios nos Processos de Desenvolvimento Territorial: uma aproximação conceitual. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, volume 2, número 2, p. 44-60, julho a dezembro de 2007.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 431-473, 2011.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. (org.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, p. 17-31, 2005.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Editorial Norma, 2007

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania. In: FAVARETO, A. ... [et.al]. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil**: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010.

FISCHER, T. Gestão Social do Desenvolvimento de Territórios. **Psicologia**: organização e trabalho, volume 12, número 1, p. 113-120, janeiro a abril de 2012.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu-Fapesp, 2007.

FROEHLICH, J. M. *et al.* Do Nedet à incubação: trajetória das ações de extensão universitária no âmbito da abordagem territorial do desenvolvimento. **Conexão UEPG**, v. 15, n° 2, p. 135-141, maio a agosto, 2019.

GADOTTI, M. **Extensão universitária**: Para quê? Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: <<https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-Universitaria-para-que>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

HAESBAERT, R. Território, cultura e desterritorialização. In.: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R L. **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MACIEL, R. C.; LACERDA, A. C. G.; GUIMARÃES, L. H. **Design, Identidade e Território**: uma proposta de ensino. Colóquio Internacional de Design, Minas Gerais, 2017.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Comp.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. 2007. p. 127-168.

MELLO, C. I. de *et al.* Projeto Design Social: geração de renda e resgate cultural através do design associado ao artesanato. **Inclusão Social**, v. 5, n. 1, 2011.

NUSSBAUMER, B.; ROSS, C. C. Trayectoria conceptual de la mediación social: expedicionarios, patrones, politicos y profesionales técnicos en la interconexión y producción de mundos de significados. In: Nussbaumer. B.; Ross, C. C.(ed.). **Mediadores sociales: en la producción de prácticas y sentidos de la política pública**. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2011.

PIRAUX, M.; CANIELLO, M. Reflexões retrospectivas e prospectivas sobre a governança territorial para o desenvolvimento rural no brasil. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 39, n. 2, jul./dez, 2019.

VIEIRA, L. M. D. **Inserção da agenda étnico - racial na política de desenvolvimento territorial e a inclusão produtiva de comunidades quilombolas**. 2018, p. 203. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

A ATUAÇÃO DO NEDET-UFSM NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TERRITÓRIO CENTRO SERRA (RS)

Hector dos Santos Facco¹

Andressa Roana Costa Schley²

1 INTRODUÇÃO

Na sua última roupagem, a política de desenvolvimento territorial brasileira possibilitou uma ampla experiência de extensão universitária, destacando-se pela implementação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET's), com o intuito de assessoramento aos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER's). Nesse sentido, foram constituídos 186 NEDET's no país ligados à Chamada Pública CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014.

O presente capítulo propõe a descrever a experiência do NEDET Centro Serra (NEDET CS) em sua atuação no assessoramento ao CODETER do Território Centro Serra (CODETER CS), realizada nos anos de 2015 e 2016, como parte da implementação da Política Territorial Brasileira.

1 Agrônomo, mestre e doutorando em Extensão Rural pela UFSM. Atua no NEDET desde 2016, tendo sido bolsista FIEIX no "Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS" durante os anos de 2016 e 2017.

2 Engenheira Ambiental e Sanitária formada pela UFSM, atuou no NEDET-UFSM como aluna de graduação, sendo Bolsista FIEIX no "Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS" no ano de 2017, continuando a desenvolver atividades socioculturais e de inclusão produtiva junto ao NEDET até 2019, quando se graduou.

Na estruturação deste capítulo apresenta-se um resgate do processo de constituição do Território Centro Serra e suas características para, então, abordar a constituição do NEDET CS e sua atuação de extensão universitária no assessoramento ao CODETER CS nos marcos do PRONAT, vinculado à política federal de desenvolvimento territorial.

2 A POLÍTICA PÚBLICA DE ABORDAGEM TERRITORIAL NA CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO CENTRO SERRA

A orientação da política federal de desenvolvimento territorial e as experiências construídas no país até o ano de 2006, levaram os prefeitos dos 12 municípios (Arroio do Tigre, Estrela Velha, Salto do Jacuí, Jacuizinho, Tunas, Lagoão, Segredo, Sobradinho, Ibarama, Passa Sete, Lagoa Bonita do Sul e Cerro Branco) que compunham a Associação dos Municípios do Centro Serra (AMCSERRA) a solicitar o reconhecimento do Território Rural Centro Serra naquele ano (FROEHLICH *et al.* 2019; FACCO *et al.*, 2017; BRASIL, 2009). Em 2007 foi atendida a solicitação da AMCSERRA para constituição do Território Rural Centro Serra. Em abril de 2008, instituiu-se efetivamente o Território Rural Centro Serra, iniciando a articulação das diversas instâncias organizativas, como a Plenária Territorial e o Núcleo Técnico e Dirigente.

Na Figura 1 apresenta-se a delimitação e localização geográfica do Território Centro Serra.

Figura 1: Mapa de localização do Território Centro Serra



Fonte: Adaptado de Brasil (2009).

O Território Centro Serra possui uma população de 83.510 habitantes segundo as estimativas populacionais de 2020, e conforme os dados do último censo populacional realizado pelo IBGE (2010) a população era de 79.325 habitantes. Segundo o último censo, a maioria da população residia no meio rural (41.976 habitantes), uma característica importante para a identidade do Território Centro Serra, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Dados populacionais do Território Centro Serra, em 2010 e estimativa em 2020.

Federação/Estado/ Municípios	Censo Demográfico 2010			Estimativa ano 2020
	População residente (pessoas)	População		
		Urbana	Rural	
Brasil	190.755.799	160.934.649	29.821.150	211.755.692
Rio Grande do Sul	10.693.929	9.100.841	1.593.088	11.422.973
Arroio do Tigre	12.648	5.962	6.686	13.413
Cerro Branco	4.454	1.274	3.180	4.706
Estrela Velha	3.628	1.167	2.461	3.650
Ibarama	4.371	1.053	3.318	4.399
Jacuizinho	2.507	562	1.945	2.706
Lagoa Bonita do Sul	2.662	384	2.278	2.921
Lagoão	6.185	1.655	4.530	6.461
Passa Sete	5.154	555	4.599	5.747
Salto do Jacuí	11.880	10.208	1.672	12.481
Segredo	7.158	1.807	5.351	7.444
Sobradinho	14.283	11.347	2.936	15.005
Tunas	4.395	1.375	3.020	4.577
Total Território	79.325	37.349	41.976	83.510

Fonte: Adaptado de IBGE (2010; 2021).

O reconhecimento do Território Centro Serra e sua incorporação ao PRONAT foram possibilitados pelas características econômicas dos municípios, identificados com a produção agropecuária, em especial vinculada à agricultura familiar. Nos municípios identificam-se mais de 10 mil estabelecimentos da agricultura familiar, com uma ocupação de 32.048 pessoas nessas atividades. Reconheceu-se também a presença marcante

de assentamentos da reforma agrária (com 5 projetos) e das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), havia a presença de 71 famílias quilombolas (oriundas de três comunidades) e 117 famílias indígenas, também distribuídas em três comunidades, e um número expressivo de jovens e mulheres trabalhadoras rurais – considerados públicos prioritários da política de desenvolvimento territorial (BRASIL, 2009).

Quadro 2 – Dados que caracterizam o Território Centro Serra

Variável	Valor
Área (em km ²)	3190,28
População Total (hab.)	79325
População Urbana (hab.)	37349
População Rural (hab.)	41976
Nº de famílias Assentadas – Reforma Agrária	206
Número de projetos – Reforma Agrária	5
Área Reformada – Reforma Agrária (em hectares)	4446
Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	10842
Pessoal ocupado na agricultura familiar	32048
Número de Pescadores	0

Fonte: Adaptado de Brasil, (2015).

3 A POLÍTICA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO CENTRO SERRA (NEDET)

O CODETER CS constituiu-se como uma estrutura orientada a articular diferentes atores na construção e operacionalização do PRONAT, sendo composto por representantes de diversas organizações públicas e civis dos 12 municípios que compuseram o Território Centro Serra. O CODETER CS foi formado em janeiro de 2009, e foi composto por 48 membros titulares e respectivos suplentes representando, de maneira paritária, as diversas instituições públicas e da sociedade civil organizada, dos 12 municípios integrantes do território (BRASIL, 2009).

Entre 2010 e 2015, o assessoramento ao CODETER CS era realizado pela figura do Assessor Territorial (BRASIL, 2005). A partir da participação na Chamada Pública CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014 foi formado o NEDET CS e esse começou a atuar no final de 2014. A sua responsabilidade tornou-se o monitoramento, a avaliação e a prestação de assessoria técnica ao CODETER CS, a geração de trocas e conhecimento, métodos e tecnologias sociais, além da produção de dados, informações e pesquisas que subsidiaram a atuação.

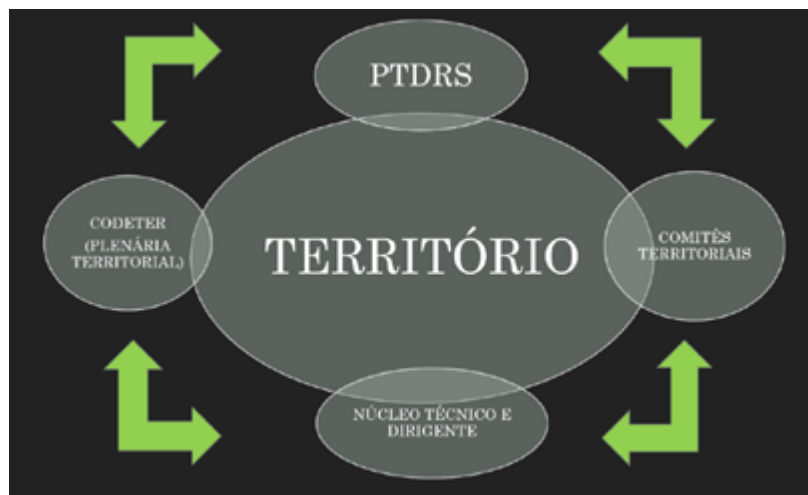
No caso do NEDET CS, o mesmo foi vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e se estruturou a partir dessa chamada pública (CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014). O NEDET CS foi composto por três assessores territoriais (gestão social, inclusão produtiva e gênero), por bolsistas de graduação, alunos de pós-graduação, docentes e o professor coordenador do projeto (FROEHLICH *et al.*, 2019).

A atuação do NEDET vinculada à política federal de desenvolvimento territorial envolveu diversos aspectos sendo: a) o fortalecimento da gestão social; b) a efetivação de políticas públicas de desenvolvimento rural; e c) a inclusão socioprodutiva de grupos vulneráveis mediante formulação e execução de projetos de investimento e capacitação.

4 A PROBLEMÁTICA DA GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E ATUAÇÃO DO NEDET

Para a operacionalização da gestão do desenvolvimento territorial, o CODETER CS criou o seu regimento prevendo a organicidade das instâncias deliberativas e consultivas. Entre as instâncias (Figura 2) do CODETER CS destacam-se as Plenárias Territoriais (com caráter deliberativo), os Núcleos Técnico e Dirigente (com caráter executivo), como também os Comitês Territoriais (com caráter consultivo).

Figura 2 - Ilustração da dinâmica organizativa do CODETER Centro Serra



Fonte: Facco (2017).

A política federal de desenvolvimento territorial orientou cada território a construir seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), nesse sentido o CODETER CS construiu, participativamente, o PTDRS do Território Centro Serra, observando os princípios da agroecologia, acompanhando e avaliando sua execução, em busca da sustentabilidade sociocultural, econômica e ambiental (BRASIL, 2009). O PTDRS do Território Centro Serra foi elaborado a partir da organização de seminários, oficinas e reuniões, com o protagonismo do CODETER CS. Dessa maneira, o PTDRS passou a estabelecer orientações que embasaram o conjunto das ações e investimentos almejados pelo CODETER CS.

No desenvolvimento de suas atividades, o CODETER CS participou de editais lançados, principalmente pelo MDA, via as prefeituras municipais e consórcio intermunicipal, obteve recursos vinculados a projetos de custeio das atividades, e também conquistou a aprovação do financiamento de projetos de infraestrutura orientados ao desenvolvimento territorial entre os anos de 2010 e 2016.

Frente a essa dinâmica, orientada pelo PTDRS, e condicionada pelo modelo organizativo do CODETER CS (Plenária Territorial, os Núcleos Dirigentes e Técnico e os Comitês Territoriais), o NEDET CS cumpriu

função de assessoramento, desenvolvendo mediação técnica junto ao CODETER CS. A mediação técnica ligada a espaços colegiados de desenvolvimento, bem como a espaços formais, pode ser vista como um assessoramento que coloca os diferentes atores em contato, para a construção de relações, para a tomada de decisões e para a transformação social, conforme previsto em várias políticas públicas (NEVES, 2008).

Nesse sentido, a mediação desenvolvida pelo NEDET CS, ao atuar na gestão social, foi orientada por princípios das metodologias participativas e implicou na utilização de ferramentas de diagnóstico para a dinamização da participação social, nesse caso utilizando-se da abordagem das redes sociotécnicas.³

Já a atuação orientada à inclusão socioproductiva envolveu o acompanhamento dos recursos provindos dos editais de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF⁴), que foram acessados através do CODETER CS entre os anos de 2010 a 2016. Nesse período foram beneficiados 14 projetos, envolvendo um montante de R\$ 2.671.758,05, em investimentos destinados a projetos de custeio e infraestrutura no Território Centro Serra (FROEHLICH *et al.*, 2019). No acompanhamento, monitoramento e resgate do histórico de aplicação dos recursos destinados aos projetos beneficiados foram identificados diversos problemas relacionados à execução e gestão dos mesmos. Muitos projetos estavam atrasados e com problemas na gestão de sua operacionalização, com restrições na compra de equipamentos, de veículos ou ainda restrições de uso das instalações construídas que se encontravam sem funcionamento, como verificou-se no caso de câmaras frias e um pavilhão, derivados dos recursos do PROINF de 2011.

Para operacionalizar a liberação e aplicação dos recursos de forma mais efetiva, com vistas à inclusão produtiva e à geração de trabalho e renda, o NEDET CS e conjunto com os atores territoriais elaboraram a criação do Banco de Projetos Territoriais do CODETER-CS. Por outro lado, orientado pelos marcos do PRONAT, o NEDET CS desenvolveu uma atuação orientada a conferir prioridade aos grupos em condição de

3 Abordagem, metodologia e suas adaptações serão desenvolvidas no Capítulo 4 da presente obra.

4 PROINF - editais de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais, após a criação do PRONAT (2003). O PROINF ainda é uma derivação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), linha Infraestrutura e serviços municipais, construído na década de 1990, que era destinado sua execução junto aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR's).

vulnerabilidade social, contemplando as agendas transversais da política pública. Nesse sentido foi desenvolvido um trabalho de mediação junto ao CODETER CS para a construção de dinâmicas participativas a contemplar esses públicos e agendas.

Essa atuação resultou na constituição dos Comitês Territoriais no ano de 2015, incluindo: Comitê de Mulheres, Comitê de Jovens, Comitê de Comunidades Tradicionais (composto pelas Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas). A criação de Comitês foi percebida como uma estratégia que possibilitaria um acompanhamento mais próximo desses públicos e agendas no território.

5 NATUREZA DAS AÇÕES E ATIVIDADES EXTENSIONISTAS DO NEDET

O plano de trabalho do projeto do NEDET CS esteve embasado em quatro etapas norteadoras da atuação, sendo estas: a) Capacitação dos componentes da equipe técnica; b) Mobilização territorial; c) Capacitação e planejamento das redes temáticas de atores sociais territoriais; e d) Seminário territorial. Esse planejamento desencadeou diversos processos de gestão social participativa com o objetivo de fortalecimento das articulações dos atores territoriais, visando o processo de desenvolvimento territorial sustentável.

Buscando mobilizar e dinamizar o CODETER CS, nos anos de 2015 e 2016 foi realizado um conjunto de ações pelo NEDET CS (Figura 3), como reuniões de trabalho (28), atividades de mobilização (25), oficinas de formação (17), entre outras atividades. Destaque para as atividades de mobilização, essas destinadas à sensibilização dos atores e organizações do território.

Figura 3 - Reunião do Núcleo Dirigente e Técnico (A) e Plenária Territorial (B), instâncias do CODETER CS

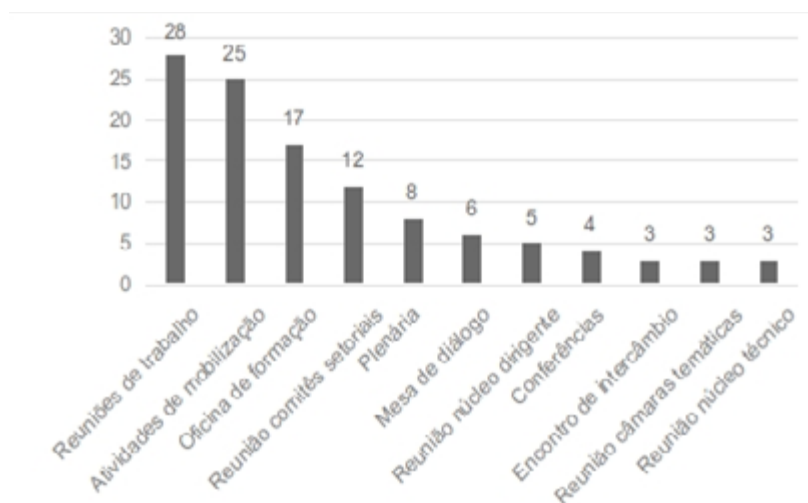


Fonte: Os autores (2016)

Ainda de modo geral, destaca-se a atuação do NEDET CS na mediação técnica das instâncias do CODETER CS. Na Figura 05 destaca-se a realização de Reuniões dos Núcleos Dirigentes (5) e Técnico (3), assim como Plenárias (8) e Reuniões dos Comitês territoriais (12). Essas atividades compõem o quadro de assessoramento realizado tanto na segunda etapa (Mobilização Territorial), como na terceira (Capacitação e Planejamento das Redes Temáticas de Atores Sociais Territoriais). Cabe destacar que a articulação

dos comitês territoriais compõem a estratégia de dinamização e mobilização para a participação no CODETER CS. De modo geral, durante os 2 anos de atuação junto ao CODETER CS, foram realizadas 116 ações de diversas naturezas, como verifica-se na Figura 04 (FROEHLICH *et al.*, 2019).

Figura 4 - Ações realizadas pelo NEDET Centro Serra, 2015-2016



Fonte: Froehlich *et al.*, (2019).

Por fim, a última etapa estabelecida no planejamento do NEDET CS foi a construção de um seminário territorial, que objetivou a avaliação e replanejamento dos trabalhos ligados ao desenvolvimento territorial, para além da divulgação de experiências e resultados dos processos desenvolvidos.

Do exposto verifica-se que a atuação do NEDET CS está vinculada à promoção de uma experiência inovadora de extensão universitária, tendo como estratégia metodológica o uso das metodologias participativas, dedicadas a fortalecer os processos de gestão social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora possam ser identificadas diversas instâncias de representação em âmbito supramunicipal, a experiência da implementação da política federal de desenvolvimento territorial com a criação do Território Centro Serra, do CODETER CS para sua gestão e do NEDET CS para o assessoramento, pode ser considerada uma experiência singular, pois reuniu representantes governamentais e da sociedade civil em torno da construção de um plano e projetos de desenvolvimento territorial e a execução dos investimentos correspondentes.

O CODETER CS foi percebido como um importante instrumento de desenvolvimento, uma vez que uniu municípios com características sociais semelhantes, com objetivo de articular ações e acessar políticas que promovessem o desenvolvimento territorial. A experiência destaca-se, também, ao promover a participação popular, uma vez que promoveu a organização social através da aglutinação de diferentes atores, envolvendo representantes de prefeituras, sindicatos, Emater, sociedade civil organizada, todos com igual direito a voz e a voto, buscando construir ações sinérgicas para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

A participação da universidade (UFSM) nesse processo, através do NEDET CS, por meio de ações de extensão universitária, executando o assessoramento e mediação técnica junto ao CODETER CS, foi avaliada como positiva, em especial na mobilização e qualificação da organização interna, assim como no acesso a editais e elaboração do banco de projetos.

O estudo das atividades desenvolvidas pelo NEDET CS evidencia que, em sua maioria, foram atividades realizadas com grupos de atores, buscando a participação social, caracterizadas pela mediação técnica com o uso de metodologias participativas. Tal trajetória demonstra uma ação extensionista diferenciada, que buscou qualificar processos participativos e de organização social, se diferenciando de outras ações extensionistas que buscam simplesmente o processo de transferência de conhecimento e tecnologia. Assim o estudo desse tipo de experiências revela a diversidade das modalidades da atuação extensionista e que, no presente caso, os extensionistas foram “facilitadores” dos processos de aprendizagem e tomada de decisão coletiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Secretaria de Políticas Para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). **Chamada CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014 Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial**. Brasília, 2014.

BRASIL; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA); SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). **Marco referencial para o apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Documentos Institucionais 02, Brasília, DF, 2005. 30 p.

_____. _____. _____. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Território Centro Serra**. Brasília: SDT/MDA, 2009. 73 p. Disponível em: <www.sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio148.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

_____. _____. _____. **Perfil Territorial Centro Serra**. Brasília: CGMA, 2015. Disponível em: <www.sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_148_Centro%20Serra%20-%20RS.pdf>. Acesso em 21 jun. 2016.

FACCO, H. S. **A Política de Desenvolvimento Territorial**: levantamento e análise dos investimentos do Programa de Infraestrutura em Território Rurais (PROINF) no Território Centro Serra do RS. 2017. 32 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Agronomia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

FROEHLICH, J. M. *et al.* Do NEDET à incubação: trajetória das ações de extensão universitária no âmbito da abordagem territorial do desenvolvimento. **Conexão UEPG**, v. 15, n. 2, p. 135-141, mai-ago 2019

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População residente estimada. In: IBGE. **SIDRA**: Sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>> Acesso em: Mar. 2021.

NEVES, D. P. Mediações sociais e mediadores políticos. In: NEVES, D.P. (Org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/ PGDR, v. 1, p.21-44, 2008.

CAPÍTULO 4

APRENDIZADOS METODOLÓGICOS: A ATUAÇÃO EXTENSIONISTA E A CONSTRUÇÃO DE UMA DINÂMICA MULTIDIMENSIONAL DE GESTÃO SOCIAL PARTICIPATIVA

Silvio Calgaro Neto¹

Hector dos Santos Facco²

1 INTRODUÇÃO

A partir das referências deixadas pelas experiências de desenvolvimento territorial europeias estabeleceu-se, em 2003, a política territorial brasileira. Desde então, sua trajetória é bastante dinâmica e instável, passando por diversas estratégias de promoção dessa política, bem como

¹ Professor Adjunto na Universidade Federal de Sergipe (Campus Sertão) é engenheiro florestal, mestre e doutor em Extensão Rural pela UFSM. Atuou no NEDET-UFSM de 2015 a 2017, como Assessor Territorial de Gestão Social junto ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS (CODETER Centro Serra), com bolsa EXP-CNPq.

² Agrônomo, mestre e doutorando em Extensão Rural pela UFSM. Atua no NEDET desde 2016, tendo sido bolsista FIES no "Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS" durante os anos de 2016 e 2017.

de assessoramento aos seus Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER's), os quais eram as principais instâncias de operacionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT) e do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT).

A partir de 2014, a Chamada Pública CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014 promoveu a criação e manutenção do Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET's) ligados às Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Tal chamada conduziu essas instituições para uma nova estratégia de condução da política territorial e de assessoramento dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER's). As IPES, desse modo, puderam experienciar novas possibilidades de extensão universitária, ocupando espaço importante na execução da política territorial brasileira.

Apesar dos NEDET's contarem com uma estrutura organizacional comum em todo o território nacional, suas ferramentas e estratégias metodológicas para a realização das ações extensionistas para o desenvolvimento territorial foram propostas e construídas no âmbito de cada núcleo de extensão. O planejamento e a abordagem metodológica para a atuação do NEDET Centro Serra foram elaborados a partir das noções conceituais que estruturaram o PRONAT, focando, principalmente, nos aspectos que se relacionam à construção social dos territórios a partir de processos de gestão social participativa que conceberiam estratégias de inclusão social e produtiva para o desenvolvimento territorial. De modo geral, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) visava estruturar iniciativas territoriais de caráter participativo para a promoção do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza através da recomposição político-institucional gerada pelos colegiados territoriais e de suas consequentes ações de planejamento multidimensional com foco na organização de estratégias econômicas, ambientais e sociais (BRASIL, 2005).

No decorrer de sua experiência, a equipe do NEDET observou a necessidade de desenvolver estratégias, métodos e ferramentas específicas para qualificar sua atuação.

Nesse contexto, este capítulo se propõe a sistematizar e analisar a experiência do NEDET Centro Serra, a partir de sua assessoria ao CODETER Centro Serra, ocorrida nos anos de 2015 e 2016, discutindo aspectos específicos do planejamento e da adaptação metodológica necessária para

a atuação da equipe no território. Tais adaptações metodológicas foram realizadas de modo inovador no contexto da ação extensionista para o desenvolvimento territorial, gerando interessantes recortes e inovações metodológicas para a análise da experiência.

2 GESTÃO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: AS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA A MEDIAÇÃO DO NEDET

A Chamada Pública CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014 que promoveu a implantação dos NEDET's apoiou a estruturação organizacional através de um único modelo de assessoria territorial para todo o país, que contava com 1 coordenador, 3 assessores territoriais (de gestão social, de inclusão produtiva e de gênero), além de 1 bolsista de graduação (FROELICH *et al.*, 2019). O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra (NEDET Centro Serra) seguiu as mesmas diretrizes da estruturação organizacional dos NEDETS's, contando, além disso, com o apoio e envolvimento de outros acadêmicos em atividade específicas, englobando a comunidade universitária local.³ Nesse sentido, as experiências dos NEDET's tornaram-se um importante substrato para discussão da extensão universitária, visto que se insere em uma conjuntura diferenciada, sendo uma experiência articulada de caráter nacional com o objetivo de fortalecer uma política pública específica. Nesse contexto, as IPES foram conduzidas à construção e organização de estruturas extensionistas voltadas à promoção e ao desenvolvimento das políticas territoriais federais vigentes naquele momento, e, sob a coordenação de docentes dessas instituições, os NEDET's contrataram profissionais (assessores territoriais) para impulsionar as ações nos territórios.

A partir dos referenciais gerais do PRONAT foi construída a abordagem metodológica para a atuação e mediação do NEDET junto ao CODETER Centro Serra, assessoria viabilizada através da supracitada chamada pública. Considerando a complexidade dos processos de participação em

³ É importante destacar que o NEDET Centro Serra também contou com o apoio do Fundo de Incentivo de Extensão da UFSM (FIEX – UFSM) que possibilitou a participação de bolsistas de graduação além daqueles financiados pela Chamada Pública CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014.

espaços da política de desenvolvimento territorial, a equipe do NEDET preocupou-se em desenvolver ferramentas que lhe auxiliassem no diagnóstico da participação de diferentes atores na gestão social, bem como repensar as estruturas da gestão social de forma a promover a participação qualificada e inclusiva.⁴ Para alcançar tais propósitos, no plano de trabalho do NEDET foram previstas etapas que visavam concatenar tais estratégias metodológicas de modo a concretizar as ações cotidianas e práticas no âmbito da gestão social do desenvolvimento territorial.

O plano de trabalho do NEDET Centro Serra foi composto por quatro etapas principais:

- Capacitação dos componentes da equipe técnica;
- Mobilização Territorial;
- Capacitação e Planejamento das Redes Temáticas de Atores Sociais Territoriais; e
- Seminário Territorial.

Houve, inicialmente, a capacitação dos membros da equipe técnica de modo a dialogar sobre as estratégias de ação e abordagens metodológicas, com ênfase na formação para o uso das técnicas e ferramentas participativas para a mobilização e o planejamento das redes territoriais temáticas.

A etapa de Mobilização Territorial focou, por sua vez, no processo de remobilização dos atores territoriais para participar daquele momento da política territorial que envolvia esse novo ator de mediação social, as IPES, bem como para apresentar a nova abordagem metodológica que iniciaria sua implantação e conduziria o trabalho junto às redes territoriais temáticas. Essa etapa, com isso, direcionou-se à construção de redes de atores em torno dos distintos projetos temáticos que eram propostos pelos atores territoriais através do reconhecimento da dinâmica multidimensional do desenvolvimento territorial.

Finalmente, o Seminário Territorial visava concertar as diversas redes territoriais temáticas e consolidar uma estrutura de planejamento territorial levando em consideração os diversos projetos vigentes no território.

⁴ As metodologias extensionistas utilizadas combinaram e adaptaram essas duas abordagens principais, o mapeamento das redes sociais (e de suas condições participativas) e a construção das redes territoriais temáticas. A primeira visando fortalecer a participação e gestão social através das experiências de mediação participativa. A segunda focada na automobilização e na construção de redes sociais temáticas para a criação de planos executivos de desenvolvimento territorial, buscando estruturar dinâmicas multidimensionais nos processos de construção social do território.

3 PROPOSTAS DE ADAPTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA DIAGNÓSTICO DA PARTICIPAÇÃO DOS ATORES NA GESTÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Ao adentrar-se em processos de desenvolvimento territorial que já ocorriam há cerca de dez anos, coube à equipe técnica do NEDET Centro Serra o desafio de desvelar e interpretar o contexto político vigente. Ao avançar para um processo completamente novo de assessoria territorial promovido pela chamada pública que estruturou os núcleos de extensão em desenvolvimento territorial, parecia latente a necessidade de um reconhecimento imediato das estruturas preexistentes no território, bem como dos atores territoriais mais ativos e de suas articulações e conjunturas políticas prévias. Assim sendo, na etapa de “Mobilização Territorial”, onde a equipe técnica buscava mobilizar os atores territoriais, também foi utilizada uma metodologia de diagnóstico para compreensão da estrutura da participação na gestão social. A metodologia utilizada foi o mapeamento das redes sociotécnicas, com vistas a gerar um recorte momentâneo da conjuntura política e ter informações básicas sobre as distintas formas de participação dos atores territoriais junto ao CODETER Centro Serra e suas distintas instâncias.

O mapeamento das redes sociotécnicas é uma metodologia cujo uso foi amplamente orientado no estudo da difusão de inovações em contexto de compreensão das dinâmicas locais. De acordo com Calgaro Neto e Diesel (2009), o mapeamento das redes sociais (construção de sociogramas) permite visualizar concretamente os laços de relacionamentos sociais, facilitando a compreensão dessas relações. O sociograma realiza um corte sincrônico da realidade social e representa a rede de relacionamento estabelecida entre os atores em um determinado momento do tempo (CALGARO NETO; DIESEL, 2009). Sua aplicação no caso do desenvolvimento territorial possibilita gerar uma leitura que permite uma noção, ainda que básica, da conjuntura participativa e como cada ator territorial relaciona-se com a estrutura colegiada. Tommasino, Fabreau e Guedes (2006) consideram oportuno o uso dos sociogramas como ferramenta de diagnóstico e como abordagem para o trabalho em projetos de extensão e desenvolvimento local que objetivam a realização de intervenções e assessoramentos das organizações de um dado território. Para melhor

contemplar o fenômeno da participação foi considerada a oportunidade de complementar o diagnóstico com a utilização da ferramenta de análise das condições participativas territoriais, que é uma ferramenta metodológica em construção, que visa, entre outras coisas, aproximar-se das condições cotidianas de participação dos atores sociais na gestão das políticas e atividades sociais, objetivando, desse modo, descrever as conjunturas e práticas estabelecidas pela aplicação dos distintos discursos e políticas sociais. Assim sendo, busca-se expressar, através da análise das condições participativas, evidências significativas sobre as tendências de continuidade ou descontinuidade de participação nas dinâmicas relacionadas a determinados discursos ou políticas públicas, nesse caso, territoriais.

De modo relativamente simples e ilustrativo, o documento gerado com a aplicação do mapeamento das redes sociotécnicas permite a visualização das formas de interação entre os atores territoriais, fornecendo elementos para a identificação do contexto, da intensidade e das condições de participação social. Dessa forma, apresenta cada ator territorial, por uma cor que indica o contexto de sua participação (isolado, periférico, atuante ou referência), e por setas verdes ou vermelhas que diferenciam a intensidade de interação entre os atores entre fracas ou fortes, no sociograma (CALGARO NETO *et al.*, 2016). A Figura 1 apresenta o recorte síncrono realizado naquele momento e que, de modo geral, é uma adaptação metodológica do estudo das redes sociais para a assessoria e gestão territorial.⁵

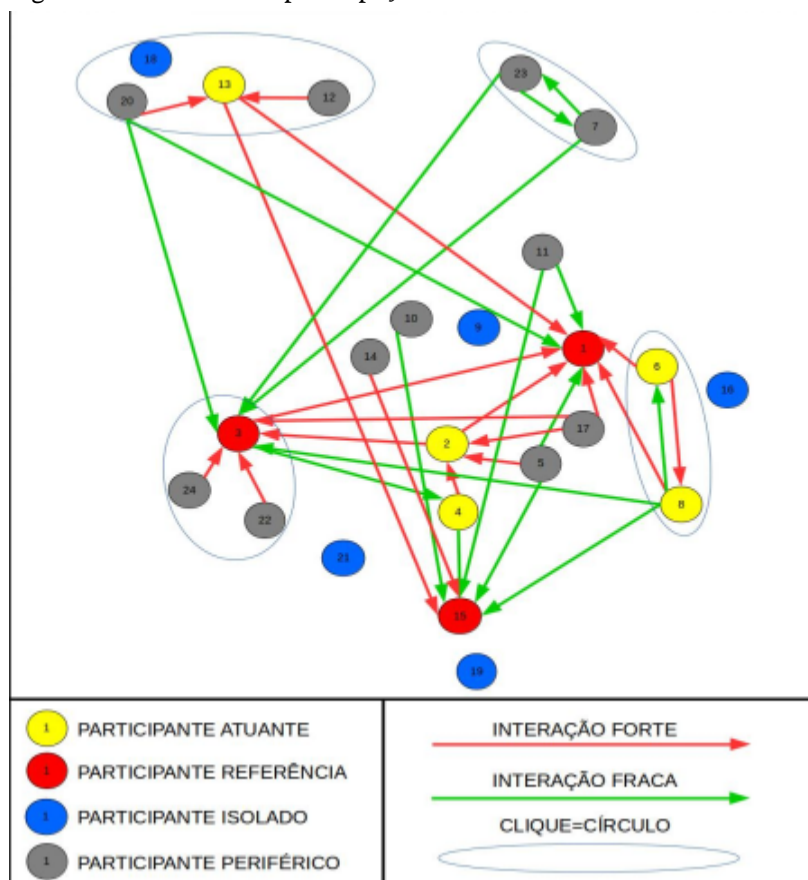
A rede social apresentada na Figura 1 é uma ilustração diagramática que visa representar estruturalmente as condições participativas dos atores territoriais que formavam, naquele momento⁶, o CODETER Centro Serra. O uso adaptado dessa metodologia de mapeamento das redes sociotécnicas permitiu observar, de maneira imediata, informações qualitativas que indicavam a presença de algumas referências técnicas e políticas, representadas pelos círculos vermelhos, acompanhada de um baixo número de membros atuantes (círculos amarelos) e de um grande número de membros periféricos (círculos cinzas) e isolados (círculos azuis). Além disso, constatou-se que havia

5 Como acima destacado, nesse caso, o mapeamento da rede sociotécnica do CODETER Centro Serra, teve como objetivo principal solucionar o desafio de aproximar-se da conjuntura política territorial e visualizar as características de participação dos atores territoriais na rede social que conformava o referido colegiado territorial.

6 O questionário semiestruturado para elaboração do mapeamento dessa rede social foi aplicado em fevereiro de 2015, junto à etapa de mobilização territorial, e foi respondido por 23 dos 29 integrantes do CODETER Centro Serra.

uma superioridade de interações fracas (setas verdes) entre os atores territoriais, em detrimento das interações fortes (setas vermelhas), bem como havia a formação embrionária de subgrupos que dedicavam muito mais tempo ao diálogo com parte do grupo do que com a totalidade dos atores territoriais. A formação de tais subgrupos é representada por cliques ou círculos.

Figura 1 - Rede social de participação do CODETER Centro Serra



Fonte: Calgaro Neto *et al.* (2016).

Já o Quadro 1 transporta parte das informações geradas pela representação da rede territorial para termos quantitativos, indicando, de modo comparativo, as condições vivenciadas pelos atores territoriais na conjuntura política daquele momento.

Nessa análise quantitativa é possível observar que 21,7% dos atores territoriais apresentam intensidade de participação baixíssima, caracterizando-os como membros isolados, ou seja, atores que não apresentaram uma relação de participação significativa na rede. De modo majoritário, 47,8% dos atores territoriais tinham intensidade de participação baixa, desenvolvendo diálogos e relações técnicas com um único membro da rede territorial do CODETER Centro Serra. A partir dessas informações foi constatado que aproximadamente 70% dos atores territoriais participavam do colegiado territorial de modo muito superficial, com baixa intensidade de participação e que dispunham de pouco protagonismo frente à referida rede territorial.

Quadro 1 - Distribuição quantitativa dos elementos expressos pela rede social participativa do CODETER CS.

Contexto de participação		Intensidade de participação			Superficiais	Periféricas	Dinâmicas	Plenas	Total	Total
		Tipo	Fraca	Forte						
Isolados	5	Baixíssima	-	-	5	-	-	-	5	21,7
Periféricos	11	baixa	4	7	-	11	-	-	11	47,8
Atuantes	5	média	2	3	-	-	5	-	5	21,7
Referentes	3	alta	-	3	-	-	-	3	3	11,1

Fonte: Calgaro Neto *et al.* (2016).

Por outro lado, nota-se que 21,7% dos atores territoriais caracterizavam-se como membros atuantes do colegiado territorial, com intensidade mediana de participação resultante de uma boa transitoriedade entre os atores territoriais. Além disso, 11,1% dos membros eram reconhecidos pelos demais participantes do CODETER Centro Serra como referentes técnicos e políticos. Os mesmos apresentavam uma dinâmica de intensidade alta em termos de participação que era promovida por sua forte transitoriedade e capacidade de gestão das informações pertinentes a essa rede territorial (CALGARO NETO *et al.*, 2016).

Calgaro Neto *et al.* (2016) constataram naquele momento que essas informações indicavam que, mesmo que o colegiado fosse formado por representantes de entidades públicas e civis, a maioria dos atores territoriais estabeleceram-se através de dinâmicas de representação, em detrimento de participação mais direta nessa estrutura e, como resultante dessa dinâmica representativa, alguns atores assumiram o papel de referência na gestão social

desses espaços, centralizando as condições de participação. Cabe destacar que a bibliografia referente ao estudo das redes sociais voltadas ao desenvolvimento rural aponta para uma semelhança dos aspectos apresentados nesse mapeamento da rede territorial em relação a outros mapeamentos das redes sociais, em que há uma tendência para a emergência de lideranças ou referências que centralizam as dinâmicas de participação, como foi no caso do CODETER CS, constatação que é corroborada pelos estudos que adotaram essa abordagem, conforme destacaram Sperry (1999), Assis (2001), Rocha *et al.* (2003), Tommasino, Fabreau e Guedes (2006) e Calgaro Neto e Diesel (2009).

A partir dessa leitura entendeu-se que a etapa de mobilização territorial não poderia ser subestimada em termos de importância e que seria necessário um amplo diálogo com os atores territoriais já membros do CODETER Centro Serra, além de promover iniciativas de renovação do referido colegiado. Nesse contexto, a construção das redes temáticas territoriais, que foi a etapa posterior, associada ao processo de mobilização conduziu a equipe técnica para uma aproximação junto aos atores territoriais e à renovação dos membros do colegiado. Este processo revelou, além do acima destacado, a multidimensionalidade de discursos, experiências e propostas de projetos para o território, a qual foi explorada na etapa de “Capacitação e Planejamento da Redes Temáticas de Atores Sociais Territoriais”, evidenciando o desafio de explorar as potencialidades dessa multidimensionalidade. Na sequência, portanto, destaca-se mais detidamente os desafios relacionados à construção e desenvolvimento das redes temáticas territoriais e, por conseguinte, da busca pela geração de uma estrutura de ação multidimensional no âmbito da gestão social participativa.

4 PROPOSTAS DE ADAPTAÇÕES ESTRUTURAIS PARA PARTICIPAÇÃO INCLUSIVA E QUALIFICADA NA GESTÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Ao imergir nas realidades, conjunturas e contextos da dinâmica territorial em espaços localizados através da mediação de processos de gestão social participativa, evidenciam-se as territorialidades e, consequentemente, os diversos projetos territoriais que constroem tais cotidianidades. Entre idealizações futuras e ações preexistentes desde longa data, conjecturam-se

os mais distintos discursos e práticas territoriais, cada qual apontando para potencialidades de ações específicas de desenvolvimento territorial. Sem surpresas teórico-analíticas, o que se destacava era a multiplicidade de estruturas discursivas, dialógicas e cotidianas que se expressavam pragmaticamente nas inúmeras propostas de projetos e vivências, demandando, no contexto da política territorial, a busca pela concretização e qualificação dos mesmos. Tais circunstâncias levam ao reconhecimento da necessidade do diálogo atento entre os atores territoriais para a execução do Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PDTRS) e para atender seus princípios relacionados à participação direta.

Uma vez identificada essa conjuntura que se reflete numa multiplicidade de ações propostas, fez-se necessário avançar no diagnóstico e desenvolvimento de processos e proposição de uma estrutura que melhor contemplasse a multidimensionalidade do desenvolvimento territorial em sua manifestação local. Tratava-se, portanto, de compreender o desafio e a complexidade intrínseca ao processo de mediação territorial a partir das nuances da gestão social participativa e construir pragmaticamente a multidimensionalidade demandada pela estruturação territorial. O desafio inicial colocava-se em termos de destacar expressamente nuances dessas territorialidades, através dos projetos propostos pelos atores territoriais, a partir dos diálogos promovidos entre as instâncias territoriais na etapa de mobilização territorial e do reconhecimento provocado pela imagem do recorte síncrono derivado do mapeamento social, acima apresentado. Tal conjuntura foi metodologicamente adaptada para gerar as “Redes Temáticas de Atores Sociais Territoriais” e, como consequência, produzir um processo participativo de planejamento e execução de projetos. Nesse contexto, tratou-se de expressar ao Colegiado Territorial do Centro Serratal multiplicidade de propostas e projetos, observando, além disso, sua transitoriedade entre os atores e instâncias territoriais e reconhecendo a circularidade das mesmas na conjuntura do colegiado.

O Quadro 2 lista tal multiplicidade de propostas e projetos, tornando mais evidente as potencialidades da construção de uma estrutura de ação multidimensional, mas também destacando as incongruências relacionadas às possibilidades de operar tal estrutura.

Quadro 2 - Redes temáticas territoriais identificadas a partir da etapa de mobilização territorial

Redes temáticas de Atores Sociais Territoriais	Objetivo geral	Prefeituras municipais, instituições e atores territoriais envolvidos
Rede 1 - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)	Promoção da certificação sanitária de produtos agroindustriais	Passa Sete, Ibarama, Estrela Velha, Jacuizinho, Segredo, EMATER, APL, MPA
Rede 2 - Recuperação de solos	Acesso a insumos de recuperação ou conservação dos solos	Salto do Jacuí, Passa Sete, Jacuizinho, Lagoa Bonita do Sul, EMATER, MPA
Rede 3 - Produção leiteira	Apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite	APROLERI, Associação dos Produtores de Leite de Lagoão, Arroio do Tigre, Salto do Jacuí, EMATER
Rede 4 - Escola Técnica	Criação de Escola Técnica no Território Centro Serra	Salto do Jacuí, Arroio do Tigre, EFASOL, AJURATI, AREJUR, EEEMAT, EMATER
Rede 5 - Produção piscícola	Desenvolvimento da cadeia produtiva de pescado	Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Arroio do Tigre, Sobradinho, EMATER, MPA
Rede 6 - Feiras de comercialização	Promover feiras de produtores	Ibarama, Segredo, EMATER, Guardiões de Sementes Crioulas, MPA
Rede 7 - Sementes crioulas	Promover o resgate, produção e comercialização de sementes crioulas	IBARAMA, Arroio do Tigre, MPA, EMATER, Guardiões de Sementes Crioulas
Rede 8 - Centro de Eventos	Construção de prédio para eventos, feiras e capacitações	Segredo, Lagoa Bonita do Sul, Guarani (Salto do Jacuí), Quilombolas de Julio Borges, EMATER, MPA
Rede 9 - Construção de sanitários	Promover saneamento básico e qualidade de vida através da construção de sanitários	Guarani (Salto do Jacuí), EMATER
Rede 10 - Etnodesenvolvimento na Comunidade Quilombola de Julio Borges	Promover desenvolvimento comunitário através de ações múltiplas	Associação Comunitária de Julio Borges, EMATER, SDR, INCRA, Salto do Jacuí
Rede 11 - Proteção de nascentes	Promover mapeamento e proteção das nascentes	Lagoa Bonita do Sul, EMATER
Rede 12 - Etnodesenvolvimento na Comunidade Quilombola Novo horizonte	Promover desenvolvimento comunitário	Associação Comunitária, EMATER, Jacuizinho, INCRA, SDR

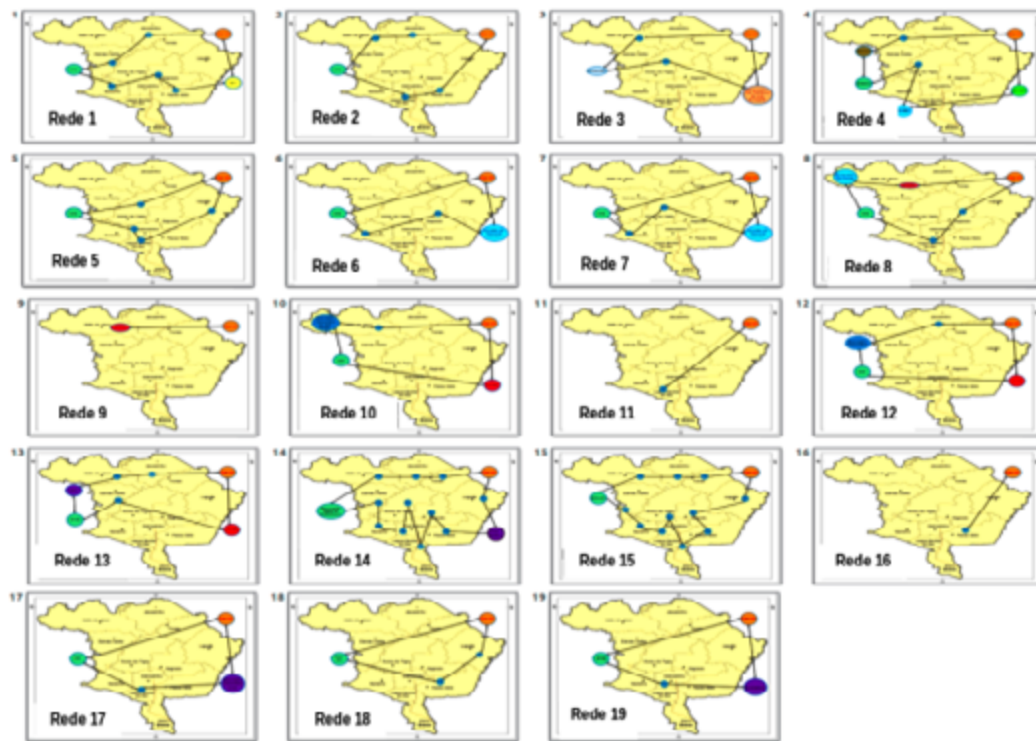
Rede 13 - Comitê Territorial de Povos e Comunidades Tradicionais	Promover a visibilidade, reconhecimento e etnodesenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais	Comunidades Quilombolas, Guaranis e kaingang, INCRA, EMATER, UFSM, Salto do jacuí, Estrela Velha e Jacuizinho
Rede 14 - Comitê Territorial de Mulheres	Reconhecer as políticas públicas para mulheres e promover os grupos produtivos de mulheres	Associações Municipais de Mulheres, EMATER, Você Mulher
Rede 15 - Comitê Territorial de Jovens	Contribuir para o fortalecimento da juventude rural do Território Centro Serra	AREJUR, Associações Municipais de Jovens, EMATER
Rede 16 - Uso de Estrutura de Câmara Fria	Armazenamento e distribuição de hortifrutigranjeiros	Passa Sete, Emater
Rede 17 - Usina de Etanol	Beneficiamento de produtos de cana de açúcar	Lagoa Bonita do Sul, Associação Comunitária Local, EMATER, STR
Rede 18 - Abatedouros municipais	Viabilizar abate de gado de corte	CITE 122, Lagoão, EMATER, Passa Sete
Rede 19 - Coleta de lixo e tratamento de resíduos	Promover estrutura territorial de coleta, reciclagem e tratamento de resíduos	Sobradinho, UFSM, Recicladores

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como observa-se no Quadro 2, o Território Centro Serra contava com uma quantidade ampla de projetos e propostas que envolviam distintas dimensões do desenvolvimento territorial sustentável, apresentando, em menor e maior grau, transitoriedade entre os atores territoriais que eram portadores destes projetos. No entanto, algumas iniciativas tinham mais circularidade e interesse entre os atores territoriais e, de modo geral, recebiam mais destaque no diálogo do Colegiado Territorial.

Na Figura 2, que visa apenas ilustrar diagramaticamente a transitoriedade e circularidade das propostas e projetos no espaço geográfico do território, é possível perceber que algumas delas alcançam mais pontos de interesse que outras.

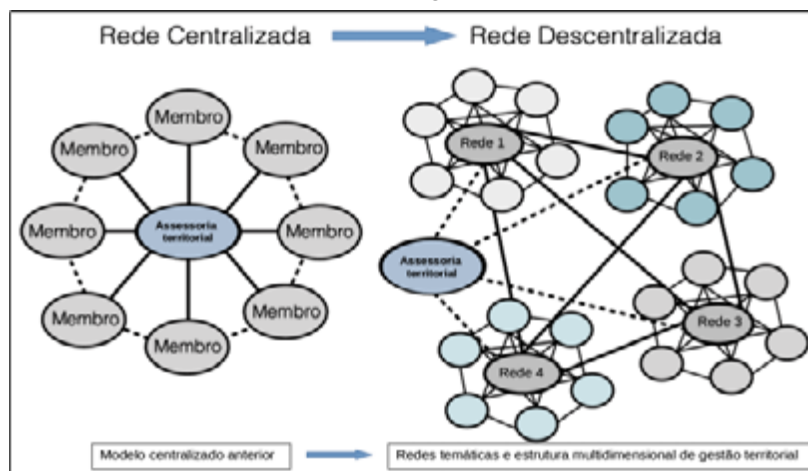
Figura 2 - Diagrama ilustrativo das redes territoriais temáticas e de sua circularidade geográfica no Território do Centro Serra



Fonte: Elaborada pelos autores.

Como foi acima evidenciado, tal conjuntura demonstrava a impossibilidade de atuar simultaneamente em todas as propostas e projetos a partir da estrutura disponibilizada para a gestão territorial, fazia-se necessário, portanto, que as distintas redes temáticas atuassem de forma descentralizada, estabelecendo dinâmicas próprias e conduzindo o Colegiado Territorial para um modelo de ação multidimensional através de redes descentralizadas. A Figura 3 visa ilustrar a busca do Colegiado Territorial do Centro Serra na construção de um modelo de gestão descentralizado e multifinalitário. Destaca-se na referida ilustração a tentativa de deixar um modelo centralizado na assessoria territorial (à esquerda) e estabelecer um modelo descentralizado a partir das dinâmicas das redes temáticas (à direita).

Figura 3 - Ilustração diagramática indicando a mudança de uma estrutura centralizada para uma estrutura multidimensional descentralizada de gestão territorial



Fonte: Adaptada de Egger *et al.* (2007).

As Redes Temáticas de Atores Sociais Territoriais mobilizaram-se para, gradativamente, avançar na construção de planos e ações para a alimentação de projetos que através do esforço coletivo foram qualificando o Banco de Projetos Territoriais do CODETER Centro Serra. Essas “Redes Temáticas de Atores Sociais Territoriais” deram forma ao que foi denominado de “Banco

de Projetos Territoriais”, cujo objetivo seria avançar na elaboração contínua dos projetos até que surgissem as condições específicas para sua execução. O “Banco de Projetos Territoriais”, com isso, vinculava-se ao Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável de modo a conduzir e mediar as iniciativas do Colegiado Territorial, bem como diminuir a necessidade de tomar decisões a partir de uma agenda extraordinária.

A atuação do NEDET Centro Serra, no papel de assessoria territorial, focou nas demandas das distintas redes temáticas e no apoio em iniciativas de diagnóstico, planejamento, execução, avaliação e monitoramento, necessários para a qualificação e desenvolvimento das redes temáticas e do banco de projetos territoriais. A partir da construção de uma estrutura multidimensional de ação extensionista para o desenvolvimento territorial no contexto da gestão social participativa, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Centro Serra (CODETER Centro Serra) passava de uma condição em que os projetos eram pensados só a partir do lançamento dos editais, para outra, em que os projetos já estavam pré-elaborados e eram conhecidos previamente através do Banco de Projetos Territoriais. Assim, cada projeto aguardava as condições mais específicas para a sua submissão e execução, que, quando surgiam, eram facilmente identificadas e deliberadas pelo CODETER Centro Serra.

5 PROPOSTA DE ADAPTAÇÕES NOS PROCESSOS DELIBERATIVOS COLEGIADOS

Entre os anos de 2009 a 2015, a atuação do CODETER Centro Serra do RS foi determinante para realizar uma progressiva adoção de tomada de decisões referentes aos editais oriundos da política territorial, agregando uma gestão democrática que possibilitou a participação de diversos atores sociais ao debate. Nessa época a tomada de decisões baseava-se em debates diretos nas instâncias do colegiado decidindo-se por votação direta quais os projetos que seriam aprovados em plenária. Ao mesmo tempo que esse procedimento possibilitava a participação dos diversos atores sociais no debate, as decisões tomadas a partir dessa metodologia tendiam a privilegiar o capital político e a capacidade de articulação dos atores proponentes dos projetos, secundarizando outros aspectos importantes como a

qualidade técnica, o respaldo social e os resultados a serem obtidos pelos projetos propostos (FACCO *et al.*, 2017). Por consequência, constata-se que por vezes os atores com maior capacidade de articulação e capital político podem promover a concentração dos recursos públicos, com exclusão de grupos minoritários e marginalizados, contrariando o preconizado na política territorial. Outra consequência dessa dinâmica excludente remete ao desestímulo de grupos minoritários à participação nas instâncias e nas dinâmicas estabelecidas dentro dessa gestão colegiada. Pode-se considerar que essa dinâmica se manifestou, em certa medida, no caso do CODETER Centro Serra. Ao analisar a distribuição dos recursos do PROINF, identificou-se certa concentração de recursos em alguns municípios por exemplo (FACCO *et al.*, 2017).

Diante das situações expostas, no ano de 2015, alguns membros do CODETER Centro Serra, juntamente com a equipe de assessores, conduziram um processo de análise da destinação de recursos e das tomadas de decisões dentro do colegiado. Nesse diagnóstico do CODETER Centro Serra (2015) percebeu-se que havia problemas de execução de muitos projetos, tais como: problemas na organização social para a gestão, atraso na execução, entre outros. Diante dos problemas na execução de recursos provenientes da política territorial, houve um processo de debates, e assim buscou-se estabelecer uma metodologia diferente para tomada de decisões referentes à distribuição de recursos para os projetos.⁷ Para ser elaborada uma metodologia alternativa de deliberação houve um período de estudo, reflexões e discussões por parte dos membros do CODETER Centro Serra, que determinou a necessidade da elaboração de critérios que viessem nortear a tomada de decisões. Estabeleceu-se que os critérios deveriam estar ligados diretamente aos objetivos da política territorial. Desse modo, ocorreu a construção, no ano de 2015, de critérios para orientar a tomada de decisão no âmbito do colegiado territorial, com vistas a cumprir com os objetivos da política territorial. O Quadro 3 destaca os critérios para a tomada de decisão e acompanhamentos dos recursos acessados via CODETER Centro Serra (CODETER CENTRO SERRA, 2016).

7 Cabe destacar que, durante o período da política territorial, os recursos eram limitados, possibilitando a contemplação de poucos projetos por ano (no máximo 3 projetos). Com isso, evidenciava-se a necessidade de discutir a prioridade de cada projeto, estabelecendo uma relação entre a priorização, os princípios propostos pela política territorial e o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do próprio Território Centro Serra.

Quadro 3 - Critérios de análise e avaliação de projetos pelo CODETER Centro Serra

Critérios para a tomada de decisão e análise dos projetos apoiados pelo CODETER Centro Serra
1 - Projeto deve ter abrangência territorial comprovada
2 - Projeto deve aproveitar os recursos do território (matéria-prima, mão de obra etc.)
3 - Projeto deve ter contrapartida financeira ou econômica do proponente
4 - Deve-se observar o histórico do projeto, do proponente e dos beneficiários
5 - Projeto deverá passar pela análise técnica dos Núcleos Técnico e Dirigente
6 - Projeto deve estar em concordância com as diretrizes do PTDRS
7 - Deve-se analisar a consolidação e organização da entidade para que esta seja beneficiada
8 - Preferência dos públicos prioritários
9 - Prioridade para projeto de base agroecológica
10 - Projetos devem favorecer a sucessão familiar rural

Fonte: CODETER CENTRO SERRA (2016).

Segundo Facco *et al.*, (2017), o processo que estabeleceu critérios para a tomada de decisões no CODETER Centro Serra configurou uma nova metodologia de trabalho para os processos de seleção e aprovação de projetos dentro do colegiado, na qual esses passaram a ter uma avaliação prévia, maior respaldo social, propiciando assim uma maior eficiência no uso dos recursos públicos. A elaboração de critérios que passaram a orientar os processos de destinação e monitoramento dos recursos acessados pelo CODETER Centro Serra foi um importante resultado da atuação do NEDET Centro Serra no assessoramento do mesmo nos anos de 2015 e 2016, buscando a implementação mais próxima dos objetivos estabelecidos na política territorial brasileira.

6 ADAPTAÇÕES NA ESTRUTURA DO NEDET CENTRO SERRA A PARTIR DA DECADÊNCIA DA POLÍTICA TERRITORIAL FEDERAL

A breve experiência de assessoramento territorial promovida pela “Chamada Pública CNPq/MDA/spm-pr nº 11/2014 - Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET)” proporcionou evidências significativas sobre as possibilidades relacionadas à Extensão no contexto acadêmico e universitário. Ao atrair e aproximar a comunidade científica das conjunturas de desenvolvimento territorial, emergiram oportunidades para formas de diálogo e relacionamento que não eram comumente vivenciados nem pelas instâncias territoriais e nem pelas universidades.

A partir da controversa transição política ocorrida no Governo Federal em meados do ano de 2016, houve a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, conseqüentemente, de muitas das políticas públicas operadas pelo referido ministério. Nesse contexto, a política territorial brasileira também ficou suscetível a essa transição, gerando uma série de incertezas sobre sua condução e continuidade.

Com o encerramento da supracitada chamada pública que estruturou os núcleos de extensão em desenvolvimento territorial, a relação entre o Colegiado Territorial do Centro Serra e o NEDET Centro Serra tornou-se meramente informal, cabendo às partes redimensionar suas possibilidades para estruturar ações de continuidade.⁸ Nesse contexto e de modo a evitar a desintegração completa do processo de assessoria, acordou-se que o NEDET Centro Serra reduziria sua estrutura de ação, focando em alguns projetos de interesse territorial, bem como atendendo de forma mais reduzida as iniciativas protagonizadas pelos públicos prioritários, principalmente as ações voltadas ao gênero e aos povos e comunidades tradicionais.

⁸ Já no final do ano de 2016 ficou claro que a chamada pública que constituiu o assessoramento dos colegiados de desenvolvimento territorial e criação e manutenção dos NEDET's no Brasil não seria continuada. Diante disso, desde o ponto de vista institucional (da universidade) e territorial, havia importantes decisões a tomar. Refletia-se, portanto, se haveria possibilidade de manutenção das instâncias territoriais, bem como de dar continuidade ao processo de assessoramento territorial a partir do NEDET Centro Serra. Operacionalmente, ficava evidente que o núcleo de extensão não conseguiria manter o ritmo e a estrutura multidimensional de assessoria e, desde o ponto de vista do CODETER Centro Serra havia reconhecimento de que, a partir da ruptura dos laços diretos com as oportunidades geradas pelo Governo Federal na execução dos projetos, a participação seria menos interessante aos atores territoriais.

Sendo assim, o NEDET Centro Serra estruturou, a partir de instâncias internas da UFSM, o Programa de Desenvolvimento Territorial do Centro Serra (PREDETER Centro Serra), que visava manter parte da estrutura multidimensional de ação a partir das possibilidades internas da universidade, ou seja, a partir de editais da universidade voltados para a extensão universitária e com o apoio da rede de colaboradores acadêmicos comprometidos com a manutenção da estrutura de ação (discentes, docentes e técnicos da instituição). De modo resumido, destaca-se no Quadro 4 a estrutura multidimensional de ação do PREDETER Centro Serra.

Quadro 4 - Estrutura de ação multidimensional do PREDETER Centro Serra em 2017

Rede temática territorial	Objetivo
Saneamento Básico	Plano Territorial de Saneamento Básico no Território Centro Serra
SUASA	Adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
Comitê Territorial de Mulheres	Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais para o fortalecimento de dois grupos organizados de mulheres rurais
Etnodesenvolvimento de Comunidades Indígenas	Banco de sementes crioulas para a comunidade indígena Kaingang de Júlio Borges
Etnodesenvolvimento de Comunidades Quilombolas	Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais para a Comunidade Remanescente de Quilombo de Júlio Borges
	Dois projetos para duas comunidades quilombolas objetivando o desenvolvimento a fim de superar o estado de vulnerabilidade social, através da inclusão produtiva e geração de renda via Incubadora Social da UFSM
	Incubação de projetos sociais e o desenvolvimento territorial das mesmas duas comunidades quilombolas para geração de renda com vistas à superação do estado de vulnerabilidade social via edital CNPq

Fonte: Adaptado de Froehlich *et al.* (2019).

Como pode-se observar no Quadro 4 destacado, houve uma significativa redução da estrutura de ação multidimensional desenvolvida no processo de assessoria do NEDET Centro Serra ao CODETER Centro Serra. Tal redução foi uma consequência direta da decadência da política territorial do Governo Federal ocorrida no final do ano de 2016, quando o trabalho realizado e as construções sociais geradas para a gestão social participativa de caráter territorial foram ignoradas pelo governo provisório que ocupava a gestão federal. Na ausência de um suporte explícito pelo Governo Federal, a universidade realizou um processo de adaptação para seguir de modo autônomo a partir do redimensionamento de sua estrutura e ação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da brevidade da experiência observa-se que a extensão universitária possui um contexto complexo de interações e conexões possíveis que a sustentação das camadas que vedam tais acessos resultam, atualmente, em mais prejuízos que benefícios para a universidade contemporânea e para as sociedades. Que outras instituições teriam, atualmente, as características polivalentes presentes nas universidades para assessorar no complexo e multidimensional processo de desenvolvimento contemporâneo? Ao deparar-se sobre as noções de território e territorialidades, as estruturas desenvolvimentistas dependem de uma multiplicidade de informações e iniciativas que se tornam necessárias na construção social que propõe a gestão social participativa. Além disso, esse processo demanda a consideração de tantas variáveis que as instituições setorializadas presentes nos territórios rurais não foram e não estão construídas para operá-las. Logicamente, são necessários ajustes institucionais para cumprir os objetivos do desenvolvimento territorial e arriscar-me-ia em sustentar que as universidades seriam as instituições mais preparadas para assessorar nesse processo.

As oportunidades de atuação e possibilidades de diálogos são infinitas e compreendem os distintos modos de formação e investigação acadêmica. Ao dialogar com as dimensões territoriais a partir das metodologias e ferramentas apresentadas neste capítulo tentamos captar e evidenciar o território através da observação crítica de dois aspectos principais: das

condições participativas e da abordagem multidimensional de desenvolvimento. Em ambas as análises ficou exposto que a mediação “exógena” provoca certa ressignificação sobre as relações de poder que estruturam as dinâmicas territoriais.

Se, de um lado, o recorte síncrono produzido pelo mapeamento social pode dinamizar novos e experientes atores territoriais para reconsiderar seus posicionamentos na arena colegiada. Por outro lado, a explicitação de projetos e iniciativas territoriais provocada pela estruturação das redes temáticas explicita parcialmente as territorialidades presentes e caracteriza a riqueza multidimensional dos territórios. Não obstante, a decadência do processo de mediação de modo repentino torna fugaz iniciativas que deveriam consolidar-se independentemente da condição político-partidária observada no país. Conclusivamente, essa é mais uma consequência que atrai as universidades para adentrarem nessas instâncias de modo mais deliberado e planejado, aportando diretamente sua abordagem multidimensional e, principalmente, sua autonomia.

REFERÊNCIAS

ASSIS, W. S. Redes sociais para o processo de inovação em comunidades rurais. In: SIMÕES, A. *et al.* (Org.) **Agricultura familiar: métodos e experiências de pesquisa desenvolvimento**. Belém: NEAF, 2001.

BRASIL; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Secretaria de Políticas Para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). **Chamada CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014 Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial**. Brasília, 2014.

_____; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA); SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). **Marco referencial para o apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Documentos Institucionais 02, Brasília, DF, 2005. 30 p.

CALGARO NETO, S.; DIESEL, V. **Redes Sociais e Constituição de Referentes Técnicos em Cooperativa de Piscicultores em Santa Maria, RS**. In: 47° CONGRESSO DA SOBER, 2009, Porto Alegre, RS. Anais do 47° Congresso da SOBER. Porto Alegre, RS: [s.n.], 2009.

CALGARO NETO, S.; SILVA, E. L.; FROEHLICH, J.M. **Representação entre representantes**: as redes sociais e as dinâmicas de participação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Centro Serra, RS. In: ENCONTRO DA REDES DE ESTUDOS RURAIS, 7., 2016, Natal. Anais... Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

CODETER CENTRO SERRA. Colegiado Territorial do Território Centro Serra. **ATA 03/2016**. Estrela Velha, Rio Grande do Sul. 30 de março de 2021.

FACCO, H. S. *et al.* **CRITÉRIOS E SUA INFLUÊNCIA NA SELEÇÃO DE PROJETOS PARA OS PÚBLICOS PRIORITÁRIOS DA POLÍTICA TERRITORIAL: O CASO DO TERRITÓRIO CENTRO SERRA -RS**. Anais do VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2017.

EGGER, U. K. *et al.* **Work the Net**. Um Guia de Gerenciamento para Redes Formais. Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH (GTZ). Rio de Janeiro: GTZ, 2007.

FROEHLICH, J. M. *et al.* Do NEDET à incubação: trajetória das ações de extensão universitária no âmbito da abordagem territorial do desenvolvimento. **Conexão UEPG**, v. 15, n. 2, p. 135-141, mai-ago 2019.

ROCHA, F. E. C. *et al.* **Comunicação interpessoal em três assentamentos de reforma agrária de Unaí - Minas Gerais**. 2003. 22 p. Documentos 94. Embrapa Cerrados, Planaltina, Distrito Federal. 2003.

SPERRY, S. A patologia social das organizações dos pequenos produtores rurais. In: SPERRY, S. (Org.). **Organização dos produtores**. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, p. 145-166. (Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia. Agricultura familiar, 3). 1999.

TOMMASINO, H.; FABREAU, M.; GUEDES E. Mapeo de los actores sociales: una metodología de visualización relacional y posicional. Introducción a un enfoque reticular en el marco del desarrollo local. In: TOMMASINO, H.; HEGEDUS, P. **Extensión**: reflexiones para la intervención en el medio rural. Montevideo: Universidad de la República – Facultad de Agronomía, 2006. p. 231-244.

SEÇÃO 3

A UNIVERSIDADE E OS GRUPOS EM CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: O TRABALHO DESENVOLVIDO A PARTIR DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS GRUPOS RURAIS EM CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Jennifer Hubner¹

Fernanda Miranda²

Lucas Moretz-Sohn David Vieira³

1 INTRODUÇÃO

Com a desativação da política federal de desenvolvimento territorial, a partir de 2017 o NEDET buscou manter sua atuação na mobilização política para a gestão social do Território Centro Serra ao mesmo tempo que focalizou as ações de inclusão socioprodutiva junto aos públicos em condição de maior vulnerabilidade social, especialmente junto a comunidades quilombolas.

1 Bacharel, mestre e doutoranda em Ciências Sociais pela UFSM, atuou no NEDET desde 2018 como bolsista de iniciação científica (PIBIC-CNPq), sendo responsável pela coleta e sistematização de dados junto aos projetos “Territorialidades e construções identitárias em contexto de interculturalidade” e “Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS”, desenvolvidos pelo NEDET-UFSM.

2 Quilombola, médica veterinária formada pela UFSM, mestre e doutoranda em Extensão Rural na UFSM, participou das atividades do NEDET desde 2019, atuando principalmente em relação às parcerias com a Incubadora Social, a Economia Solidária e o diálogo com as comunidades quilombolas de Júlio Borges e de Linha Fão.

3 Agrônomo formado pela UENF-RJ, mestre e doutor em Extensão Rural na UFSM. Atuou no NEDET-UFSM desde 2016, tendo sido bolsista EXP-CNPq junto às comunidades quilombolas de Linha Fão e Júlio Borges, grupos incubados pela Incubadora Social da UFSM. Tem interesse nos temas da política de desenvolvimento territorial e de inclusão socioprodutiva das comunidades quilombolas.

Para entender a motivação e orientação da atuação do NEDET junto a comunidades quilombolas convém recuperar a trajetória da agenda étnico-racial – a qual contribuiu para a visibilidade desses atores sociais e a definição das diretrizes para o trabalho com eles. Nesse sentido, o presente capítulo visa apresentar uma breve contextualização acerca da trajetória da agenda étnico-racial e das diretrizes para a atuação com comunidades quilombolas.

2 DO RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE SOCIAL NO MEIO RURAL À PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DIFERENCIADAS

Delgado (2012) chama atenção para o fato de que à medida que o projeto de democratização brasileira avançou ao longo dos anos 2000's, diversos grupos sociais começaram a participar de espaços públicos e expor sua realidade e suas demandas, evidenciando-se a heterogeneidade interna da categoria agricultura familiar e a necessidade de refletir sobre a diferenciação das políticas de desenvolvimento para públicos específicos. Para Delgado (2012, p. 105), pensar sobre essa categoria significa reconhecer a grande diversidade do rural brasileiro “que abriga um amplo conjunto de populações e de povos, cuja saída da ‘invisibilidade’, através da conquista de direitos sociais universais e de políticas públicas diferenciadas, é uma das atribuições primordiais de um Estado democrático”.

A formação de um novo imaginário sobre a composição social do meio rural, agregada a um questionamento radical sobre o sentido do desenvolvimento encontra-se na origem da proposta de desenvolvimento rural sustentável e solidário, elaborada pelo CONDRAF⁴. Para Valadares *et al.* (2018, p. 03), esse processo demanda garantir uma série de direitos que devem integrar, principalmente “o direito à terra, ao território e à autodeterminação de povos e comunidades tradicionais; o direito à alimentação saudável e adequada, e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”.

4 Sua elaboração remete a: “um conceito bastante abrangente de desenvolvimento rural foi construído e sintetizado em 2008 na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, na seguinte expressão: “por um Brasil rural com gente, com sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade e solidariedade” (Valadares *et al.*, 2018, p.iii).

A decisão política de avançar em termos de equidade social levou a ações de priorização desses públicos nas políticas públicas, bem como à proposição de políticas públicas diferenciadas para cada um desses públicos segundo sua especificidade. Nesses marcos gerais, as comunidades tradicionais constituem um desses grupos que ganhou maior visibilidade e atenção nas políticas de desenvolvimento.

A posição política do governo em relação às comunidades tradicionais se manifestou no Decreto 6.040 de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Nesse decreto define-se que povos e comunidades tradicionais constituem grupos que se reconhecem como culturalmente diferenciados, com formas próprias de organização social, que se relacionam com os territórios e recursos naturais de modo a determinar suas condições de produção e reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007). Complementarmente define-se que a PNPCT objetiva promover o desenvolvimento sustentável desses povos e comunidades dando ênfase ao reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Ou seja, há um reconhecimento de que o trabalho com esses grupos requer uma consideração especial de suas condições, sua cultura e identidade (BRASIL, 2007).

A partir da disposição política de reconhecimento e atenção às condições e identidade cultural das comunidades tradicionais, diversos grupos foram identificados, destacando-se, dentre esses, as comunidades quilombolas.

3 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS ENQUANTO COMUNIDADES TRADICIONAIS

A palavra quilombo vem das línguas faladas por diversos povos de origem Bantu e significa “acampamento guerreiro na floresta”. No Brasil o termo quilombo passou a ter o sentido de comunidade autônoma, isto é, “formada por um grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas, que

servem de meios comuns para lograr fins comuns” (BRASIL, 2013, p. 54). É um termo que vem sendo ressemantizado e está em debate entre historiadores, antropólogos, grupos e organizações para designar a atual situação de segmentos populacionais em diferentes partes do território nacional. A primeira definição oficial histórica remete a 1740, quando o rei de Portugal fez uma consulta ao Conselho Ultramarino, na qual as comunidades são definidas como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões neles” (IBIDEM, p. 55). Essa definição povoou o imaginário e esteve contida nas literaturas sobre o assunto por um longo período.

Apenas em outubro de 1988, quando foi aprovado o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Brasil, que surgiu a designação formal de “remanescentes das comunidades de quilombos” (BRASIL, 1988). Contudo, o conceito de quilombo ainda estava em jogo, sem uma definição propriamente dita, assim impossibilitando a identificação quilombola e a titulação dos territórios. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na busca por orientar a aplicação do art. 68, elaborou, em 1994, um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais com a definição do termo “remanescente de quilombo” que não se restringe à existência de resíduos arqueológicos ou comprovação biológica, bem como do grau de isolamento ou homogeneidade populacional, mas “sobretudo consiste em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 1994, p. 82).

Assim, a definição de remanescentes de quilombo consiste em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característico de um determinado lugar. Sendo que a identidade desse grupo não se define pelo tamanho e número dos seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de suas trajetórias em comum e da continuidade enquanto grupo. Em relação à territorialidade, esse documento diz que a ocupação desse espaço é através de laços de parentesco e vizinhança, sendo estabelecida relações de solidariedade e de reciprocidade. Assim, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, mas sim por meio do uso coletivamente, variando conforme à sazonalidade das atividades agrícolas.

O Decreto 4887/03 (art. 2º) do Governo Federal caracteriza as comunidades quilombolas como: “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

Com esse Decreto, amplia-se a demarcação de territórios quilombolas, além de inserir definitivamente esse público na agenda pública brasileira. No que concerne à demarcação, temos a seguinte informação: de 1995 a 2002 foram 45 títulos regularizados, abrangendo 775.321, 1195 hectares; de 2003 a 2010 foram 75 títulos regularizados, abrangendo um total de 212.614, 8680 hectares; de 2011 a 2012 foram 19 regularizados, abrangendo um total de 7.073,1002 hectares (BRASIL, 2013).

Até 2018, além do quantitativo desses 139 títulos de área quilombola emitidos, foram titulados só mais 10 áreas, em um período de 5 anos. Esse dado representa a redução de 97% do orçamento para demarcação de área nesse período, e demonstra que ainda há muito a ser feito: uma vez que o número de territórios quilombolas reconhecidos representam aproximadamente 7% de cerca de 3.200 comunidades quilombolas reconhecidos pelo Estado Brasileiro desde 1988 (80% dessas comunidades foram reconhecidas a partir de 2003) (BRITO, 2018).

Essa restrição de acesso a terra condiz com a situação de vulnerabilidade social que vivem os quilombolas no Brasil, pois, segundo o Censo Quilombola de 2013, 70% desse público tem a agricultura como principal atividade econômica, mas a falta de terra e a baixa escolaridade (70% possui Ensino Fundamental Incompleto) faz com que a renda *per capita* mensal não ultrapasse 1 salário mínimo (tanto individualmente, quanto domiciliar): 61% dos(as) quilombolas não atingem esse faturamento mensal, e se for considerar por domicílio, esse dado sobe para 89%. Por isso, 95% dos(as) quilombolas avaliaram negativamente as oportunidades de trabalho e renda; e os programas sociais que atingem maior número de pessoas são o Bolsa Família (63%) e a Cesta Básica (58%), que representam a única fonte de renda para 30% dos(as) quilombolas entrevistados(as) (BRASIL, 2013).

Assim, em um contexto desenvolvimentista que considera as comunidades tradicionais como um obstáculo para o progresso, é de suma importância o apoio das políticas públicas em prol da visibilidade desses grupos e superação de sua condição de vulnerabilidade social. A luta contra-hegemônica das comunidades tradicionais explicita a disputa pela terra e

denuncia a violação dos direitos humanos. Os incentivos e apoio de políticas públicas podem tornar essas comunidades detentoras de mecanismos de desenvolvimento endógeno, de fortalecimento da cultura quilombola e de desenvolvimento local.

4 DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que o reconhecimento da legitimidade de políticas públicas para comunidades quilombolas define um novo campo no âmbito da agenda política. Ao se propor a intervir com vistas à melhoria das condições das comunidades quilombolas, coloca-se o desafio de definir referências sobre estratégias e o formato de políticas que tenham alcance significativo e sejam efetivas em relação a essa finalidade.

Uma observação da trajetória das políticas públicas brasileiras orientadas para esse público evidencia que foi reconhecida a necessidade de estabelecer uma complementaridade entre uma abordagem transversal da agenda étnico-racial e a formulação de políticas diferenciadas, orientadas especificamente para comunidades quilombolas. Desde então foram realizadas diferentes experiências, em diferentes marcos institucionais: como ações transversais (como aconteceu na Política Territorial Brasileira, por exemplo) ou como políticas específicas.

Entretanto, o problema de implementação das políticas públicas que efetivem os direitos humanos para os quilombolas é mais profundo. Há uma enorme distância entre a intenção demonstrada e a ação de implantação dessas políticas. Um censo foi elaborado para comprovar essas violações. Um dos motivos apontados nesse levantamento é a desinformação sobre os direitos por parte da população quilombola, que relataram em depoimentos que só por volta do ano 2000 começaram a ter conhecimento dos seus direitos. Outro fator é a dificuldade relacionada à falta de recursos e de acesso aos quilombos, o que dificulta a mobilização para pressionar os poderes estatais a cumprirem as políticas a que têm direito. A luta quilombola é uma luta contra-hegemônica, pois fere interesses dos que possuem a hegemonia. Assim, esses atores necessitam se unir com outras forças

da sociedade que lutam por mudanças no modelo de desenvolvimento e minimamente concretizar as transformações (BRASIL, 2013).

O NEDET Centro Serra em sua atuação no período 2014/2020 conferiu atenção especial aos grupos em condição de vulnerabilidade social, especialmente às comunidades quilombolas, o que leva a um acúmulo de experiências. As experiências do NEDET são diversas na medida em que foram vinculadas a diferentes políticas públicas e referenciais. Assim, implicaram ênfase em investimentos em infraestrutura sob marcos da política federal de desenvolvimento territorial, incubação social de empreendimentos coletivos solidários nos marcos da política de extensão universitária e de programas de inovação do CNPq e conferiram certa ênfase à valorização dos recursos e da identidade cultural e promoção da diferenciação da produção local.

Ciente que a introdução da “questão quilombola” é recente na agenda das políticas públicas, entende-se que se vivencia um período de experimentação social para definição do formato de política pública mais adequado. Nesse sentido a reflexão sobre as experiências de extensão universitária do NEDET pode contribuir nesse processo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Documento do Grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais**. Rio de Janeiro, 1994.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1.

_____. Decreto n. 4887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Seção 1, p. 4.

_____. Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 fev. 2007, p. 316.

_____. Relatório final da pesquisa quantitativa, o censo quilombola. **Brasil Local** - Etnodesenvolvimento e Economia Solidária, SOLTEC/UFRJ - CONAQ, 2013.

BRITO, D. **Menos de 7% das áreas quilombolas no Brasil foram tituladas**. Brasília: Agência Brasil, 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/menos-de-7-das-areas-quilombolas-no-brasil-foram-tituladas>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

DELGADO, N. G. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, p. 85-129, jun. 2012.

VALADARES, A. A. *et al.* Desenvolvimento Rural. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise, n. 25, 2018.

CAPÍTULO 6

A INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS ATRAVÉS DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA VINCULADOS AOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Lucas Moretz-Sohn David Vieira¹

Jennifer Hübner²

1 Agrônomo formado pela UENF-RJ, Mestre e Doutor em Extensão Rural na UFSM. Atuou no NEDET-UFSM desde 2016, tendo sido bolsista EXP-CNPq junto às comunidades quilombolas de Linha Fão e Júlio Borges, grupos incubados pela Incubadora Social da UFSM. Tem interesse nos temas da política de desenvolvimento territorial e de inclusão socioprodutiva das comunidades quilombolas.

2 Bacharel, mestre e doutoranda em Ciências Sociais pela UFSM, atuou no NEDET desde 2018 como bolsista de iniciação científica (PIBIC-CNPq), sendo responsável pela coleta e sistematização de dados junto aos projetos “Territorialidades e construções identitárias em contexto de interculturalidade” e “Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS”, desenvolvidos pelo NEDET-UFSM.

1 INTRODUÇÃO

O NEDET Centro Serra, vinculado à UFSM, foi constituído para operar a política federal de desenvolvimento territorial no Território Centro-Serra (RS). Essa atuação visava potencializar as contribuições do PRONAT para esse território. As contribuições do PRONAT abrangiam o fortalecimento da gestão social do território mediante a criação de um Colegiado Gestor (CODETER) e a ativação do desenvolvimento a partir do financiamento de projetos de infraestrutura associados à capacitação. Embora o território seja caracterizado por ter base produtiva na agricultura familiar, um olhar mais atento revela a heterogeneidade social presente nele pois encontram-se agricultores patronais e, na ampla categoria da agricultura familiar, distinguem-se assentados, comunidades quilombolas e indígenas. A disposição de colocar a política federal de desenvolvimento territorial a atuar em prol da equidade levou à transversalização das questões de pobreza, étnico-racial, de gênero e de geração, definindo-se que haveria de se conferir prioridades aos grupos com essas características, buscando-se tanto sua inclusão nos processos de gestão social do território quanto nas iniciativas estruturantes (conferindo-lhes prioridade no financiamento de projetos). Assim, o PRONAT favoreceu a emergência de experiências de trabalho com esses grupos, especialmente com comunidades quilombolas visando a inclusão socioprodutiva desses grupos. Destaca-se que, conforme dados, muitos desses grupos enfrentam restrições diversas, que levam a considerá-los grupos em condição de vulnerabilidade social, uma vez, por exemplo, que convivem com o restrito acesso a terras e, muitas vezes, não exercem a titularidade da terra que ocupam. Nesse sentido, é ilustrativo o caso da Comunidade Quilombola Linha Fão, que será tratado neste capítulo, pois a quantidade de área que possui cada um dos núcleos familiares da comunidade é bastante inferior à média de área dos estabelecimentos rurais do município de Arroio do Tigre-RS, onde se situam. Ainda, as restrições de titularidade da terra dificultaram o acesso dos comunitários aos recursos oriundos da política territorial.

O presente texto trata da experiência do NEDET em sua atuação em prol da inclusão socioprodutiva das comunidades quilombolas no âmbito do PRONAT no Território Centro Serra. Para abordagem do tema selecionou-se um caso de financiamento de infraestrutura: o financiamento de estufa para Comunidade Quilombola Linha Fão. Cabe detalhar que a

atuação do NEDET na viabilização desse empreendimento estendeu-se de 2014 a 2019 abrangendo um período maior do que o de vigência do PRONAT (2014/2016). Assim, para a continuidade da atuação foi necessário recorrer a financiamentos complementares (Edital da Incubadora Social da UFSM e Edital do CNPq). Por entender que a proposta de construção da estufa foi formulada durante a vigência do PRONAT (e financiada por esse programa), essa será tratada, para fins de exposição neste capítulo, como vinculada essencialmente ao PRONAT.

Na estruturação do capítulo apresenta-se uma contextualização histórica da origem das comunidades quilombolas presentes no território, uma caracterização da comunidade Linha Fão para, então, analisar sua participação na política de desenvolvimento territorial no Centro Serra e como beneficiária do PRONAT (caso estufa).

2 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO TERRITÓRIO CENTRO SERRA: NARRATIVAS COMUNS E SINGULARIDADES: ANCESTRALIDADE, LOCALIDADE E A ORIGEM DO NOME DAS COMUNIDADES

As três comunidades quilombolas (duas descritas neste livro) identificadas no Território Centro Serra possuem uma origem comum: a localidade de Sítio, no município de Arroio do Tigre-RS. De acordo com o relato de representantes quilombolas das duas comunidades, seus ancestrais nasceram e foram escravizados na região de Pelotas, Estrela Velha, Campo Comprido, Jacuizinho e Soledade. Eles se deslocaram na virada do século XIX para o século XX às redondezas do Sítio e de Linha Fão, em virtude de guerras, fugas, raptos e revoluções que ocorreram na região em diferentes contextos históricos, bem como perseguindo melhorias nas possibilidades de trabalho e ocupação de terras em áreas que estavam em desuso e eram pouco habitadas (COELHO, 2014).

De acordo com Buti (2014), a região do Planalto Central do Rio Grande do Sul foi colonizada inicialmente por quatro famílias luso-brasileiras: Borges, Fernandes, Rodrigues da Silva e Toledo. Segundo o autor, foi a partir delas que as famílias quilombolas acabaram herdando

o sobrenome, no pretérito tempo em que seus (suas) ancestrais foram escravizados pelos luso-brasileiros. Além disso, foram reconhecidos por Buti (2014) e Coelho (2014) os casais que deram origem às três comunidades quilombolas desta região: Benedito-Antônia (os Fernandes), Manoel-Generosa (os Miranda), Alocádio-Maria Josefa (os Xavier) e Augusto-Andresa (os Rodrigues da Silva). Segundo os autores, pode-se confirmar que, ao menos Benedito, Manoel, Alocádio (que veio fugido de Pelotas, segundo relato de uma mulher da comunidade) e Andresa foram escravizados, e são avós dos atuais membros comunitários de idade mais avançada das três comunidades.

Sobre o marco temporal das gerações que configuraram as comunidades quilombolas de Linha Fão e Júlio Borges, no intervalo entre os anos de 1860 e 1950, podem ser identificadas três gerações: de 1860 a 1890, referente ao período de nascimento dos quatro principais casais ascendentes com vinculação escrava (citados acima) (BUTI, 2014); de 1890 a 1920, referente ao período de nascimento dos filhos desses casais (como Aparício, Belmira, Germano e Orgencina) que, junto aos pais, ocuparam a região do Sítio; e, por fim, de 1920 a 1950, concernente ao período de nascimento dos(as) netos(as) desses casais [filhos(as) de Aparício, Belmira, Germano e Orgencina], sendo que algumas dessas pessoas estão vivas (BUTI, 2015).

Feitas essas aproximações históricas, vinculando o passado de escravização pelo qual passaram os ancestrais da comunidade quilombola de Linha Fão, na próxima seção discute-se como essa comunidade se constituiu em potencial beneficiária de programas do PRONAT, de financiamento à infraestrutura.

3 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS ENQUANTO ATORES E BENEFICIÁRIOS DO PRONAT

A participação das comunidades quilombolas na gestão social do Território Centro Serra, por meio de participação e composição no Colegiado do Desenvolvimento Territorial do referido território (CODETER Centro Serra), se deu esporadicamente ao longo dos 9 anos (2009-2017) que o respectivo colegiado esteve mais atuante. Pela análise das atas das

reuniões do CODETER Centro Serra no período mencionado, foi constatado que das 51 reuniões que ocorreram nesse período³, a presença de representantes da Comunidade Quilombola Linha Fão ocorreu em 7 reuniões (contando que a participação em 6 delas ocorreu entre 2009 e 2012, e a última em 2016), enquanto a Comunidade Quilombola Júlio Borges esteve presente em 6 reuniões (uma delas foi no ano de 2011, e as outras 5 participações foram nos anos de 2015 e 2016, situação inversa da Linha Fão) (VIEIRA, 2018).

Nesse sentido, com relação às comunidades mencionadas, uma das primeiras ações do CODETER do Território Centro Serra foi a inclusão de projetos para estes grupos no edital para Ações de Projetos de Infraestrutura e Serviços (PROINF), através da proposta 002856/2010, que tinha como objetivo “Apoio a comunidades quilombolas, aquisição de equipamentos e veículos para Bases de Serviços e implantação de horta comunitária”. Essa foi a forma de solicitar e acessar os recursos da política federal de desenvolvimento territorial. No Quadro 1 estão descritos todos os itens solicitados no edital do PROINF 2010 e a situação da solicitação em 2018.

3 Nessa contabilidade foram consideradas além das Plenárias, as reuniões do Núcleo Técnico e Núcleo Dirigente, espaço no qual as comunidades quilombolas passaram a ter representação só em 2015.

Quadro 1 - Discriminação dos objetos solicitados no PROINF 2010 para diferentes públicos

Meta	Proponente	Município	Objeto	Valor (R\$)	Situação em 2018
01	CI/Jacuí	Sobradinho ¹²	Aquisição de equipamentos máquinas de costura destinadas a comunidade quilombola	3.780,00	Executado
02	CI/Jacuí	Sobradinho	Aquisição de 01 caminhão carroceria de madeira, capacidade de carga de 4.000KG	120.000,00	Executado
03	CI/Jacuí	Sobradinho	Kit de acondicionamento, armazenagem e carregamento de produtos (balanças, paletes, máquina de costurar sacos e caixas plásticas)	42.015,00	Executado
04	CI/Jacuí	Sobradinho	Aquisição de kit equipamentos diversos para instrumentalizar a base de serviços e comercialização	88.550,00	Executado
05	CI/Jacuí	Sobradinho	Aquisição de uma câmara fria	24.800,00	Executado
06	CI/Jacuí	Sobradinho	Aquisição de 01 kit de equipamentos para horta comunitária para os públicos especiais; comunidades quilombolas	29.827,00	Executado
07	CI/Jacuí	Sobradinho	Construção de Centro Cultural Quilombolas	72.588,00	Cancelado e devolvido o dinheiro
08	CI/Jacuí	Sobradinho	Aquisição de kits de informática: 15 microcomputadores (12 destinados à associação regional dos jovens rurais; 03 destinados as cooperativas e CODETER)	26.790,00	Executado

Fonte: Adaptado de Brasil (2017a)

Em 2015/2016 houve uma retomada da proposição de projetos para comunidades quilombolas no âmbito do CODETER. O projeto para a Comunidade Quilombola Júlio Borges teve início a partir de uma articulação do NEDET Centro Serra ainda em 2015, para a obtenção de recursos para a construção da sede da associação que representa a comunidade, assim como para compra de equipamentos necessários para uma agroindústria de panificados. Dessa articulação, foram realizadas duas propostas para Ações de Projetos de Infraestrutura e Serviços (PROINF), que seriam os recursos da Política Territorial que teriam as famílias quilombolas da Júlio Borges como público beneficiário: o primeiro PROINF é do ano de 2015, tendo como objetivo a “Melhoria da Infraestrutura Produtiva da Ass. Com. Reman. de Quilombo Júlio Borges com foco na Segurança Alimentar e na Inclusão Produtiva”; já o segundo PROINF é do ano de 2016, tendo como objetivo a “Melhoria da infraestrutura de produção, de logística e comercial. de produtos e da inclusão socioprodutiva a partir de ações de treinamentos e capacitações, aquisição de equipamentos e de veículo utilitário destinados a grupos organizados de mulheres agricultoras familiares e quilombolas”, tendo como número de proposta: 019835/2016. Ambos PROINFs tiveram como proponente a Prefeitura Municipal de Salto Jacuí, sendo essa a primeira vez da constituição do PRONAT no Território Centro Serra que a prefeitura do município ao qual uma comunidade quilombola está situada ficou como proponente de um projeto relacionado à mesma. Apesar dessa articulação do NEDET com a prefeitura de Salto do Jacuí e a Comunidade Quilombola de Júlio Borges, o primeiro projeto não chegou a ser executado (sendo inclusive extinto) e o segundo projeto chegou a ser aprovado, e, quando em vias do recurso ser executado, por problemas administrativos municipais o recurso não pode ser utilizado e teve sua devolução para a União (FACCO *et al.*, 2017).

As considerações presentes neste capítulo abordam as ações previstas no item 6: “Aquisição de 01 kit de equipamentos para horta comunitária para os públicos especiais; comunidades quilombolas”, especialmente para comunidade da Linha Fão do PROINF 2010 (BRASIL, 2017a). Esse investimento foi solicitado em 2010, mas a operacionalização não foi concluída até 2016, o que levou o NEDET a recorrer a fontes complementares de financiamento, com referência ao projeto Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra (PREDETER Centro Serra), ao Programa de Acompanhamento do Processo de Incubação – Incubadora Social da Universidade Federal de Santa Maria (IS/UFSM) [os dois primeiros projetos atribuídos ao

Fundo de Incentivo a Extensão (FIEEX) da Pró-Reitoria de Extensão da UFSM (PRE-UFSM)] e ao projeto “Produção e Gestão Quilombola em empreendimentos Econômicos Solidários no Território Centro Serra do RS: mediações e tecnologias sociais em contextos de interculturalidade” [esse projeto aprovado em uma Chamada Pública conjunta publicada entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Ministério do Trabalho e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Chamada CNPq/MTb-SENAES Nº 27/2017) (FROEHLICH, 2017a; FROEHLICH, 2017b).

Tendo em vista que os financiamentos complementares visavam concluir a execução da proposta concebida nos marcos da política federal de desenvolvimento territorial, não será concedida ênfase, neste capítulo, ao detalhamento das condições de atuação do NEDET sob os demais editais, visto que essa constitui a ênfase do próximo capítulo.

4 OS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA LINHA FÃO

Nesse sentido, inicialmente apresenta-se o contexto socioproductivo da Comunidade Quilombola Linha Fão, que foi se constituindo a partir da própria relação de alteridade que vivenciam essas famílias. Num segundo momento detalha-se a proposta de investimento associada à política federal de desenvolvimento territorial e sua execução.

4.1 CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE

A Comunidade Quilombola Linha Fão está localizada no quinto distrito do município de Arroio do Tigre, conhecido por Sítio, e dentro deste, na localidade do Sítio Novo. O Sítio é um dos sete distritos de Arroio do Tigre, localizado a noroeste do mesmo, e tem como limite os municípios de Salto do Jacuí (pelo rio dos Caixões) e Estrela Velha (pelo rio Jacuizinho). A Comunidade Quilombola Linha Fão fica a aproximadamente 25 km da sede municipal, saindo do centro de Arroio do Tigre e percorrendo a RS 481 no sentido Estrela Velha (BUTI, 2014). Na Figura 1 é possível visualizar a localização da comunidade nos limites territoriais do respectivo município.

Figura 1 – Localização da Comunidade Quilombola Linha Fão no mapa do município de Arroio do Tigre-RS



Fonte: Buti (2014, p. 19).

A Comunidade Quilombola Linha Fão começou a se configurar a partir da década de 1970, quando deixou de ser habitada pelos quilombolas da família Fernandes (que estavam de mudança para Júlio Borges), e passa a ser habitada pelos Miranda, Xavier e Rodrigues da Silva.

Desse acontecimento, dois outros fatos são importantes mencionar: 1) As terras onde então viviam a maior parte dos núcleos familiares que hoje constituem a comunidade de Linha Fão tinha sido doadas a Aparício e Belmira, por volta dos anos 1930 (por Pedro Simão, então patrão de Aparício), como recompensa dos serviços prestados e em virtude do nascimento de uma das filhas do casal (que teve o patrão

como padrinho) (BUTI, 2015); 2) Entretanto, no ano de 1970, esses foram expropriados. Como Aparício já era falecido e Belmira tinha pouca instrução, foram expropriados e expulsos dessas terras por dois colonos de descendência alemã, que ordenaram que se deslocassem para o local atual (BUTI, 2014).

Segundo Buti (2014), os núcleos familiares não foram todos de imediato para a área atual, e esse foi um critério para distribuição territorial que se configura até hoje na Linha Fão. Em 1970, Belmira⁴ fora acompanhada somente pelos núcleos familiares de dois dos seus filhos. Em 1971, se estabeleceram no local os membros do núcleo familiar de outra filha. Em 1980, os núcleos familiares de mais três dos quatro filhos do casal. E em 1990, o último núcleo familiar se instalou na Linha Fão.⁵ Destes, apenas uma filha de Belmira decidiu permanecer na antiga área, tendo vivido ali até o seu falecimento. Assim, o total das famílias comunitárias gira em torno de quarenta, dessas, 15 moram na comunidade.

Em virtude de viverem em 11 hectares de terra, em terreno íngreme e pedregoso (logo, pouco agricultável), e com 15 famílias dividindo (de forma desigual⁶) a área, é iminente que para sobreviver precisam trabalhar em terras de outrem. Por isso, as famílias quilombolas trabalham como diaristas nos cultivos de fumo, feijão e milho nos estabelecimentos rurais das famílias de descendência alemã e italiana. Geralmente o período com maior demanda de trabalho é de novembro a abril de cada ano, período que ocorre o cultivo de fumo. Nos demais períodos do ano, geralmente desempenham outras funções nessas propriedades (de serviços de limpeza doméstica a serviços de manutenção geral) ou acabam se valendo

4 Aqui é importante destacar que apesar de estar considerando os núcleos familiares constituídos pelos(as) filhos(as) de Belmira (principalmente pelo fato dela ter sido a única filha que estava viva, dos casais que deram origem às comunidades quilombolas da região), na verdade quatro filhas e um filho de Belmira foram casados com os filhos e a filha de Germano e Orgencina. Que, por sua vez, gerou casamentos consanguíneos entre os(as) netos(as) de Aparício, Belmira, Germano e Orgencina. Além do compadrio entre primos.

5 Esse deslocamento não se deu sem repressão. Aproveitando que todas as pessoas dessa família haviam decidido trabalhar um tempo na cidade de Camaquã-RS, alguém insatisfeito com a presença da família quilombola nas antigas terras de Aparício e Belmira decidiu pôr fogo na casa que habitavam (que era de madeira). Quando retornaram, acabaram decidindo ir para a Linha Fão.

6 Só uma família detém 5 hectares de terra, e essa é a única família que detém a posse dessas terras. As outras famílias, até hoje, não possuem o documento de posse de suas terras, que está nas mãos do descendente do colono alemão que os expropriou em tempos pretéritos, e para quem as famílias quilombolas continuam trabalhando nos tempos atuais.

da demanda de mão de obra em algum outro cultivo; ou ainda optam por buscar emprego em outra região (BUTI, 2015). Cabe assinalar, também, que foi na área reconhecida como Linha Fão, antigamente conhecida como “Terras de Antônia”, que viveram as famílias que inicialmente constituíram a comunidade quilombola de Júlio Borges, que se deslocaram em busca de melhores condições de vida.

Importante distinção é feita pelos quilombolas entre as lavouras e as hortas. As hortas estão na comunidade, em cada casa, onde priorizam o plantio de plantas medicinais e algumas verduras. Já a lavoura é o local onde trabalham para extrair a maior parte da renda e também é o local que conseguem (com autorização de seus respectivos patrões) produzir alimentos mais relacionados à cultura quilombola, tais como: mandioca, batata-doce e alho, e que levam para consumir em casa. Em relação aos cultivos tradicionais dos(as) quilombolas (e também, da cultura africana), quando ainda estavam na área considerada como “terras de Aparício”, essas famílias realizam os seguintes cultivos: feijão miúdo, mandioca, batata, fava, lentilha, arroz, milho e milho pipoca, além das frutas nativas, guajuviras e pinheiros (BAQUAQUA, 2017; BUTI, 2014; GOMES, 2015).

Assim, considera-se que para que as famílias possam ter condições de voltar a produzir o seu próprio alimento, pautar sua sobrevivência no fruto do trabalho que realmente lhe pertence e deixar de viver refém do oneroso e maléfico trabalho⁷ nas lavouras de fumo, é necessário que se realize a demarcação das áreas que essas famílias reivindicam e que no passado foi o local que seus ancestrais encontraram e escolheram para viver. E, embora a comunidade tenha aberto processo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no ano de 2006, somente em 2012 representantes do Instituto foram na comunidade, visando iniciar o estudo para elaboração do Relatório Antropológico⁸ (BUTI, 2014).

7 Não são raros os casos de quilombolas que passam mal com o contato direto com agrotóxicos nas lavouras de fumo, assim como estão com problemas ocasionados pelo esforço do trabalho (considerando que no período de maior trabalho, eles chegam a trabalhar 15 horas por dia).

8 Outras duas importantes informações: o reconhecimento da comunidade como quilombola junto à Fundação Cultural Palmares (FCP) ocorreu em 2004.

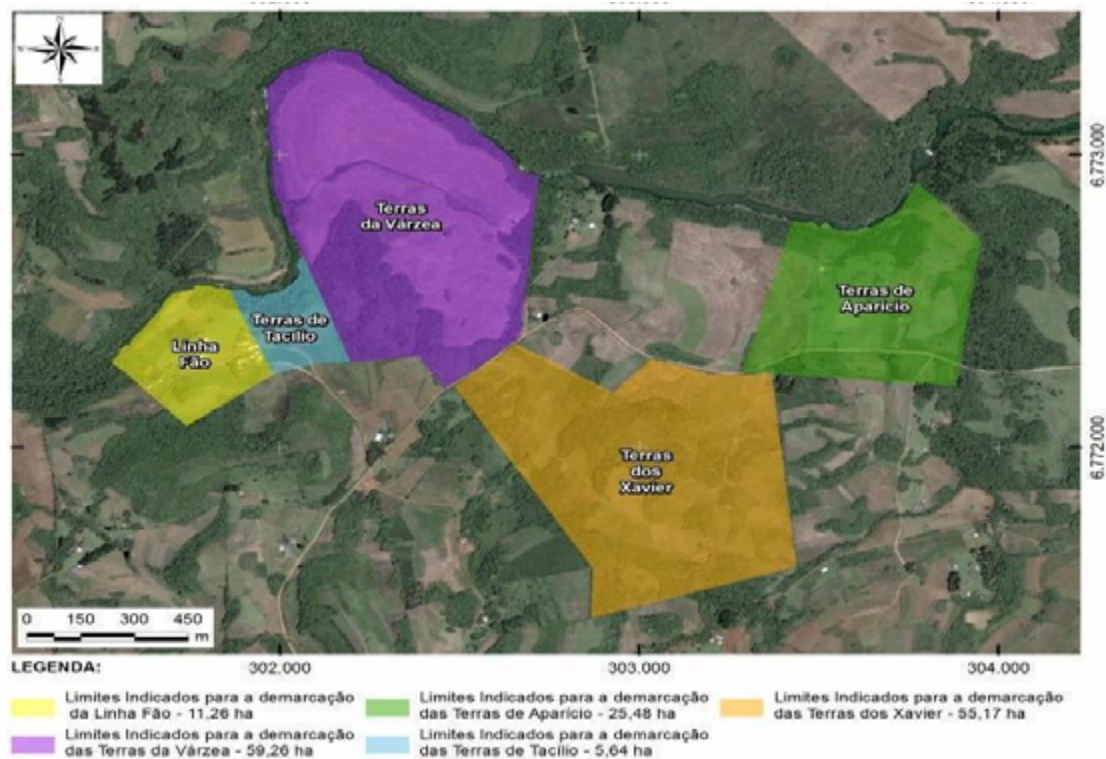
Conforme Buti (2014), a área que reivindicam⁹ tem aproximadamente 156,81 hectares de terras¹⁰, e abrange diferentes lotes: a área atualmente ocupada pelas famílias quilombolas no Fão, a área onde se localiza o “olho d’água do tio Marcelino”; as “terras de Aparício” (ocupadas pelo núcleo familiar de Aparício e Belmira); as “terras da Várzea” [ocupadas pelos núcleos familiares de Filisbino Xavier (avô materno de Belmira) e dos Ribeiro (área onde nasceu Belmira)]; e as “terras dos Xavier” [ocupadas pelas famílias de quatro dos oito filhos do ex-escravo Locádio: Rufino, Rosalina, Joaquina e Nenê (irmãos/irmãs de Belmira)]. Importante mencionar que a maior parte dessas áreas que são reivindicadas possuem hoje uma produção considerável de diferentes cultivos, o que justificou a expropriação dos ancestrais quilombolas em tempos pretéritos (por parte dos ancestrais dos colonos alemães). Na Várzea é plantado soja, sendo as terras de Aparício e dos Xavier utilizadas majoritariamente para as culturas do fumo e do milho (BUTI, 2014).

Na Figura 2 apresenta-se as áreas reivindicadas (com suas respectivas dimensões) pelas atuais famílias quilombolas da Linha Fão, com identificação dos ancestrais quilombolas que ali habitaram.

9 Com a mudança de governo no ano de 2016, e as sucessivas mudanças no INCRA, não se tem notícias de como está o processo para a regularização das terras da Comunidade Quilombola Linha Fão.

10 Ainda assim, mesmo considerando os 156 hectares e as 39 famílias que seriam beneficiadas com essa demarcação (as 15 famílias que moram na Linha Fão, e as outras 24 que não estão na localidade por falta de espaço), a área média que cada família receberia (cerca de 4 hectares/família) ainda está bem abaixo da média do tamanho dos estabelecimentos agropecuários de Arroio do Tigre: 20 hectares de terra.

Figura 2 – Área reivindicada pelas famílias quilombolas da Linha Fão



Fonte: Buti (2014, p. 235).

Para a busca da garantia dos direitos da comunidade foi formada a Associação Quilombola Linha Fão que, principalmente, focou na reconquista dos direitos sobre seus territórios tradicionais e sobre as possibilidades de acesso a iniciativas de inclusão socioprodutiva.

4.2 AÇÕES PARA INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA: A JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA DE FINANCIAMENTO DO KIT PARA HORTA COMUNITÁRIA

Conforme constatado por Vieira (2018), a solicitação do kit de equipamentos para cultivo protegido foi uma proposta elaborada pela EMATER de Arroio do Tigre-RS e apresentada à Plenária do Colegiado do Território Centro Serra no ano de 2010. A motivação para apresentação de proposta dessa natureza teria partido da observação da prática de cultivo de hortas e de plantas medicinais pelas mulheres da comunidade ao redor de suas casas. Quando essa proposta teve que ser justificada por ocasião da elaboração do projeto apresentado no edital da Incubadora Social da UFSM em 2017, apresentavam-se as seguintes expectativas em torno da execução do projeto:

- Consolidar uma forma alternativa de obtenção de renda ao penoso trabalho nas lavouras de fumo da região em que se encontra a comunidade (sendo essa a principal renda anual deles);
- Construir a estufa que haviam adquirido por meio do PRONAT (abordado na Seção 1);
- Estabelecer o plantio de hortaliças orgânicas para comercialização e autoconsumo, fazendo uso dos itens solicitados no projeto.

Sendo assim, a justificativa constante na proposta apresentada à IS-UFSM consistia em auxiliar no desenvolvimento¹¹ da Comunidade Quilombola Linha Fão, trabalhando para promover o incremento da renda das famílias, diversificação das atividades produtivas, inserção na economia solidária, educação ambiental e autonomia da comunidade. Para tanto foram previstas ações de capacitações técnicas, de formação em economia solidária,

¹¹ Interessante conceituação faz Freire (1992, p. 47) ao diferenciar modernização de desenvolvimento: modernização tem caráter puramente mecânico, tecnicista, manipulador, onde o centro da mudança não é o mesmo da área em transformação, logo, a estrutura que se transforma não é o sujeito de sua transformação. Já o desenvolvimento, o ponto de decisão se encontra no ser que se transforma, e seu processo não se verifica mecanicamente. Ainda, para o autor, embora todo o desenvolvimento seja transformação, nem toda modernização é desenvolvimento.

auxílio na produção agrícola incluindo a construção de estufas, subsídio à aquisição de insumos, adubos e sementes, viabilização de formas de estocagem de olerícolas e alimentos semiprocessados, auxílio no manejo de plantio seguindo o viés da Agroecologia e auxílio na comercialização dos produtos. Neste capítulo será concedida ênfase ao investimento previsto na política federal de desenvolvimento territorial, portanto, à construção da estufa.

4.3 RESGATE DA CRONOLOGIA DA EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO EM KIT PARA HORTA COMUNITÁRIA

Conforme apresentado anteriormente, a aceitação da proposta¹² no âmbito do PRONAT foi confirmada por meio do contrato de Repasse nº 322.69506/2010/MDA/CAIXA – Investimento Programa PRONAT. Esse foi um dos quatro contratos firmados para o ano de 2010, destinados ao Território Centro Serra. Quando os equipamentos foram adquiridos, em 2011, foram acondicionados em instalações da Prefeitura de Arroio do Tigre esperando pela determinação do local definitivo (VIEIRA, 2018).

De acordo com a ata nº 02/2011 do CODETER Centro Serra (CODETER CENTRO SERRA, 2011), nessa reunião plenária houve reconhecimento de que havia uma pendência relacionada ao Projeto “Aquisição de um kit de equipamentos para horta comunitária para comunidade quilombola”, que tinha a Comunidade Quilombola Linha Fão, em Arroio do Tigre, RS, como beneficiária (VIEIRA *et al.*, 2019). Naquelas circunstâncias, a comunidade não possuía (como até hoje não tem) a titularidade de suas terras, e como essa era uma das exigências para acessar o recurso, na reunião a representante da comunidade foi favorável que o kit fosse destinado para outra comunidade quilombola do território (VIEIRA, 2018).

Em 2015, o NEDET Centro Serra (assim que assumiu a assessoria do referido território) fez um levantamento para averiguar a situação de projetos (do PRONAT no Território Centro Serra) que ainda tinham que ser executados, e cujo os prazos estavam perto de ser finalizados. A partir desse levantamento a discussão do processo que fomentou a destinação do referido kit para comunidade quilombola (Linha Fão) foi retomada no Colegiado do Território Centro Serra em 2015. Em 2016, tendo em vista que os materiais não estavam sendo utilizados, em reunião do Núcleo Técnico

¹² Tinha a proposta de submissão, e tinha o contrato ao qual esta proposta seria (ou não) executada.

e Dirigente (CODETER CENTRO SERRA, 2016), foi deliberado que parte da estufa fosse assegurada aos quilombolas da Linha Fão (atendendo ao que fora estabelecido na proposta original), e a outra parte fosse destinada à Escola Municipal Vitalino Muniz (situada na localidade de Sítio Novo, onde as crianças da comunidade estudam) (VIEIRA, 2018; VIEIRA *et al.*, 2019). Apesar disso, os equipamentos só foram realmente levados para a comunidade no mês de novembro daquele ano, sem que houvesse previsão de data para que a horta comunitária fosse montada.

Na Figura 3 podemos observar o momento que o caminhão está no pátio da Secretaria de Agricultura do Município de Arroio do Tigre-RS, pronto para ir para a comunidade quilombola, assim como o momento que ele chega na Linha Fão para ser descarregado.

Figura 3 - Dia que o caminhão carregado no município de Arroio do Tigre vai para a Comunidade Quilombola Linha Fão



Fonte: Vieira (2018).

A chegada de metade dos equipamentos na comunidade não significou a imediata montagem da estufa que daria origem à horta comunitária. Meses após os equipamentos terem sido entregues, em visita de integrante do NEDET à Comunidade, acompanhada de técnicos da EMATER e do Secretário de Agricultura de Arroio do Tigre-RS, verificou-se que os materiais ainda se mantinham no mesmo local que tinham sido depositados quando da entrega dos mesmos. Inclusive, essa visita visava a participação do NEDET na reunião que iria definir o local onde a estufa seria instalada na comunidade. Na Figura 4 pode-se observar que os equipamentos foram armazenados em um galpão da comunidade e o registro do envolvimento de atores diversos nessa iniciativa (conversa da técnica da EMATER e do Secretário de Agricultura com uma das lideranças da comunidade que antecedeu a reunião onde se definiria o local que a estufa seria instalada).

Figura 4 - Autoridades de Arroio do Tigre-RS em reunião com uma liderança quilombola e imagem dos equipamentos debaixo do galpão da comunidade quilombola



Fonte: Vieira (2018).

Embora na reunião realizada nesse dia a comunidade tenha definido um local para instalação da estufa, não demorou para que a decisão fosse contestada e se instalasse um impasse sobre essa questão. Tendo em vista as significativas restrições de disponibilidade de terra da comunidade, distribuição desigual da terra entre as famílias e condições necessárias para construção da estufa, esse impasse limitou os avanços no processo de construção da estufa.¹³ Somente em abril de 2018, quando se estabeleceu acordo quanto ao novo local no qual a estufa seria montada, foi feita uma tentativa de montagem. Porém, em virtude do longo período que os materiais ficaram armazenados¹⁴ constatou-se que os postes de madeira que dariam sustentação à estufa estavam podres. Na Figura 5 está registrado o momento que os buracos eram abertos para colocar os postes de madeira, antes da constatação que eles não tinham condições de uso.

Figura 5 - Momento da abertura das covas para colocar os postes que dariam sustentação à estufa



Fonte: Vieira (2018)

13 Mesmo com o acompanhamento da equipe do NEDET à comunidade, não houve maiores avanços a esse respeito, mesmo após ter sido aprovado o projeto dos quilombolas da Linha Fão vinculados à Incubadora Social da UFSM, cujo um dos objetivos era garantir a própria montagem da mesma, com posterior uso para cultivos de hortaliças orgânicas para comercialização e autoconsumo.

14 De 2011 a 2016, os materiais ficaram praticamente expostos ao ar livre no pátio da Secretaria da Agricultura de Arroio do Tigre-RS e depois em galpão pouco protegido na comunidade.

Em 03 de maio de 2018, integrantes dos NEDET foram à Prefeitura Municipal de Arroio do Tigre para discutir alternativas para montagem da estufa. Embora o prefeito não estivesse presente na ocasião, foi possível se reunir com os secretários da Fazenda, da Administração, da Agricultura e Meio Ambiente do referido município. Nessa reunião foi colocado para os secretários a necessidade de a prefeitura do município garantir a compra de novos postes para a construção da estufa. Considerando que o recurso destinado para a Linha Fão, para ser aprovado no Colegiado do Território Centro Serra, precisava ter prefeitura municipal como proponente, ela tinha certa responsabilidade na execução do projeto. Além disso, ponderou-se que o atraso (de quatro anos) da destinação do recurso para o público que deveria ser beneficiado e as condições de armazenamento dos postes contribuíram para a deterioração e inaptidão dos mesmos. Nessa reunião, os secretários se comprometeram em garantir a compra de novos postes para montar a estufa da Linha Fão e a levar os materiais para a comunidade assim que fossem adquiridos. A Figura 6 registra o momento da reunião com os secretários municipais de Arroio do Tigre-RS.

Figura 6 - Reunião de integrantes do NEDET com secretários do município de Arroio do Tigre, na sede da Prefeitura Municipal



Fonte: Vieira (2018).

Posteriormente, os representantes da equipe do NEDET foram à comunidade com vistas a fazer um levantamento do que costumavam produzir, para poder planejar outras ações da equipe junto à comunidade, além do próprio plantio na estufa (quando essa fosse enfim montada). A Figura 7 registra o momento em que um representante da equipe do NEDET conversa com uma das lideranças da comunidade acerca dos produtos que este produzia. No detalhe dessa imagem, ambos estavam sentados nos postes (inaptos para uso) que seriam utilizados na estufa. Ao fundo visualiza-se o local que ficava o galpão da comunidade = onde os materiais tinham sido armazenados, assim que foram entregues aos quilombolas - que foi praticamente destruído em uma tempestade.

Figura 7 - Integrante do NEDET em conversa com liderança quilombola da Linha Fão



Fonte: Vieira (2018)

Passados mais de quatro meses dessa visita da equipe do NEDET à comunidade Linha Fão, em outra visita realizada junto aos quilombolas verificou-se, enfim, que a estufa tinha sido levantada, mas necessitava de últimos ajustes (sendo essa etapa realizada pelos técnicos da EMATER de Arroio do Tigre-RS, sem a presença de integrantes do NEDET). Na Figura 8 segue o registro da situação em que se encontrava a estufa em setembro de 2018, quando a equipe do NEDET visitou a comunidade para realização da formação de Economia Solidária.

Figura 8 - Estrutura da estufa sem a cobertura



Fonte: Os autores.

Dois meses depois a estufa teve sua construção praticamente finalizada, e em uma tentativa de estimular os quilombolas a se envolver mais na produção de hortaliças orgânicas, assim como de planejar o plantio para o ano de 2019, a equipe do NEDET organizou uma atividade com um produtor de hortaliças orgânicas em sistema de cultivo protegido (e também técnico agrícola), do município de Nova Palma-RS, que foi até a comunidade Linha Fão para conversar sobre sua experiência. Essa atividade foi planejada junto com a Incubadora Social da UFSM, sendo que a própria propriedade desse produtor rural também tinha sido selecionada no edital para o processo de incubação da IS-UFSM. A Figura 9 registra o momento que o referido produtor rural dialogava com algumas lideranças quilombolas na Linha Fão, acompanhado de integrantes do NEDET, com vistas a auxiliá-los no planejamento do plantio na estufa.

Figura 9 - Produtor de hortaliças conversando com algumas lideranças quilombolas na Linha Fão, acompanhado de membros da equipe do NEDET



Fonte: Os autores

Embora essa visita tenha possibilitado a troca de experiência entre um agricultor familiar já consolidado no cultivo orgânico de hortaliças em sistema protegido e uma comunidade quilombola que pretendia realizar esse tipo de cultivo também em sistema protegido, o plantio na estufa da Linha Fão só foi realizado no ano de 2019, depois que representantes da comunidade tiveram a oportunidade de conhecer a propriedade do referido agricultor, em março daquele ano, como parte das atividades previstas no projeto vinculado à Incubadora Social da UFSM.¹⁵

No dia 23 de maio de 2019, a equipe do NEDET foi à comunidade de Linha Fão e uma das atividades previstas referia-se à preparação e revolvimento do solo, para através da prática e envolvimento do grupo motivá-los para o início das atividades na estufa. Foram levadas sementes e plantas prontas para o início do plantio.

¹⁵ Relatos mais detalhados dessa visita serão apresentados no capítulo 4 desta seção.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE OPORTUNIDADES E LIMITES DA INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS ATRAVÉS DO PRONAT

Embora considere os quilombolas como público prioritário, o PRONAT tende a partir das demandas da agricultura familiar (genericamente), não se referindo às especificidades dos grupos quilombolas.

No âmbito da articulação do PRONAT no Território Centro Serra, essa situação não se diferencia com relação à destinação de recursos dessa política para povos e comunidades quilombolas. Inclusive, ainda no ano de 2012, na ata 05/2012, referente a uma plenária do CODETER Centro Serra, há uma sugestão de elaboração de um documento para ser enviado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que relatasse as dificuldades encontradas para aplicar os recursos de projetos para públicos diferenciados, e cogitaram até mesmo enviar esse mesmo documento a outros ministérios, para que esses pudessem resolver as questões elencadas (CODETER CENTRO SERRA, 2012). E em 2014, na ata 02/2014, referente também a uma plenária do CODETER Centro Serra, o representante da EMATER de Salto Jacuí apresentou uma reclamação quanto aos entraves legais do próprio PRONAT (como a exigência do documento de titularidade das terras para a execução do recurso) que prejudicam os públicos especiais no acesso à política territorial (CODETER CENTRO SERRA, 2014).

Essas situações apresentam as dificuldades que os públicos prioritários da política territorial, como as comunidades quilombolas, enfrentam para acessar os recursos e se referem a questões relacionadas à propriedade dos meios de produção e à disponibilidade de infraestrutura adequadas. Nesse contexto, reivindica-se maior flexibilização das condições para acesso aos recursos, o que é contrário à tendência observada de crescente especificação da regulamentação do PRONAT. Tais condições exigem dos extensionistas rurais uma mudança de comportamento com vistas a melhor compreensão da realidade das comunidades quilombolas.

Nesse sentido, no âmbito da extensão universitária, e sobretudo da extensão rural, coloca-se o desafio de pensar na forma de dialogar com os trabalhadores rurais do campo, pois:

Não serão raras as ocasiões [...] em que o que é problema real para nós não o é para os camponeses, e vice-versa. Não são raras também as ocasiões em que os camponeses, apesar de sua base cultural mágica, revelam conhecimentos empíricos apreciáveis, em torno de questões fundamentais de técnicas agrícolas (FREIRE, 1992, p. 78).

Isto posto, no âmbito da assistência técnica, Freire (1992) assinala a importância de se discutir interdisciplinarmente, tomando o homem que será beneficiado por essa como o centro da discussão. Assim como já foi apresentado por esse mesmo autor que as expectativas de profissionais de extensão rural não serão as mesmas do público cujos trabalhos desses profissionais são justificados, e isto ficou evidente no trabalho com as comunidades quilombolas.

Sendo assim, repensar o emprego de tecnologia também é importante, para que não se reproduza a proposição de uma tecnologia convencional (produzida pela e para a empresa privada, à qual estamos mais habituados a ouvir e saber). Há necessidade de pensar em termos da concepção de tecnologia social, que é entendida:

[...] como o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo) que ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo (DAGNINO, 2014, p. 158)

Situações como esta não envolvem somente o projeto cujas atividades foram descritas neste capítulo, mas envolveram todo o trabalho do NEDET com as comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Manual de Operacionalização do PROINF 2011**. MDA/SDT: Brasília, 2011.

_____. _____. Sistema de Convênios. SICONV - Sistema de Gestão de Convênios. **PROPOSTA: 002856/2010**. Brasília. 2017a.

_____. _____. Sistema de Convênios. SICONV- Sistema de Gestão de Convênios. **PROPOSTA: 019835/2016**. Brasília. 2017b.

BAQUAQUA, M. G. **Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua**: um nativo de Zoogoo, no interior da África. Tradução de Lucciani M. Furtado. São Paulo, SP: Uirapuru, 2017.

BUTI, R. P. **A antropologia no contexto da política e ação quilombola**. 2015. 338 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.

_____. **Relatório antropológico de caracterização Histórica, Econômica Cultural da Comunidade remanescente de Quilombo Linha Fão (Arroio do Tigre/RS)**. (Não publicado no DOU). Porto Alegre. 2014.

CODETER CENTRO SERRA. Colegiado Territorial do Território Centro Serra. **ATA 02/2011**. Sobradinho, Rio Grande do Sul. 01 de julho de 2011.

_____. Colegiado Territorial do Território Centro Serra. **ATA 05/2012**. Sobradinho, Rio Grande do Sul. 17 de julho de 2012.

_____. Colegiado Territorial do Território Centro Serra. **ATA 02/2014**. Sobradinho, Rio Grande do Sul. 08 de julho de 2014.

_____. . Colegiado Territorial do Território Centro Serra. **ATA 05/2016**. Arroio do Tigre, Rio Grande do Sul. 13 de maio de 2016.

COELHO, L. **Relatório antropológico de caracterização histórica da Comunidade Quilombola de Júlio Borges**. Lote 01. Salto do Jacuí: Instituto Terra Ambiental/INCRA, 2014.

DAGNINO, R. **Tecnologia social**: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB; Florianópolis: Ed. Insular, 2014.

FACCO, H *et al.* Critérios e sua influência na seleção de projetos para os públicos prioritários da Política Territorial: O caso do Território Centro Serra – RS. **VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul/RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.

FROEHLICH, J. M. **Projeto nº 045353**. PROGRAMA DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO TERRITÓRIO CENTRO SERRA DO RS. Portal de Projetos. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2017a. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/view.html?idProjeto=56007>>. Acesso em: 04/04/2021.

_____. **Produção e gestão quilombola em empreendimentos econômicos solidários no território centro serra do RS**: mediações e tecnologias sociais em contextos de interculturalidade. Projeto para chamada CNPq/MTb-SENAES Nº 27/2017. 2017b.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOMES, F. dos S. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1 ed. São Paulo, SP: Claro Enigma, 2015. (Coleção Agenda brasileira).

VIEIRA, L. M. D. **Inserção da agenda étnico-racial na política de desenvolvimento territorial e a inclusão produtiva de comunidades quilombolas**. 2018. 203. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018

VIEIRA, L. M. D. *et al.* A agenda étnico-racial e a política de desenvolvimento territorial: análise da inclusão produtiva da Comunidade Quilombola Linha Fão, RS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 57., 2019, Ilhéus/BA. **Anais...** Ilhéus/BA: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2019. Disponível em: <<https://sober.org.br/wp-content/uploads/2020/01/9786.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

SEÇÃO 4

**A UNIVERSIDADE E OS
EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS:
A INOVAÇÃO SOCIAL A
PARTIR DA MOBILIZAÇÃO
DA IDENTIDADE CULTURAL**

BUSCANDO A INCLUSÃO SOCIAL DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS ATRAVÉS DA INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Lucas Moretz-Sohn David Vieira¹

Andressa Roana Costa Schley²

Fernanda Miranda³

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2016 marca a extinção do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e o final da vigência da Chamada Pública CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014 de financiamento dos NEDETs e, por consequência, o início de uma nova fase da atuação da extensão universitária do NEDET, mais vinculada à política institucional de extensão da UFSM.

1 Agrônomo formado pela UENF-RJ, mestre e doutor em Extensão Rural pela UFSM. Atuou no NEDET-UFSM desde 2016, tendo sido bolsista EXP-CNPq junto às comunidades quilombolas de Linha Fão e Júlio Borges, grupos incubados pela Incubadora Social da UFSM. Tem interesse nos temas da política de desenvolvimento territorial e de inclusão socioprodutiva das comunidades quilombolas.

2 Engenheira ambiental e sanitária formada pela UFSM atuou no NEDET-UFSM como aluna de graduação, sendo Bolsista FIEIX no “Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS” no ano de 2017, continuando a desenvolver atividades socioculturais e de inclusão produtiva junto ao NEDET até 2019, quando se graduou.

3 Quilombola, médica veterinária formada pela UFSM, mestre e doutoranda em Extensão Rural na UFSM, participou das atividades do NEDET desde 2019, atuando principalmente em relação às parcerias com a Incubadora Social, a Economia Solidária e o diálogo com as comunidades quilombolas de Júlio Borges e de Linha Fão.

Em sua reconfiguração, o NEDET elaborou e registrou um projeto de extensão na UFSM com vistas à continuidade de sua atuação no assessoramento à gestão social no Território Centro Serra. O novo projeto foi denominado Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra (PREDETER Centro Serra). Além deste projeto, o NEDET apresentou proposta para edital de incubação de empreendimento econômico solidário, concebendo tal iniciativa como um esforço para dar continuidade ao trabalho com grupos em condição de vulnerabilidade social (sobretudo comunidades quilombolas) em andamento desde 2014.

Ao aprovar projetos no Edital 01/2016 da Incubadora Social/UFSM (UFSM, 2016b), o NEDET passou a atuar na perspectiva da incubação de empreendimentos econômicos solidários e, para fortalecer seu trabalho nessa linha, concorreu à Chamada CNPq/MTb-SENAES nº 27/2017 “Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários” (BRASIL, 2017a). Contando com apoio de recursos dessas duas fontes, foi possível desenvolver trabalho de incubação social nas duas comunidades quilombolas identificados no território Centro Serra: Linha Fão e Júlio Borges.

O presente capítulo destina-se a apresentar a perspectiva da incubação de empreendimentos econômicos solidários. Embora o trabalho de incubação social realizado sob a perspectiva da economia solidária envolve um amplo processo de formação educativa e articulação entre atores, neste capítulo há um reconhecimento da centralidade conferida aos “empreendimentos econômicos”, tratados como inovação social.⁴ Assim, confere-se ênfase à atuação na formulação e execução de proposta de empreendimento econômico coletivo, com vistas a estabelecer comparação com as modalidades de financiamento observadas na política federal de desenvolvimento territorial – analisada em capítulo anterior. Abordamos o caso da Comunidade Quilombola Júlio Borges, pois nessa comunidade essa forma de atuação foi mais persistente. Além disso, será dado ênfase ao tema da tecnologia social, sendo essa entendida como a ferramenta pela qual a inovação social ocorre (MEDEIROS *et al.*, 2017).

4 No entendimento de Medeiros *et al.* (2017), a tecnologia social é a ferramenta com potencial para que a inovação social ocorra. Apesar disso, os autores constataram que esses termos no Brasil são tratados como sinônimos, o que não acontece no âmbito internacional.

2 A POLÍTICA DE INCUBAÇÃO SOCIAL/UFSM E DE FOMENTO A EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (CNPQ/SENAES)

Para fins de apresentação, esta seção do capítulo está dividida em duas partes, a primeira parte trata da orientação dos programas da Incubadora Social (IS) da UFSM e a segunda parte trata das propostas do NEDET relacionadas à incubação social de empreendimentos econômicos solidários na comunidade quilombola Júlio Borges.

2.1 A ORIENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DA INCUBADORA SOCIAL VINCULADOS À UNIVERSIDADE: O CASO DA UFSM

Ao tratar da Incubadora Social da Universidade Federal de Santa Maria (IS/UFSM) é importante destacar que essa constitui um Órgão de Apoio da Administração Superior, supervisionado administrativamente pela Pró-Reitoria de Extensão (PRE) (UFSM, 2016a). A história de sua existência remete a 2012, ano em que foi concebido o projeto de sua constituição que abrangia inicialmente três linhas de atuação: Economia Popular e Solidária, Agroindústria Familiar e Empreendimentos/Projetos Culturais. Já em 2015, encerrou-se o primeiro ciclo de incubação e iniciou-se um período de reestruturação da proposta inicial, que culminou com sua vinculação à PRE em 2016.

A Incubadora Social da UFSM norteia-se pela Política de Extensão da UFSM. O propósito da Política de Extensão da UFSM é “[...] orientar e integrar as atividades extensionistas desenvolvidas na UFSM, de modo a colaborar para a construção de uma universidade de excelência e socialmente referenciada” (UFSM, 2019, p. 01). Além disso, a Extensão Universitária no artigo 8º desta Política é:

[...] entendida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, artístico, social, científico, tecnológico e político comprometido com as demandas da sociedade que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade, gerando impacto na formação do estudante (UFSM, 2019, p. 03).

Sendo assim, a IS desde a sua constituição, tem como princípios a: “[...] participação, solidariedade, autonomia, autogestão e sustentabilidade socioambiental (social, ambiental, cultural e econômica)” (UFSM, 2016a, p. 03). Além disso, a IS busca dar suporte ao desenvolvimento de projetos formulados através das demandas de grupos em situação de vulnerabilidade social, potencializar o alcance da autonomia e da autogestão dos grupos a partir dos princípios norteadores da ação da IS-UFSM; incentivar e potencializar o desenvolvimento de tecnologias sociais; e incubar novos modelos de organização social pautados pelos princípios da economia solidária e da sustentabilidade social (UFSM, 2021).

No âmbito dessa nova fase da IS-UFSM, com o intuito de apoiar grupos de sujeitos em situação de vulnerabilidade social e em fase de organização solidária, a Incubadora Social criou, em 2018, o Programa de Acompanhamento do Processo de Incubação –IS/UFSM (sendo esse inscrito no Portal de Projetos da referida Instituição sob o número 048164) (BOBSIN, 2019). O Programa visava, então, fornecer o suporte necessário para o desenvolvimento das propostas acolhidas para incubação, principalmente tendo como base a Política de Extensão da UFSM. As propostas para compor esse Programa foram acolhidas através do Edital 01/2016 Incubadora Social-PRE/UFSM (UFSM, 2016b), que tinha as seguintes orientações: foco em grupos em condição de vulnerabilidade social; o reconhecimento de que a organização deve ser coletiva e orientada por princípios diferenciados: da economia solidária; o reconhecimento da necessidade de diferenciação dos formatos tecnológicos, direcionado às tecnologias sociais; seguindo a recomendação de que os parâmetros de avaliação das iniciativas remetessem ao escopo da sustentabilidade socioambiental (UFSM, 2016 b).

Além disso, para efeitos do edital, considerava-se três pilares fundamentais para as ações: vulnerabilidade social; organização solidária; e sustentabilidade socioambiental. Já o conceito de tecnologia social, que estava previsto como uma das orientações de seleção para os projetos selecionados, seria o resultado de ações coletivas e de processos de trabalho de produtores que modifica e apropria-se de produtos a partir de decisões coletivas tomadas em “contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensinam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo)” (DAGNINO, 2014, p. 144).

Logo, a tecnologia social cumpre um papel importante para grupos em condição de vulnerabilidade social. Para entender esse diferencial convém recordar que a ideia de tecnologia (a qual estamos mais habituados) envolve mais a apropriação de um processo de trabalho que será controlado por alguém que detém os meios de produção e que irá se apropriar do produto gerado. Em contrapartida, a tecnologia social determina que o processo de trabalho seja apropriado coletivamente, que a propriedade dos meios de produção seja coletiva, assim como o produto que for gerado seja apropriado segundo a decisão do coletivo (DAGNINO, 2014).

Isto influencia a tomada de decisão para a escolha do processo de trabalho para chegar a um produto final, pois uma vez que todo o processo deve ser coletivo, a orientação para o desenvolvimento de cada etapa desse processo também deverá ser coletiva. Além disso, a organização coletiva de grupos em situação de vulnerabilidade social orienta-se a buscar formas de melhorar o contexto que vivem. E, no caso de utilizar um recurso tecnológico cujas determinações de acesso não envolvem o público beneficiário em todas as etapas de escolha (isso quando participa de alguma decisão), há que fazer adaptações para engajar esse público no momento que o recurso estiver disponível para sua utilização.

Nesse contexto se insere o trabalho do NEDET com as comunidades quilombolas no Território Centro Serra, no que tange ao acesso dessas comunidades aos recursos da política territorial e à operacionalização da aplicação desses por meio da incubação social.⁵

2.2 PROPOSTAS DO NEDET RELACIONADAS À INCUBAÇÃO SOCIAL DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

A partir do acompanhamento das demandas dos públicos prioritários do CODETER Centro Serra, o NEDET auxiliou a pleitearem três projetos ao edital da Incubadora Social da Universidade Federal de Santa Maria (IS-UFSM) lançado em 2016.

Através desse edital foram selecionados dez projetos de grupos em situação de vulnerabilidade social para serem incubados por um período

⁵ O caso da Comunidade Quilombola Júlio Borges é diferente da Linha Fão, uma vez que eles pleiteavam desde o início o recurso da Política Territorial que será relatado. Nesse sentido, o trabalho do NEDET foi o de, no caso de o recurso não ter sido possível pela Política Territorial, buscar outras formas para que a comunidade pudesse acessá-lo, adotando uma estratégia produtiva que não se limitasse somente a esse recurso.

de três anos, a contar a partir de agosto de 2017. O NEDET Centro Serra apresentou três projetos:

- um projeto foi para estruturação de um banco de sementes crioulas para a comunidade indígena Kaingang do município de Salto do Jacuí, na localidade de Júlio Borges, envolvendo a compra de um silo;
- um projeto para a viabilização de geração de trabalho e renda, e autossustento, a partir da agricultura em estufa para a Comunidade Quilombola Linha Fão, no município de Arroio do Tigre; e
- um projeto de diversificação produtiva através da agricultura (priorizando os cultivos tradicionais), panificados e artesanato para a Associação Remanescentes de Quilombo Júlio Borges.

Os projetos das comunidades quilombolas Linha Fão e Júlio Borges foram selecionados dentre os dez projetos contemplados no edital. Apesar da relativa distância dessas comunidades em relação à UFSM (cerca de 160 km), a escolha dos grupos atendia um dos objetivos da própria Incubadora Social: apoiar a execução de projetos concebidos a partir de demandas locais/regionais, na perspectiva da sustentabilidade socioambiental, visando a geração de trabalho e renda para coletivos em situação de vulnerabilidade social e em processo de organização social (UFSM, 2016b). Além disso, o apoio do NEDET Centro Serra na submissão das propostas das comunidades foi fundamental. A assinatura de início do processo de incubação foi em agosto de 2017, sendo seguida da realização de adequações nos planos de trabalho e no planejamento das propostas das comunidades quilombolas.

Ainda em 2017 foi visualizada a oportunidade de submeter proposta para edital lançado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTb), por intermédio da Subsecretaria de Economia Solidária (SENAES). Trata-se da Chamada CNPq/MTb-SENAES N° 27/2017 “Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários”. A chamada objetivava:

[...] apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que visassem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do país nas áreas de economia solidária e incubação tecnológica (BRASIL, 2017a, p. 01).

O NEDET Centro Serra inscreveu as demandas das comunidades Quilombolas Linha Fão e de Júlio Borges através do projeto “Produção e gestão Quilombola em Empreendimentos Econômicos Solidários no Território Centro Serra do RS: mediações e tecnologias sociais em contextos de interculturalidade” em parceria com a UFSM, a Emater de Arroio do Tigre e Salto de Jacuí e o Projeto Esperança/Cooesperança da Arquidiocese de Santa Maria. O projeto foi selecionado e contemplado com recursos para diárias, bolsas, material de consumo e material permanente. Através do recurso foi possível efetivar as compras de materiais permanentes para as comunidades quilombolas a fim de viabilizar a incubação selecionada na UFSM, e realizar algumas atividades de assessorias presenciais com dois bolsistas de Extensão no País (EXP-C) (graduados) e uma bolsista de Apoio Técnico em Extensão no País (ATP-B) (graduanda), durante doze meses (FROEHLICH, 2017).

Sendo assim, a próxima seção deste capítulo destina-se a abordar o processo de incubação na comunidade quilombola Júlio Borges, iniciando com a caracterização socioproductiva dessa comunidade.

3 A INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NA COMUNIDADE JÚLIO BORGES

3.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA JÚLIO BORGES

A Comunidade Quilombola Júlio Borges começou a ser constituída na década de 1970, com a chegada de Salvador Pantaleão (já falecido) ao local que já era conhecido como Júlio Borges. Na década de 1980, chegou à família de João Maria Vieira (o já falecido genro de Belmira e Aparício) – chamado por eles de “os Vieira” – e, por último, a família de um dos integrantes mais velhos na comunidade, dentre os que vivem atualmente (COELHO, 2014).

O trabalho na extração de pedras ágata foi um dos principais fatores que atraíram as famílias quilombolas para se deslocarem para Júlio Borges, pois também era a forma que tinham de receber o pagamento em dinheiro, ainda

que o trabalho fosse muito desgastante (QUADROS, 2015). Antes, além de trabalhar em péssimas condições, acabavam devendo dinheiro aos patrões e geralmente recebiam o pagamento em latas de gordura de porco. Muitas vezes também tinham que se alimentar com quirera (farinha grossa de milho mais usada para alimentar porcos) misturada com serralha (que as pessoas quilombolas classificaram como “planta que dá em qualquer canto”), em virtude da difícil situação socioeconômica que viviam (COELHO, 2014).

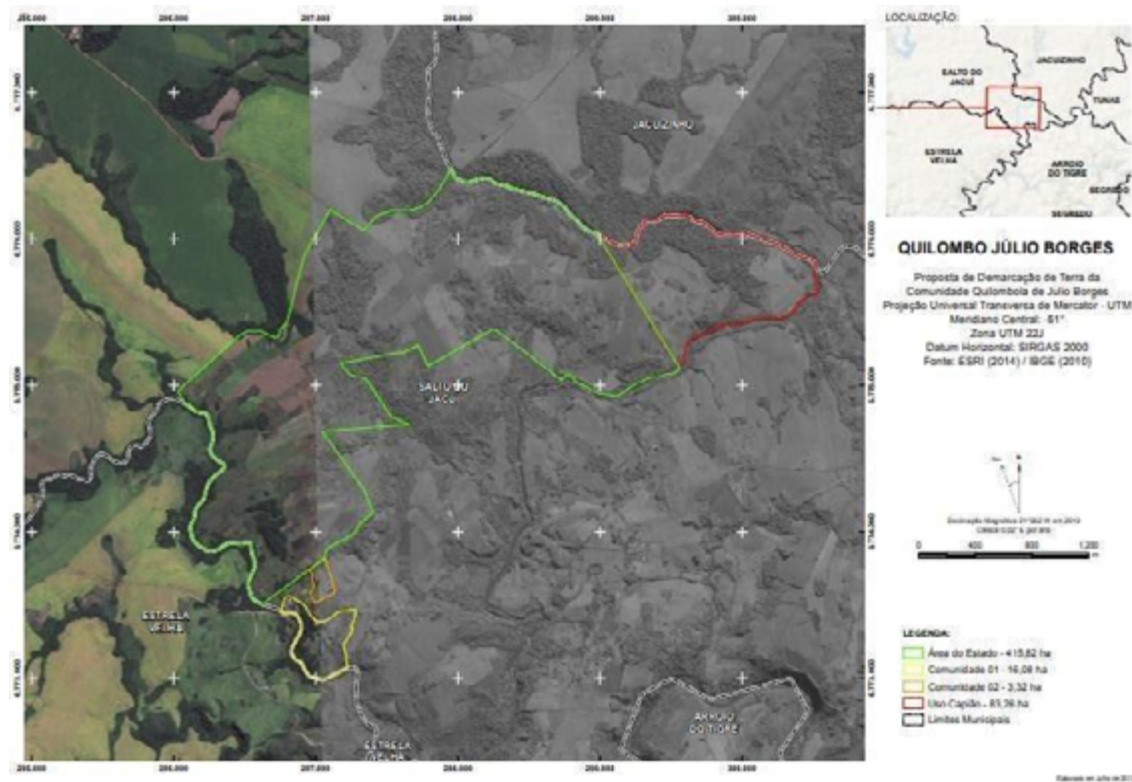
A situação na comunidade Júlio Borges melhorou quando obtiveram o reconhecimento como quilombolas. Com certificado emitido pela Fundação Cultural Palmares (FCP), a comunidade iniciou o processo para o reconhecimento do território. O processo que permitiu às famílias quilombolas de Júlio Borges receberem a titulação de suas terras teve início no ano de 2004, com o reconhecimento do grupo junto à Fundação Cultural Palmares e permitiu o próprio reconhecimento da origem quilombola, como relata Coelho (2014, p. 79):

Esse processo de luta pela terra, de acionamento de identidades por partes dos quilombolas e indígenas, parece ser decisivo para que os ‘pretos’, ‘crioulos’, assim nomeados pelos vizinhos de Júlio Borges, fortalecessem o autorreconhecimento e a afirmação enquanto negros vindos do Fão e do Sítio, pertencentes ao grupo de ‘raça negra’.

No momento do estudo antropológico (no ano de 2014), eram 34 famílias em áreas ocupadas na localidade conhecida como Júlio Borges, no município de Salto do Jacuí-RS. Essas famílias ocupavam áreas que não atingiam o tamanho de 1 hectare por família, em localidade rodeada por extensas propriedades com monocultivo de soja, trigo e fumo. Esse tipo de situação começou a melhorar quando conseguiram garantir as terras que tanto almejavam, o que permitiu reduzir a dependência de relações de trabalho exploratórias e a itinerância pela região (COELHO, 2014).

Em 2015 receberam o direito da utilização de 420 hectares, mas foram forçados a dividir essa área com indígenas da etnia Kaingang, estabelecendo um acordo a partir do qual quilombolas e indígenas ficaram com 210 hectares cada grupo. Na Figura 1, ilustra-se a demarcação das áreas que a possuíam (em amarelo e laranja) e aquelas que lhes foram destinadas para os quilombolas antes da divisão com os indígenas.

Figura 1 – Demarcação da área que passou a ser dos quilombolas e a que reivindicam por usucapião



Fonte: Coelho (2014, p. 149).

Ao processo de regularização fundiária seguiu-se a emergência de uma série de conflitos relativos ao uso da terra. Nesses conflitos participaram agentes públicos que recomendavam aos quilombolas que plantassem apenas soja nas novas terras, não os cultivos que desejavam como: mandioca, feijão, milho e a ampliação das hortas (já que essa era uma prática já presente no entorno das casas) (QUADROS, 2015). Os projetos dos quilombolas refletiam a relação que eles têm com a terra, construída desde os tempos de itinerância, além disso, conforme Coelho (2014, p. 116):

Os quilombolas ocupam as áreas de terra plantando. Nesse contexto, plantar significa muito: trabalhar e morar são sinônimos de plantar; socializar com o vizinho é falar dos plantios, das colheitas; ter uma terra é ter onde plantar. Mesmo áreas íngremes, terrenos pedregosos ou caixas de leite vazias são espaços ocupados com plantios.

Atualmente, o plantio de soja é recorrente na comunidade. A Associação Comunitária Remanescentes de Quilombo Júlio Borges, que foi constituída no ano de 2008, segundo Quadros (2015), é a organização através da qual a Comunidade Quilombola Júlio Borges, em Salto do Jacuí-RS, articula projetos de desenvolvimento. Mais além dos cultivos tradicionais que almejavam, a Comunidade Quilombola Júlio Borges ampliou suas pretensões de cultivo e atividades econômicas, fazendo projetos coletivos como o da agroindústria de panificados.

3.2 A AGROINDÚSTRIA DE PANIFICADOS ENQUANTO TECNOLOGIA SOCIAL PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA JÚLIO BORGES

O histórico da proposta de investimento em uma agroindústria na Comunidade Quilombola Júlio Borges evidencia que sua concepção remete à implementação da política de desenvolvimento territorial no território Centro Serra. Nesse sentido, os registros indicam que a Comunidade Quilombola Júlio Borges tentou, mediante apresentação de proposta para o PROINF, via PRONAT, construir a sede da Associação Comunitária Remanescentes de Quilombos Júlio Borges e comprar equipamentos para a produção de panificados e beneficiamento de outros produtos da comunidade.

Desse modo, evidencia-se que as comunidades quilombolas do território Centro Serra buscaram ser beneficiadas pelos recursos do PRONAT, observando-se que a de Linha Fão conseguiu, mas a de Júlio Borges não. O trabalho desenvolvido pelo NEDET Centro Serra junto ao território onde estão situadas essas duas comunidades possibilitou que essas demandas fossem retomadas, obtendo-se recursos do edital nº 01/2016 da Incubadora Social da UFSM e da Chamada CNPq/MTb-SENAES nº 27/2017.

Para entender as expectativas criadas em torno do potencial desse tipo de empreendimento convém recuperar a valorização dos processos de agroindustrialização na definição de estratégias para o desenvolvimento da agricultura familiar.

A agroindustrialização da agricultura familiar é muito forte desde a década de 1990, quando esse setor passou a receber diversos incentivos municipais, estaduais e federais. Para acessar essas políticas públicas, é necessário que o agricultor familiar tenha uma área de terra menor que quatro módulos fiscais, e que utilize a mão de obra predominantemente familiar nas atividades do seu estabelecimento, e que tenha um percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e que dirija o mesmo com a sua família (BRASIL, 2006). Características marcantes das agroindústrias familiares é a localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos de escala menores, além da matéria-prima utilizada ser proveniente da própria propriedade ou de vizinhos. Os processos artesanais são próprios. Assim como a mão de obra familiar, esses empreendimentos podem ser associativos, reunindo uma ou várias famílias aparentadas ou não (MIOR, 2007, p. 08).

A agregação de valor aos produtos produzidos em agroindústrias familiares ocorre através do incentivo à capacitação dos produtores e de suas estruturas produtivas, com o objetivo de inserir esses produtos processados no mercado formal (GUIMARÃES; MIRANDA, 2021).

As agroindústrias quilombolas no Brasil, de modo geral, puderam acessar vários programas municipais, estaduais e federais voltados para a alimentação, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que compravam os alimentos provenientes de comunidades quilombolas e também podem ser repassadas para escolas. Algumas experiências exitosas ocorrem em todo o Brasil e pode ser citado o caso do Quilombo de Monte Alegre no município de Cachoeira de Itapemirim no Espírito Santo, onde os produtos

são comercializados na feira livre organizada pela administração municipal e através de um programa chamado “Compra direta de alimentos quilombola” que tem como objetivo a aquisição de alimentos produzidos na comunidade local e quilombola, onde são comercializados produtos como: abóbora madura, abobrinha, aipim, alface, banana da terra, banana prata, batata doce, chicória, couve, inhame, laranja, palmito, taioba e salsinha; produtos de origem animal, como mel, ovo caipira e peixe, doces e biscoitos caseiros (MENDES, 2017).

Apesar do fim desses programas, é importante ter agroindústrias nos territórios quilombolas, pois possibilitam a geração de renda extra para essas famílias, principalmente para as mulheres, que geralmente estão à frente desses empreendimentos, como o caso da agroindústria que está sendo providenciada na Comunidade Quilombola de Júlio Borges. Sendo assim, a proposta da Comunidade Quilombola Júlio Borges de ter uma agroindústria de panificados na comunidade é percebida como possibilitadora de geração de renda para a associação comunitária, para a comunidade local e também contribui para o empoderamento das mulheres quilombolas.

Por isso, no edital do PROINF de 2015 a comunidade submeteu, através de assessoria do NEDET Centro Serra, uma proposta de financiamento ao PRONAT, intitulada “Melhoria da Infraestrutura Produtiva da Associação Comunitária Remanescentes de Quilombo Júlio Borges com foco na Segurança Alimentar e na Inclusão Produtiva” (BRASIL, 2017b). A proposta previa a aquisição de insumos e equipamentos agrícolas para o plantio de milho crioulo, pastagens cultivadas e hortaliças; de vacas leiteiras; e de equipamentos para produção de produtos panificados como pães, biscoitos e massas. O objetivo era viabilizar a produção agropecuária, promover a diversificação produtiva e alimentar, a segurança alimentar das famílias e a inclusão produtiva com a comercialização do excedente, visualizando que em um curto prazo os produtos poderiam ser comercializados junto ao mercado local e institucional. As aquisições foram orçadas em um montante de R\$ 100 mil. Esperava-se que a melhoria da infraestrutura da produção agrícola traria bons resultados em relação a organização da produção do quilombo, da geração de renda, o resgate da autoestima, a garantia da preservação dos modos de vida tradicionais e ensinamentos dos antepassados e um incentivo a mais para a juventude permanecer no meio rural (CODETER CENTRO SERRA, 2015).

A proposta não foi contemplada pelo PROINF 2015, entretanto a ideia continuou sendo articulada e o NEDET Centro Serra monitorando as oportunidades de financiamento. O desmonte do PRONAT em 2016 reestruturou e enxugou os editais PROINF, tornando as chances de financiamento para comunidades tradicionais menores ainda. A mesma proposta foi submetida ao PROINF 2017 e novamente não foi contemplada.

Uma vez destituídos de política e financiamento de desenvolvimento territorial, a incubação social e a economia solidária foram as alternativas visualizadas para trabalhar as demandas da Comunidade Quilombola Júlio Borges. Como mencionado anteriormente, as Incubadoras Sociais possuem como um dos seus objetivos fortalecer comunidades através de empreendimentos promovendo o desenvolvimento de tecnologias sociais, por meio de formação e apoio na geração de produtos e renda (UFSM, 2012).

O edital da Incubadora Social da UFSM, em 2016, foi visto como uma oportunidade de caminhar na proposta da diversificação, segurança alimentar e inclusão produtiva da Comunidade Quilombola Júlio Borges. Articulado com as perspectivas de trabalho da Incubadora Social, a proposta apresentada a esse edital envolvia uma caracterização das atividades socioprodutivas da Comunidade Quilombola Júlio Borges, que apontou seis atividades produtivas principais na comunidade: extração de pedras, artesanatos, panificados, agricultura de subsistência (sendo os principais produtos: mandioca, batata doce, milho, feijão, amendoim e abóbora), lavouras anuais (soja, tabaco e milho) e pecuária familiar. O foco do projeto da Incubadora Social foi promover a qualificação da estrutura produtiva dedicada aos cultivos tradicionais, panificados e artesanatos para viabilizar a participação da Comunidade Quilombola em redes de economia solidária e mercados institucionais. A ênfase nos sistemas de produtos tradicionais se justificava pela pretensão de se constituir uma cooperativa de comercialização dos produtos panificados quilombolas (FROEHLICH, 2017).

Com o desenvolvimento do projeto na Incubadora Social, esperava-se caminhar para a superação do estado de vulnerabilidade social, incrementar a renda na comunidade, proporcionar um desenvolvimento educacional mediante intercâmbio com a universidade, viabilizar a sucessão familiar através da inclusão produtiva proporcionada pela agroindústria de panificados, contribuir para uma coesão social proporcionada pelo trabalho cooperativo na agroindústria de panificados, promover um desenvolvimento sustentável através do uso racional dos recursos naturais, promover a

agroecologia na produção de matérias-primas e providenciar a regularização do empreendimento da cooperativa de produção (FROEHLICH, 2017).

A chamada do CNPq/MTb-SENAES nº 27/2017 intitulada “Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários”, lançada em 2017, foi identificada pela equipe NEDET Centro Serra como mais uma oportunidade de viabilizar a proposta de tecnologia social da Agroindústria de Panificados da Comunidade Quilombola Júlio Borges, sobretudo porque a chamada previa a aquisição de material permanente e de consumo, podendo ser uma via mais garantida e rápida de aquisição do maquinário para a agroindústria. Pela chamada ser do CNPq, em parceria com MTb-SENAES, foi exigido do projeto contribuições na reflexão conceitual e metodológica do processo de incubação, capacitações e articulações entre as atividades de pesquisa, desenvolvimento e aplicação de tecnologia social e as políticas públicas de fomento à economia solidária (BRASIL, 2017a).

A proposta de estruturação de uma agroindústria de panificados, com enfoque agroecológico, foi a tecnologia social visualizada pela Comunidade Quilombola Júlio Borges para atender as necessidades de incremento de renda, diversificação produtiva, segurança alimentar e superação do estado de vulnerabilidade socioambiental. Esperava-se que, com a constituição da agroindústria, a cooperativa da comunidade também fosse constituída, e que mais pessoas se engajassem nesse projeto, de modo que a produção e as decisões ocorressem coletivamente.

A ideia foi expressa em diferentes projetos de financiamento (PROINF, IS-UFSM e CNPq), ganhando a cada proposta mais tarefas e articulações, até que finalmente contemplada no edital do CNPq (2017). Esse último englobou uma série de ações de tecnologia social que permearam o trabalho do NEDET Centro Serra e da Comunidade Quilombola de Júlio Borges em prol do desenvolvimento da comunidade.

3.3 RESGATE DA CRONOLOGIA DO INVESTIMENTO PARA VIABILIZAÇÃO DE PANIFICADOS NA COMUNIDADE JÚLIO BORGES

Muitos dos esforços iniciais do NEDET Centro Serra relativos aos investimentos na Comunidade Quilombola Júlio Borges relacionaram-se à readequação da proposta apresentada aos agentes financiadores. Para o edital lançado em 2016, a Incubadora Social tinha previsto um valor de

R\$ 100 mil para cada projeto que fosse aprovado, prevendo-se apoiar um total de seis grupos beneficiários. Esse valor deveria ser usado nos 3 anos que o grupo contemplado estaria em processo de incubação pela IS-UFSM. Observando as demandas e necessidades dos grupos inscritos no processo de avaliação das propostas, a Pró-Reitoria de Extensão decidiu selecionar 10 grupos para incubação, em vez de seis, contemplando, entre eles, a Comunidade Quilombola de Júlio Borges. Com o aumento do número de grupos beneficiários houve redução no valor total destinado a cada grupo, de R\$100 mil para R\$ 60 mil. Assim, foi requerida a readequação do orçamento para contemplar os tetos estabelecidos, e solicitou-se detalhamento das justificativas dos investimentos solicitados. Sendo assim, junto com a respectiva associação quilombola, o NEDET Centro Serra fez a readequação do orçamento exigido pela Incubadora Social da UFSM.

Mesmo com a readequação solicitada pela Incubadora Social da UFSM, a Comunidade Quilombola de Júlio Borges não pôde ser contemplada com os equipamentos solicitados para criação da agroindústria. Tal restrição relaciona-se a duas questões: a primeira, que a IS-UFSM não tinha previsão de custear todos os valores orçados no edital (lançaram o edital sem saber se haveria todo o recurso para execução dos projetos aprovados); a segunda, que os gestores responsáveis pela IS-UFSM sinalizaram que não era papel da Universidade comprar os materiais permanentes que constavam no projeto, mesmo que estivesse previsto financiamento a essa rubrica no edital.

Nesse sentido, no final de 2017, como informado anteriormente, integrantes do NEDET Centro Serra identificaram o edital de Empreendimentos Econômicos Solidários do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e desenvolveram um projeto que vinculava a Associação Quilombola Linha Fão e a Associação Comunitária Remanescentes de Quilombos Júlio Borges. O NEDET Centro Serra conseguiu efetivar a compra dos equipamentos junto ao CNPq em julho de 2018. Embora a sede da associação (onde inicialmente a agroindústria seria montada) estivesse com a estrutura do salão quase pronta, a previsão de término da obra era para o ano de 2019, pois houve problemas na liberação dos recursos da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Governo do Rio Grande do Sul (SDR), que tinha ficado responsável por esse repasse. Com o início da pandemia da COVID-19, a situação da conclusão da obra ficou ainda mais difícil. Desse modo, os equipamentos permanecem armazenados na UFSM, aguardando a conclusão da obra na comunidade, para serem repassados para os quilombolas da Júlio Borges.

3.4 A AÇÃO EXTENSIONISTA PARA VIABILIZAR INVESTIMENTOS VOLTADOS A EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Esta seção procura destacar que a apresentação de projetos coletivos solidários a entidades financiadoras de incubação social representa a necessidade de estabelecimento e revisão de pactos comunitários em torno de uma ação coletiva. Desse modo, cada reformulação na proposta deve ser “repactuada” no âmbito da comunidade. Por isso, tendo em vista as alterações nas condições de financiamento, parte significativa da atuação do NEDET relativa à viabilização do empreendimento econômico solidário na comunidade quilombola Júlio Borges relacionou-se à repactuação comunitária dos termos da proposta a ser apresentada aos financiadores, como demonstram os registros fotográficos apresentados a seguir.

No exame da dinâmica de revisão orçamentaria, identifica-se alterações no tipo de rubrica financiada e no total financiado. O tipo de despesa que teve maiores restrições de financiamento foi relativa aos materiais solicitados: material de consumo (ferramentas etc.), material agropecuário (substrato orgânico, sementes etc.) e material permanente (maquinários em geral). Nesse caso, o orçamento nesses itens sofreu uma redução de quase três vezes em relação aos valores previstos por ocasião da submissão das propostas. Além da redução dos valores totais alocados para aquisição de materiais, a IS-UFSM decidiu não financiar essa rubrica (de recursos materiais), o que levou à necessidade de nova readequação da proposta.⁶ Na Figura 2, o registro do diálogo com liderança comunitária durante visita realizada na comunidade no dia 30 de maio de 2017, articulada por um dos assessores do NEDET Centro Serra, para a assinatura do projeto junto à Incubadora Social da UFSM, uma vez que a referida Associação Comunitária tinha sido contemplada no edital.

⁶ Nestas circunstâncias, as contribuições da IS relacionam-se a:

- apoio logístico às comunidades para participação das representantes em alguma atividade relacionada à Incubadora Social em Santa Maria;
- apoio logístico para os integrantes do NEDET Centro Serra, assim como da própria IS-UFSM, visitarem ou realizarem alguma capacitação com os associados quilombolas nas comunidades e/ou ministrada por algum convidado; e
- a contratação de uma bolsista pela Incubadora (estudante de graduação da UFSM) para acompanhar os projetos com as associações quilombolas desde 2018, que junto com os integrantes do NEDET continuaram os trabalhos nas comunidades.

Figura 2 - Assessor do NEDET solicitando a assinatura no projeto para a então presidente da Associação Comunitária Remanescentes de Quilombo Júlio Borges, em 30 de maio de 2017



Fonte: Os autores.

Em vista da necessidade de adequação do orçamento do projeto, no dia 25 de agosto de 2017 foi realizada uma reunião para atualização da lista de materiais a serem comprados pela IS UFSM, com a participação da Emater Salto do Jacuí, da Incubadora Social da UFSM e do responsável institucional do projeto desse grupo junto à IS-UFSM, conforme registrado na Figura 3.

Figura 3 - Reunião de atualização da lista de materiais a serem adquiridos pela IS UFSM para o projeto da comunidade, 25 de agosto de 2017



Fonte: Os autores.

No dia 31 de outubro de 2017, representantes do NEDET Centro Serra e da IS-UFSM também visitaram a Comunidade Quilombola Júlio Borges, no âmbito da Associação Comunitária Remanescentes de Quilombos Júlio Borges, para realizar um planejamento das ações para o primeiro semestre do ano de 2018, junto com a presença da Emater Salto do Jacuí. A Figura 4 registrou o momento dessa reunião, que contou com ampla participação de integrantes da comunidade e da associação.

Figura 4 - Equipe NEDET Centro Serra e Incubadora Social em reunião com a Comunidade Quilombola Júlio Borges, 31 de outubro de 2017



Fonte: Os autores

Ainda no dia 31 de outubro de 2017, foi realizada uma reunião do NEDET Centro Serra e IS-UFSM com a Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí/RS, a fim de apresentar o projeto da Associação Comunitária Remanescentes de Quilombo Júlio Borges aprovado na Incubadora Social da UFSM. O objetivo dessa reunião também foi buscar apoio na execução deste projeto da IS-UFSM e verificar a situação do projeto da referida comunidade quilombola aprovado pelo PRONAT. Pois o projeto destinado à Incubadora Social se baseou também na agroindústria de panificados e nos maquinários para elaboração dessa agroindústria, que estavam previstos no projeto que a comunidade tinha aprovado pela política territorial, sob assessoria do NEDET Centro Serra. Na Figura 5 apresenta-se um registro desta reunião.

Figura 5 - Registro da reunião do NEDET Centro Serra, junto com a Incubadora Social, na Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí/RS, 31 de outubro de 2017



Fonte: Os autores.

Posteriormente foram realizadas atividades de diagnóstico produtivo, formação em economia solidária, troca de experiências na agroindustrialização de produtos, as quais serão detalhadas no capítulo seguinte.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O NEDET segue os requisitos da Política de Extensão da UFSM ao prezar por uma extensão universitária com ênfase na interação dialógica entre universidade e sociedade, ao atuar e fortalecer os grupos incubados e ao contribuir com o desenvolvimento local e regional (UFSM, 2019). Sendo assim, considera-se necessário ampliar o olhar e ter uma visão sistêmica dos e pelos povos tradicionais, já que são atores estratégicos para o desenvolvimento territorial, sustentável e solidário do país (MELO *et al.*, 2019).

Essas experiências e vivências realizadas pelo NEDET, junto com as comunidades em questão, demonstram a relevância da extensão universitária, por meio da interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade, em um processo que, nesse caso, auxilia no melhor

andamento das atividades dos grupos incubados e de seus empreendimentos econômicos solidários. Nesse sentido, é crucial destacar que as atividades exercidas pelo NEDET se pautam numa extensão universitária constituída a partir de um processo educativo, interdisciplinar e com vistas ao desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural e social (FORPROEX, 2012).

A promoção do desenvolvimento comunitário a partir da criação de empreendimentos econômicos solidários junto a grupos em condição de vulnerabilidade social coloca desafios específicos relacionados ao fomento (subsídios públicos para aquisição de equipamentos necessários).

Tais propósitos colocam aos extensionistas desafios de identificação de agências e editais de fomento que sejam convergentes às demandas da comunidade, desafios de adequação da proposta aos marcos dos editais e viabilização da efetiva transferência de recursos para fins da realização dos investimentos previstos. O exame das experiências evidencia o conjunto de dificuldades que surgem nesse processo tendo em vista a intensa regulamentação do uso e inconstância na oferta de recursos públicos. A reflexão sobre a questão dos recursos financeiros e materiais necessários para viabilizar um empreendimento leva a reconhecer, também, que dificilmente se obtém um financiamento integral do empreendimento em uma só fonte, sendo necessário articular diferentes fontes de recursos e também assegurar participação de atores locais para viabilizar os empreendimentos.

Por outro lado, ao se tratar de empreendimentos da economia solidária que perseguem a autogestão, coloca-se a questão da mediação da construção recorrente de pactos sociais que regulam a solicitação e o uso desses recursos.

É nesse contexto que a noção de tecnologia social assume particular relevância por constituir opções tecnológicas que estão mais de acordo às condições dos grupos vulneráveis e, por isso, são menos dependentes de recursos externos. No caso do projeto de agroindústria da comunidade quilombola, previa-se que ela desse início ao processo de formalização da própria cooperativa da comunidade e que ampliasse a diversificação produtiva e o fortalecimento de redes de comercialização.

Sendo assim, a tecnologia social tem um campo amplo de aplicação, principalmente para grupos com vulnerabilidade social. A noção de tecnologia social leva a romper com a visão equivocada de que o uso

de tecnologia é prejudicial a grupos que possuem uma trajetória socio-cultural própria. À luz das experiências percebe-se que a tecnologia não pode ser considerada prejudicial em tese pois deve ser avaliada a forma como ela é entendida e inserida no contexto (envolvendo indivíduos ou o coletivo). Assim, a incidência no âmbito tecnológico pode constituir parte de uma estratégia próspera para melhorar a situação de vulnerabilidade social desses grupos.

Além disso, ressalta-se a relevância da extensão universitária ao orientar o desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais diversos, num processo marcado pelo diálogo, pela troca de saberes e pela tentativa de superação da desigualdade e da exclusão social, tão presentes na realidade nacional (FORPROEX, 2012). Sendo assim, tais interações são fundamentais, pois podem propiciar novos conhecimentos e aprendizados, importantes ao avanço e fortalecimento da universidade e de grupos incubados, bem como à construção de novas realidades sociais, baseadas na igualdade e na justiça.

REFERÊNCIAS

BOBSIN, D. **Projeto n. 048164. Programa de Acompanhamento do Processo de Incubação - IS/UFMS**. Portal de Projetos. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS, 2019. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/view.html?idProjeto=59556>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BRASIL, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Chamada CNPq/MTb-SENAES N° 27/2017: Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários**. Brasília, 06 de outubro de 2017a. Disponível em: <http://www.uems.br/assets/uploads/noticias/2bd157e3bafaaf2fb515371ed6235660/1_2bd157e3bafaaf2fb515371ed6235660_2017-10-23_16-19-48.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sistema de Convênios. SICONV-Sistema de Gestão de Convênios. **Proposta: 032515/2015**. Brasília. 2017b

BRASIL. Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União (DF)**, Poder Executivo, Brasília, 25 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 25 de março de 2021

CODETER CENTRO SERRA. Colegiado Territorial do Território Centro Serra. **Ata, 02/2015**. Sobradinho, Rio Grande do Sul. 27 de fevereiro de 2015.

COELHO, Letícia. **Relatório Antropológico de Caracterização Histórica da Comunidade Quilombola de Júlio Borges**. Lote 01. Salto do Jacuí: Instituto Terra Ambiental/INCRA, 2014.

DAGNINO, R. **Tecnologia social**: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB; Florianópolis: Ed. Insular, 2014. 318 p.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus. Maio de 2012. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 16 mar. 2020.

FROEHLICH, J. M. **Produção e gestão quilombola em empreendimentos econômicos solidários no território centro serra do RS**: mediações e tecnologias sociais em contextos de interculturalidade. Projeto para chamada CNPq/MTb-SENAES N° 27/2017. 2017.

GUIMARAES, G. M.; MIRANDA, F. **Feiras de Comercialização Direta, Agroindústrias Familiares e Economia Solidária**: por uma pauta de reconhecimento da qualidade ampla dos alimentos. 1 ed., pg. 144-167, Santa Maria, RS: Olhares no contexto rural [livro eletrônico], Arco Editores, 2021. Disponível em: <https://f7f3ee10-6cec-4bfa-a3ac-eb10305f7e07.filesusr.com/ugd/4502fa_a22eecf61d9f4b6aa831f6c518359d4a.pdf>. Acesso em: 09 de maio. 2021

MEDEIROS, C. B. *et al.* Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão. **RACE**, Joaçaba, v. 16, n. 3, p. 957-982, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.18593/race.v16i3.13606>>. Acesso em: 15 abril 2021.

MELO, L. F. *et al.* Juventudes camponesas, desenvolvimento territorial e agroecologia. **Revista Geopantanal**, Corumbá/MS, n. 26, p. 95-108, jan./jul. 2019.

MENDES, J. F. A. Estratégias de etnodesenvolvimento através da agricultura: uma análise das ações de assistência técnica e extensão rural na comunidade remanescente de Quilombo de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim (ES), **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, janeiro/junho 2017, p. 169-187. Disponível em: <[http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Estrategias-de-etnodesenvolvimento-atraves-da-agricultura-uma-analise-das-acoes-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-na-comunidade-remanescente-de-Quilombo-de-Monte-Alegre-Cachoeiro-de-Itapemirim-\(ES\).pdf](http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Estrategias-de-etnodesenvolvimento-atraves-da-agricultura-uma-analise-das-acoes-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-na-comunidade-remanescente-de-Quilombo-de-Monte-Alegre-Cachoeiro-de-Itapemirim-(ES).pdf)>. Acesso em: 10 de maio 2021.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2007, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Mior_Agricultura-familiar_agroindustria_e_desenvolvimento_territorial.pdf>. Acesso em: 26 de março de 2021.

QUADROS, M. S. **O Próximo do Território Quilombola**: a Cosmopolítica dos moradores de Júlio Borges. 2015. 234 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **Sobre a Incubadora Social**. Incubadora Social. Pró-Reitoria de Extensão. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2021. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/incubadora-social/sobre/>>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

_____. Anexo da Resolução n. 006/2019 de 29 de abril de 2019. **Política de Extensão da UFSM**. Santa Maria, RS, 2019. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=12476813>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

_____. **Resolução n. 027/2016**. Aprova a criação da Incubadora Social - IS - UFSM da Universidade Federal de Santa Maria e institui seu regimento. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 29 de junho de 2016a. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/570/2019/02/RESOLU%C3%87%C3%83O-027-2016-IS-UFSM.pdf>>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

_____. Pró-Reitoria de Extensão. Incubadora Social. **Edital n. 01/2016**: Abertura de inscrições de projetos para a Incubadora Social da UFSM. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2016b. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/570/2019/02/EDITAL-01-2016-INCUBADORA-SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

_____. **Incubadora Social da UFSM**. Pró-Reitoria de Extensão. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2012. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiJzqH_7YfzAhU-qJUCHSnaC1oQFnoECCQQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fincubadorasocial%2Fimages%2FINCUBADORA%2520SOCIAL1.doc&usg=AOvVaw-3VEiUe6Op2NbUjtHCINw5>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO RIO GRANDE DO SUL

*Felipe Ferrari da Costa*¹

*Luana Fernandes Melo*²

*Saritha Denardi Vattathara*³

*Larissa Vargas Teixeira*⁴

1 Agrônomo formado pela UFSM, Mestre em Ciências Sociais pela UFRRJ e Doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp. No NEDET, atuou como bolsista EXP-CNPq junto às comunidades quilombolas de Linha Fão e Júlio Borges, incubadas pela Incubadora Social da UFSM. Atualmente desenvolve pesquisas em sociologia e antropologia rural.

2 Nutricionista formada pela UniNassau, Mestre em Agroecologia pela UFPB, Doutora em Extensão Rural pela UFSM. Atuou no NEDET desde setembro de 2018, tendo sido bolsista ATP-CNPq junto às comunidades quilombolas de Linha Fão e Júlio Borges, incubadas pela Incubadora Social da UFSM. Tem interesse em agroecologia e alimentação saudável e sustentável.

3 Agrônoma formada pela UFSM, Mestre em Desenvolvimento Rural na UFRGS. Como aluna de graduação, atuou no NEDET-UFSM desde 2017, tendo sido bolsista FIEIX junto ao “Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS”. Abordou em seu TCC de graduação em Agronomia a luta das mulheres quilombolas por reconhecimento.

4 Graduada em Desenho Industrial pela UFSM, atuou no NEDET-UFSM desde julho de 2020, sendo bolsista FIEIX no projeto de extensão “Design para a Inovação Social: ações de valorização da identidade territorial e do patrimônio cultural de Comunidades Remanescentes Quilombolas”. Em face da pandemia de Covid-19, trabalhou na criação e desenvolvimento de peças gráficas de modo remoto.

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo abordamos relatos e discussões sobre a atuação do Núcleo de Estudo e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Territorialidades (NEDET) junto a duas comunidades quilombolas do Território Centro Serra do Rio Grande do Sul durante os anos de 2018 e 2019, as comunidades da Associação Quilombola Linha Fão, localizada em Arroio do Tigre-RS, e da Associação Comunitária Remanescente de Quilombos de Júlio Borges, situada em Salto do Jacuí-RS, ambas vinculadas a projetos e integrantes dos grupos incubados na Incubadora Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Com isso, sintetizamos as principais experiências protagonizadas pelo NEDET naquele contexto, as quais derivam de diversos diálogos e atividades realizadas por docentes e estudantes de graduação e pós-graduação de áreas distintas e que fazem parte do Núcleo.

2 EXPLORANDO RELAÇÕES ENTRE TERRITÓRIOS, PRODUTOS E IDENTIDADES EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO CENTRO SERRA

O NEDET por meio de sua atuação e de estudos constantes, necessitou aprimorar seu entendimento dos elementos que compõem o território e os seus sujeitos para atender e articular da melhor forma possível, isto é, por meio da participação ativa e de espaços democráticos, o desenvolvimento territorial e comunitário.

As atividades desenvolvidas ao longo dos anos com as comunidades quilombolas visavam, por meio de reuniões, construção coletiva, levantamento de dados, análise posterior da equipe, construção de atividades e de alternativas concretas, promover a gestão social e a inclusão produtiva. Aqui o “social” se torna um elemento transformador das ações e dos planos existentes para o desenvolvimento do território em questão. Ele contrapõe qualquer “fórmula universal” (DOWBOR, 1999) em vistas de construir alternativas que quanto mais descentralizam as políticas e as instâncias decisórias, mais enriquecem, podendo contemplar a realidade heterogênea de necessidades sociais e econômicas com as quais depara-se.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040 de 2007) prevê como seu primeiro princípio:

I- o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade (BRASIL, 2007, p. 01).

Quando esse princípio se aplica a questões de inclusão produtiva, deriva-se o objetivo de “[...] apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais” (BRASIL, 2007, p. 03). Portanto, ao conhecer a orientação dessa Política Nacional, a equipe do NEDET estava ciente da necessidade de trabalhar com abordagens de desenvolvimento territorial que possibilitassem a elaboração de estratégias de desenvolvimento que contribuíssem para a valorização dos recursos e saberes locais, repercutindo no fortalecimento das identidades culturais.

Ao longo do trabalho, a equipe do NEDET foi percebendo um distanciamento entre os saberes e práticas sobre artesanato e culinária das pessoas mais velhas em relação aos jovens da comunidade. Analisando-se mais a fundo, compreendeu-se que esse afastamento se devia à “perda da estima social” causada aos sujeitos, de forma coletiva, por meio de contínuas e históricas formas de violência. Portanto, “[...] ao serem marginalizadas da sociedade e terem seus direitos negados, às mulheres quilombolas compreendiam que seus produtos, e elas mesmas, não tinham a mesma valoração social” (VATTATHARA, 2018 p. 42) dos demais integrantes da sociedade. Suas filhas e filhos, ao se depararem com esses sentimentos, apresentavam uma vontade inconsciente de se afastarem dessas “bagagens” históricas transmitidas por meio, nesse caso, da culinária e do artesanato.

Percebeu-se, assim que, aliado a esse esforço de resgate e ressignificação de práticas e valores quilombolas, destacava-se a importância da revalorização de identidades e histórias que informem a cultura desses povos, sua ligação com a terra e o trabalho, seus modos de vida e crenças. Assim, planejaram-se esforços coletivos para a preservação da memória do grupo em relação às suas práticas cotidianas, bem como de construção de uma identidade visual que caracterize o grupo, os quais visaram contribuir para a organização autônoma, ampliação de oportunidades e resgate de autoestima dessas comunidades. Assim, entende-se que a inclusão produtiva, para esse público específico, precisa levar em conta não apenas fatores que influenciam na produção de forma direta (insumos, terra, acesso a tecnologias e mercados), mas também as heranças culturais, os modos tradicionais e os efeitos da formação social das comunidades quilombolas

Os avanços no trabalho com essa perspectiva foram oportunizados mediante participação no edital da Incubadora Social (IS) da UFSM e do projeto de Froehlich (2017) “Produção e gestão quilombola em empreendimentos econômico solidários no território centro serra do RS: mediações e tecnologias sociais em contextos de interculturalidade”, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, na chamada pública CNPq/MTb-SENAES N° 27/2017.

Na atuação orientada à valorização dos recursos, saberes e identidades, destaca-se a articulação com Projeto de Extensão da área de Design, orientado à construção da identidade visual das comunidades. O processo de construção da identidade visual das comunidades iniciou em 2018, em virtude de um projeto do FIEEX orientado pela professora Carolina Iuva de Mello (UFSM). A metodologia de trabalho contou com a participação da comunidade através de atividades e dinâmicas realizadas em grupo, posteriormente graficadas por membros no núcleo do curso de Desenho Industrial. A ação desenvolvida com as comunidades quilombolas se pautou pelas considerações a respeito do design para a inovação social e valorização territorial. Assim, dada a integração do curso de Desenho Industrial à equipe do NEDET, deu-se início à fase de contato com as comunidades e a elaboração de um planejamento das fases de mediação, visando a criação de identidades que representassem as respectivas comunidades.

Esses projetos que visaram melhor amparar e qualificar a atuação do NEDET no acompanhamento às comunidades quilombolas Linha Fão e Júlio Borges, contaram com apoio de instituições diversas, como

a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul (EMATER/RS), o Projeto Esperança/Cooesperança de Santa Maria/RS e a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCP's).

3 AÇÕES EXTENSIONISTAS NAS COMUNIDADES JÚLIO BORGES E LINHA FÃO RELACIONADAS À VALORIZAÇÃO DE RECURSOS, SABERES E IDENTIDADE CULTURAL

A partir de uma base comum de formação em economia solidária, valorização dos recursos locais e da identidade cultural, as ações extensionistas aqui desenvolvidas buscaram a identificação de atividades com potencial de desenvolvimento, tanto econômico, como social/cultural. Essa disposição implicou um conjunto de ações extensionistas relativas ao diagnóstico da realidade local que foram sucedidas por iniciativas mais específicas, relativas à valorização do artesanato tendo em vista o potencial identificado dessa atividade. Conforme exposto anteriormente, as atividades relativas à valorização do artesanato foram estruturadas em torno de um projeto de extensão específico coordenado pela professora Carolina Iuva de Mello (UFSM).

3.1 A VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS LOCAIS E DA IDENTIDADE CULTURAL COMO PONTO DE PARTIDA PARA IDENTIFICAÇÃO DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS

O relato a seguir refere às atividades iniciais de diagnóstico conduzidas pelo NEDET e ressaltam seu vínculo de continuidade com as atividades relacionadas ao projeto de valorização do artesanato apresentadas posteriormente.

3.1.1 SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JÚLIO BORGES

Em 2018, o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra foi celebrado juntamente com o 6º Encontro Diocesano de Comunidades Quilombolas, em 21 de novembro daquele ano, na comunidade Júlio Borges, município

de Salto do Jacuí-RS, com o tema: “Lutas e expressões dos povos indígenas e quilombolas”. O evento foi organizado pela Associação Comunitária de Júlio Borges, juntamente com a Cáritas Diocesana de Cruz Alta-RS, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Salto do Jacuí e NEDET-UFSM.

O encontro, com início às 8h e término às 16h30, teve como objetivo a celebração e troca de experiências entre os integrantes da comunidade de Júlio Borges e de outras comunidades quilombolas das Dioceses de Cruz Alta-RS, Santo Ângelo-RS, Santa Cruz do Sul-RS e Santa Maria-RS, totalizando cerca de 27 representantes de cinco comunidades quilombolas desses locais. Além disso, o evento contou com a participação de autoridades locais e dos mediadores sociais que atuam junto a esses grupos, desenvolvendo vários projetos em seu dia a dia.

Durante o evento ocorreu a Feira de Economia Solidária, organizada pelo NEDET-UFSM, onde cada grupo organizado levou sua produção para comercialização.

Figura 1 - Feira da Economia Solidária na Semana da Consciência Negra em Cruz Alta/RS



Fonte: Os autores.

Cabe destacar que na semana da Consciência Negra de 2018 também ocorreu outro evento, organizado pela Cáritas Diocesana de Cruz Alta, em relação direta com a atividade de Júlio Borges, o 1º Seminário Regional “Trajetória das lutas de construção de direitos indígenas, quilombolas e migrantes (refugiados)”, em Cruz Alta/RS. Esse evento contou com a participação de lideranças quilombolas de Cruz Alta, Santa Maria e Nova Palma; lideranças indígenas de Santa Cruz do Sul (Kaingang) e Santo Ângelo (Guarani); integrantes da Cáritas de Cruz Alta; integrantes da EMATER de Cruz Alta e Santo Ângelo; além de membros da equipe do NEDET-UFSM, entre outros.

É importante destacar a relevância desses eventos e de seu papel estratégico na promoção da interculturalidade e dos direitos sociais de comunidades tradicionais, protagonizando reflexões sobre a cultura, os direitos e os itinerários histórico-sociais desses agentes, além de dar visibilidade aos efeitos de cooperação, aprendizagem, coesão e diversificação do tecido social local (FROEHLICH, 2019). Eventos como esses, ocorridos na Semana da Consciência Negra, são primordiais, portanto, para colocar em cena atores sociais historicamente marginalizados (quilombolas e indígenas), ressaltando seus processos de identificação e luta por reconhecimento e direitos, com especial relevo para a noção de diversidade, o que traz importantes implicações para as concepções sobre os povos tradicionais (MARIN; FROEHLICH, 2019).

3.1.2 DIAGNÓSTICO PRODUTIVO NAS COMUNIDADES PARA IDENTIFICAÇÃO DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS

Como parte das ferramentas utilizadas visando potencializar o desenvolvimento territorial e os empreendimentos econômicos solidários junto às comunidades quilombolas, assistidas pela equipe do NEDET, ao longo de 2018 o grupo de assessores desenvolveu um diagnóstico da realidade produtiva desses atores em Linha Fão e Júlio Borges, tomando como amostra algumas das famílias ali residentes e buscando extrapolar esses dados para um desenho o mais representativo possível.

O diagnóstico objetivou levantar o perfil socioprodutivo das comunidades para auxiliar a equipe a melhor estruturar suas estratégias de ação, propondo caminhos e auxiliando as famílias em termos de avaliação de suas reais possibilidades, de explicitação de seus desejos e do aprendizado a partir de sua trajetória concreta em termos de experiências e atividades desenvolvidas na produção rural e na comercialização de artigos. Diante

disso, buscou-se levantar informações sobre o tamanho e as condições das áreas de terras a disposição de cada família, sobre as culturas agrícolas produzidas por essas famílias, sua dimensão e importância para a renda, sobre a composição familiar e ocupação profissional de seus membros - sua dedicação a outras atividades remuneradas, ao trabalho diarista na própria agricultura da região ou dedicação exclusiva aos cultivos nas áreas quilombolas - e sobre a regularidade ou sazonalidade de todas essas ações desenvolvidas.

Figura 2 - Representante do NEDET em conversa com uma agricultora quilombola de Júlio Borges



Fonte: Os autores.

Especial atenção foi dedicada também à compreensão das possibilidades de comercialização de produtos já existentes e aproveitadas por eles. Nesse sentido, levantou-se informações sobre participação em feiras – em alguns casos participação já mediada pela assistência técnica e órgãos públicos locais –, vendas diretas ao consumidor, bem como sobre as formas de inserção em políticas públicas e mercados institucionais de alimentos.

Essas atividades foram úteis ao melhor conhecimento da realidade e por possibilitar uma ação de mediação técnica e social mais estruturada e planejada, com vistas a alcançar o que os membros das comunidades quilombolas esperam e têm condições de realizar. Isso é importante quando se pensa que essa ação extensionista nunca parte do zero, mas encontra uma situação já determinada historicamente, encontra sujeitos com trajetórias construídas e que possuem disposições específicas. Por isso, antes de empurrar soluções prontas e construídas externamente às comunidades, essa extensão se propõe a construí-las em conjunto com os atores assistidos, desde sua realidade e anseios, necessitando, para isso, inevitavelmente conhecer o mais possível a conjuntura em que se pretende atuar.

3.1.3 OFICINA DE RESGATE CULINÁRIO NA COMUNIDADE JÚLIO BORGES

Um dos aspectos importantes quando tratamos do repasse de memórias e culturas e identificação de produtos com potencialidade econômica é o tema da culinária. Foi nesse sentido que o NEDET, conjuntamente à EMATER e a Cáritas, construiu, no dia 3 de julho de 2018, em Júlio Borges, uma oficina ministrada pelas mulheres das comunidades, para as mulheres da comunidade. O objetivo inicial foi promover uma ação de resgate e aprendizado a respeito de receitas tradicionais, praticadas pelas mulheres mais antigas da comunidade.

Tendo em vista as dificuldades de transmissão do conhecimento culinário entre as gerações, os resultados obtidos por meio dessa oficina superaram a dimensão de resgate de memória, permitindo construir também um espaço de empoderamento e repasse transgeracional desses conhecimentos. Após reuniões e entrevistas, e com a realização da Oficina, destacaram-se dez pratos tradicionais entre a culinária preservada ali: quirera com galinha, vaca atolada com frango, galinha com mandioca, nhoques de farinha de milho com galinha, canjica com ossos de porco, mandiocada, refogado de couve, bolinhos fritos de milho, moranga com batata doce caramelizada e rapaduras de amendoim.

Os pratos foram preparados em casa e posteriormente apresentados no salão comunitário. Cada prato foi apresentado pela respectiva cozinheira, que destacava em sua fala quando aprendeu a receita, quem lhe ensinou, como fazia o prato tradicionalmente, entre outras considerações que destacavam os múltiplos aspectos do saber-fazer quilombola. A Figura 3 expressa o momento que os quilombolas responsáveis pela elaboração dos pratos estavam na mesa explicando como os elaboraram.

Figura 3 - Mulheres quilombolas explicando sobre a elaboração de seus pratos



Fonte: Arquivo do NEDET, 03 de julho de 2018.

Os pratos apresentavam ingredientes que se repetiam, e a partir das falas pôde-se compreender que a galinha era o animal mais “em mão” antigamente por ser autônomo, pequeno e barato de se criar, e a mandioca, a batata-doce, o milho e o amendoim por apresentarem produção alta em pequenas áreas, além de proporcionarem grandes quantidade de energia. Para Zuin e Zuin (2008), os pratos tradicionais apresentam e carregam em si partes da história social de uma determinada cultura. Nesse caso, estava claro que se tratavam de formas de sobrevivência de uma comunidade que não tinha liberdade, terra e insumos para produzir de forma digna, mas precisava se alimentar e labutar na terra dos vizinhos e nas minas exaustivamente.

Portanto, essa Oficina, além de resgatar e garantir a sistematização desses saberes, repassá-los de uma geração para a outra, ensinou e aproximou, cada vez mais, essas pessoas da história de sua própria comunidade, garantindo um espaço de ressignificação às mulheres e aos jovens da comunidade sobre a importância dessas memórias específicas (materializadas nos pratos culinários), tornando-os heranças das quais é necessário se ter orgulho, por terem sido ferramenta de sobrevivência e de dignidade.

3.1.4 APRENDIZAGEM TECNOLÓGICA E ORGANIZATIVA A PARTIR DA TOCA DE EXPERIÊNCIAS COM OUTRAS COMUNIDADES

Nos dias 14 de dezembro de 2018 e 21 de março de 2019, o NEDET promoveu visitas de integrantes das Comunidades Júlio Borges e Linha Fão à Agroindústria Vovó Isabel, em comunidade quilombola situada no município de Nova Palma/RS. Na primeira oportunidade, participaram da visita as mulheres da comunidade Júlio Borges e, na segunda, da comunidade Linha Fão.

As visitas tiveram como objetivo realizar mais um contato e troca de conhecimentos entre as comunidades, atentando-se, principalmente, aos processos em torno da agroindústria da comunidade Vovó Isabel, totalmente estruturada e gerida por mulheres quilombolas dessa comunidade, produzindo alimentos com identificação de origem, de modo de produção e de território e cultura quilombolas - referência tão importante, principalmente no caso da comunidade Júlio Borges, que objetivava o mesmo.

Nessas visitas, pôde-se conhecer também a escola da comunidade Vovó Isabel, que atende cerca de 15 alunos, todos quilombolas, o núcleo habitacional da comunidade, além da agroindústria de farináceos, recém mencionada. Realizou-se, ainda, espaços de trocas de experiências entre as comunidades, em dinâmica conduzida pela equipe do NEDET, em que foram abordados os seguintes assuntos: histórico das comunidades (Linha Fão, Júlio Borges e Vovó Isabel), combate ao racismo, valorização do trabalho negro, necessidade de ocupação dos espaços de decisão, dificuldades de mobilização e engajamento nas respectivas associações. Ademais, durante a visita, as comunidades puderam interagir de forma espontânea, conhecendo o ambiente e trocando informações a respeito de ervas medicinais, receitas, cultivo de hortaliças, árvores frutíferas e assuntos diversos.

Figura 4 - Visita da Comunidade Linha Fão à Vovó Isabel



Fonte: Os autores.

No caso da visita realizada pela Comunidade Linha Fão, em março de 2019, essa atividade contou com uma sequência, na parte da tarde, com a visita à propriedade da Família Potter, no município de Júlio de Castilhos/RS, a fim de conhecerem suas experiências produtivas, principalmente referentes à produção ecológica. Ali também ocorreu roda de conversa, com breve explicação sobre as intenções da visita, onde o casal anfitrião compartilhou um pouco de sua trajetória, até se estabelecerem na produção de orgânicos.

Foram destacadas algumas dificuldades da produção, como a vulnerabilidade a doenças e a insistente presença de ervas daninhas. Cabe salientar que a produção local não tem certificação orgânica, tendo em vista a presença de lavouras de soja no entorno, com cultivo tradicional, o que dificulta a certificação. Na sequência, ocorreu a visita das estufas e demais espaços de cultivo da propriedade, quando foram dadas orientações pontuais sobre irrigação, adubação orgânica, montagem de estufas para cultivo protegido e espaçamentos necessários a cada cultura.

3.2 AÇÕES RELATIVAS À VALORIZAÇÃO DO ARTESANATO ENQUANTO COMPONENTE DA IDENTIDADE CULTURAL

No processo de construção das identidades visuais das comunidades merece ênfase a metodologia aplicada pelo projeto de extensão de design visando a construção da identidade visual de cada comunidade. Esse processo implicou três fases. Na primeira fase, o objetivo foi reconhecer as características de cada comunidade. Para isso, foram realizadas visitas às comunidades, nas quais a equipe foi recebida em algumas casas, apresentada aos membros das famílias, onde pôde partilhar um pouco da sua rotina e ter o primeiro contato com as produções artesanais locais. Também se buscou reconhecimento dos alimentos tradicionais, da natureza do local e das formas de se relacionar em grupo. Assim foi possível entender como se davam as inter-relações e as ligações familiares entre as duas comunidades, bem como os dias e horários mais propícios para realizar atividades.

A segunda fase foi composta por duas ações: uma roda de conversa/exposição e o planejamento conjunto da ação da próxima fase. A roda de conversa foi organizada pela equipe do NEDET com o intuito de expor os artesanatos das artesãs do território, realizando uma troca de saberes das técnicas, e, também, por meio do diálogo, instigar nos participantes a percepção da importância do artesanato como representação de uma imagem de identidade coletiva. A partir desse encontro foram recolhidas informações diversas, com a possibilidade de construção de um vasto banco de fotos dos artesanatos, imagens que narram a identidade cultural da comunidade.

A fase seguinte foi marcada pela mediação de oficinas criativas e a elaboração das alternativas de identidades para as comunidades. Foi ministrada uma oficina de experimentação gráfica em cada comunidade, com o intuito de estimular a criatividade dos atores sociais e, ao mesmo tempo, compreender as palavras, imagens e simbolismos que representam a comunidade para as pessoas que ali moram. Ambas oficinas tiveram em média 15 participantes, todas mulheres, de diferentes faixas etárias.

3.2.1 OFICINAS DE ARTESANATO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA LINHA FÃO

Considerando ser essa uma das principais atividades que caracteriza a reprodução da cultura e possibilita estratégias de fortalecimento de renda no âmbito dos empreendimentos solidários na comunidade Linha Fão, realizou-se, ao longo dos anos de 2018 e 2019, algumas atividades voltadas ao artesanato na comunidade.

A primeira dessas oficinas ocorreu em 10 de outubro de 2018, sendo realizada pelo NEDET em parceria com a EMATER, e envolveu a participação de cerca de 40 pessoas, entre eles alguns integrantes das comunidades quilombolas de Júlio Borges e Vovó Isabel, esta última situada no município de Nova Palma/RS. Essa atividade visou apresentar os artesanatos produzidos nas comunidades, realizar troca de saberes sobre suas técnicas de elaboração, bem como incentivar a percepção da importância sociocultural e histórica dessa prática.

A atividade iniciou na parte da manhã, com a realização de um círculo de cadeiras ao redor de uma mesa, onde os artesanatos foram expostos. Marlise, umas das integrantes da comunidade quilombola, iniciou a oficina fazendo alguns comunicados, apresentando seu artesanato e incentivando outras mulheres a falarem sobre seus produtos e o modo de confeccioná-los. Apesar de manifestarem o gosto pelo artesanato, houve muitos comentários sobre as dificuldades vivenciadas para efetivação dessas práticas no cotidiano, dentre elas a falta de tempo, já que o trabalho com a agricultura e outras atividades envolviam seu dia a dia. Outras mulheres manifestaram que o artesanato já havia sido uma importante forma de renda em suas vidas.

Figura 5 - Oficina de artesanato na Comunidade Quilombola Linha Fão



Fonte: Os autores.

Os tipos de artesanato expostos foram: cestos de palha, sousplat, pássaros feitos com palha de milho, costuras em tecido (reutilização, mochilas), artesanato de material reciclado (caixas de sapato com jornal, chamado de baú), bonecas de porongo, potes de vidros decorados com sementes e tecido, bonecas de palha de milho, crochê e tricô.

Como o decorrer das apresentações foi ocorrendo espontaneamente, a equipe do NEDET foi direcionando algumas perguntas específicas durante a apresentação dos artesanatos, buscando entender com quem haviam aprendido a técnica, qual a origem dos materiais usados, entre outras questões. Destaca-se que, para algumas delas, o aprendizado do artesanato veio através de cursos, sendo esse conhecimento posteriormente repassado para outras mulheres da comunidade.

Posteriormente, uma das integrantes do NEDET fez um breve histórico do artesanato e das mudanças ocorridas quanto à valorização social destes produtos, buscando instigá-las a respeito da importância da prática, para cada uma das mulheres. A Lucilene, da comunidade de Júlio Borges, fez um importante apontamento, dizendo que o artesanato traz uma representatividade do povo negro, podendo auxiliar no resgate da cultura

quilombola. Como se vê, portanto, há aqui uma dupla função atribuída ao artesanato nas comunidades: seja como possibilidade de geração de renda ou como caminho de resgate da cultura quilombola.

O trabalho da parte da tarde, executado a partir de oficinas em três grupos, teve como alvo principal a execução de artesanato de palha de milho. Um dos grupos trabalhou com o trançado de palha. Ali estavam senhoras de mais idade, da comunidade de Linha Fão, que dominam a técnica do trançado, compartilhando saberes com algumas senhoras de Júlio Borges. Nesse grupo, foi possível identificar que várias mulheres dominam a técnica com a palha, e apesar de não falarem explicitamente ao público sobre isso, conseguem expor na prática suas experiências, bem como nas conversas mais íntimas. Assim, buscou-se também estimular conversas individuais entre as mulheres, visando ampliar suas trocas de saberes.

Nessas conversas individuais foi percebido que o trançado de palha é uma técnica que foi aprendida com as ancestrais matriarcas da comunidade de Linha Fão (algumas mulheres contaram que aprenderam com a tia Funé). Uma das senhoras destacou que fez o trançado até a sua mãe falecer, auxiliando, durante a oficina, no aprendizado de outras mulheres. Ao final, ainda foi possível criar uma lista com alguns nomes de mulheres com experiência no trançado da palha de milho e sua técnica.

Os outros dois grupos formados na Oficina também trabalharam com o trançado de palha de milho, o sousplat, técnica dominada ali pela Marlise e pela Márcia, integrantes da comunidade Linha Fão que coordenaram os grupos com mulheres mais jovens da comunidade de Júlio Borges e as mulheres do quilombo Vovó Isabel. Quando lembrado ali o aprendizado da técnica, também através da tia Funé, houve um momento marcante, quando uma das integrantes fez a seguinte colocação, de forma reflexiva: “então isso vem lá dos descendentes”. Nesse contexto, entendemos que o artesanato, além de constituir possibilidade de auxílio na complementação de renda, pode representar, para elas, importantes representações, símbolos e valores dos quilombolas e de suas comunidades (PRADO *et al.*, 2016).

3.2.2 OFICINA DE CONSERVAÇÃO E APRIMORAMENTO DAS TÉCNICAS EM PALHA DE MILHO

As oficinas de artesanato tiveram sequência com realização de atividade sobre conservação e aprimoramento das técnicas de artesanato em palha de milho, ocorrida em 28 de outubro de 2019, na mesma comunidade, em Arroio do Tigre (RS), sob coordenação da artesã Renilde Cembrani Ramellini, de Ibarama, RS. Nessa atividade, participaram 10 mulheres da comunidade. A metodologia utilizada nas oficinas foi participativa, propiciando presença ativa de todas elas nos debates, nas trocas de experiências e na própria confecção dos materiais. Em suma, novamente todas puderam contribuir por meio de seus saberes tradicionais, informações e experiências adquiridas.

3.2.3 PROPOSTA DE CONFECÇÃO DE CATÁLOGO DE ARTESANATO DA COMUNIDADE LINHA FÃO

Com o conjunto das atividades realizadas percebe-se um grande valor no “saber-fazer” artesanal da comunidade quilombola, sendo de extrema importância a memória cultural para trazer esses valores ao trabalho atual e às futuras gerações. Assim, em agosto de 2019 surgiu a proposta de confeccionar um catálogo do artesanato já produzido na comunidade Linha Fão. O catálogo tem o intuito de valorizar o artesanato existente, cartografar a técnica ancestral do trançado em palha de milho e ressaltar o sentido identitário do artesanato de palha de milho, com vistas a promover uma estratégia de mobilização do artesanato enquanto uma expressão de identidade da comunidade. Dessa forma a confecção do catálogo possibilitaria a valorização e visibilidade do artesanato como uma identidade quilombola para a comunidade e para o público externo.

Além disso, o catálogo foi idealizado como um complemento à construção das identidades visuais das comunidades, tema abordado posteriormente. Nesse contexto, a equipe do NEDET propôs a posterior realização de mais oficinas de aperfeiçoamento das técnicas existentes a partir da identificação dessa demanda junto à comunidade. A partir dessa proposta, houve alterações no plano de trabalho da Linha Fão junto à Incubadora Social da UFSM adequando-o a um plano de trabalho para o catálogo e junto ao projeto do FIEX orientado pela Carolina Iuva de Mello. Infelizmente, a sequência dessas atividades, com a finalização da construção coletiva do catálogo de produção

artesanal, visando dar visibilidade às produções artesanais da comunidade, acabou sendo interrompida posteriormente, devido à pandemia de Covid-19.

3.2.4 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE VISUAL DAS COMUNIDADES JÚLIO BORGES E LINHA FÃO

No caso da comunidade Júlio Borges, a oficina de construção da identidade visual iniciou ali reforçando a importância de se ter uma imagem para distinguir as produções da comunidade, que as representasse como sendo de origem quilombola. Foram apresentados exemplos de marcas quilombolas já existentes e discutidos seus elementos e simbolismos, trazendo a reflexão da importância da expressão da identidade cultural perante a sociedade. Após, usou-se a técnica de “*brainstorming*”, frequentemente usada para desenvolver novas ideias, unir informações e fomentar o pensamento criativo, de modo a estimular os participantes a definirem palavras que remetesse à comunidade. As principais palavras citadas foram: família, seus valores e os sujeitos da comunidade; o trabalho e suas ferramentas, em especial a enxada; o plantio e produtos da terra, ervas, legumes; o valor dos seus alimentos; e, por fim, os diferentes tipos de artesanato.

Após conhecidos os principais eixos de expressão da comunidade, foram feitos vários desenhos pelas participantes, expressando essas palavras não só oralmente, mas também visualmente (Figura 6).

Figura 6 - Desenhos desenvolvidos pela comunidade Júlio Borges



Fonte: Borges, Mello, Froehlich (2019).

Assim, foi possível obter as referências gráficas a partir dos desenhos e palavras escritas, bem como os sentimentos e ideias de pertencimento que nortearam os próximos passos do trabalho. A partir das referências textuais e imagéticas das oficinas realizadas, a equipe responsável elaborou opções de identidades para serem apresentadas às comunidades. A Figura 7 apresenta as alternativas geradas para a Associação Comunitária de Júlio Borges:

Figura 7 - Alternativas de identidades para a comunidade Júlio Borges



Fonte: Borges, Mello, Froehlich (2019).

As alternativas de identidades visuais representadas acima mostram a evolução dessa criação conjunta. A primeira e a segunda foram criadas conjuntamente e apresentadas durante uma visita à comunidade de Júlio Borges. Ali também foi relatado por parte dos moradores a importância de se representar o homem quilombola. Dessa forma, a terceira imagem representa a importância do núcleo familiar para a comunidade, a identidade da mulher e do homem quilombola, os elementos da natureza, do território e de suas ferramentas de trabalho.

Na comunidade de Linha Fão, os trabalhos concretos em torno da construção da identidade visual da comunidade tiveram início em maio de 2019. De modo análogo ao trabalhado na comunidade Júlio Borges, a partir de reuniões com suas integrantes e ouvindo as expressões da comunidade, foram desenvolvidas três alternativas de identidades visuais para a Comunidade Quilombola Linha Fão, apresentadas na Figura 8:

Figura 8 – Alternativas de imagens identitárias para a comunidade Linha Fão.



Fonte: Os autores.

Durante o processo criativo, priorizou-se a representação do trançado de milho, característica forte do artesanato da comunidade, bem como a representação da mulher quilombola. Da primeira à última imagem, procurou-se reduzir e simplificar os elementos utilizados, aproximando-se de um desenho minimalista. As alternativas ainda não foram apresentadas à comunidade de Linha Fão por conta da pandemia do Covid-19. Assim que for possível retornar presencialmente à comunidade, com segurança para todos os envolvidos, dar-se-á continuidade ao desenvolvimento da imagem que representa a identidade visual da comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo descreve a experiência do NEDET em seu esforço de tomar em consideração a interculturalidade, explorando suas contribuições para refletir sobre a problemática da inclusão socioprodutiva e as alternativas que seriam mais coerentes com os princípios e objetivos da política nacional para povos e comunidades tradicionais. Mais especificamente, buscou-se, neste contexto, o aperfeiçoamento no processo de mediação e incubação social, atuação sempre calcada

[...] nos princípios da solidariedade, participação, autogestão, sustentabilidade socioambiental e interculturalidade, a fim de consolidar empreendimentos econômicos solidários, mediante geração de trabalho e renda, com vistas à superação do estado de vulnerabilidade social das referidas comunidades quilombolas (FROEHLICH, 2017, p. 2).

Tais experiências revelam a complexidade dos seres em relação e das ações humanas emergidas na interculturalidade e numa rede de saberes tradicionais, pautados na identidade cultural dos quilombolas. Nesse sentido, destaca-se a importância dos estudos socioculturais, os quais nos permitem avançar no conhecimento sobre a realidade, organização e contexto microssocial dos grupos incubados, citados acima (PRADO *et al.*, 2016). Do mesmo modo, verifica-se o potencial que a atuação segundo essa abordagem tem de promover o protagonismo das pessoas que compõem as comunidades quilombolas na construção das alternativas para superação de sua condição de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

BORGES, Gabrielle Pinto; MELLO, Carolina Iuva; FROEHLICH, José Marcos. **Design para a inovação social**: ações de valorização da identidade territorial e cultural de comunidades remanescentes quilombolas. In: 7º Simpósio Design Sustentável, 2019, São Paulo. Blucher Design Proceedings. São Paulo: Editora Blucher, 2019. p. 99.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 fev. 2007, p. 316.

DOWBOR, L. Tendências da gestão social. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 1. 1999, p. 3 a 16. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12901999000100002>>. Acesso em: 10 de maio 2021.

FROEHLICH, J. M. Juventudes (rurais): construções identitárias e abordagem territorial do desenvolvimento. In: MARIN, J. I. O. B.; FROEHLICH, J. M. **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: UFSM, 2019.

_____. **Produção e gestão quilombola em empreendimentos econômicos solidários no território Centro Serra do RS**: mediações e tecnologias sociais em contextos de interculturalidade. Projeto para chamada CNPq/MTb-SENAES N° 27/2017.

MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. Juventudes rurais e desenvolvimento territorial: uma introdução. In: MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. Ms. **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: UFSM, 2019.

PRADO, Shirley Donizete *et al.* Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede. In: PRADO, Shirley Donizete *et al.* (org.). **Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Cap. 1. p. 11-16.

VATTATHARA, Saritha Denardi. **Mulheres quilombolas e a luta por reconhecimento**. 2018. 60 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Agronomia) - Curso de Agronomia - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

ZUIN, L. F.; ZUIN, P. B. Produção de alimentos tradicionais: extensão rural. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

A INCUBAÇÃO SOCIAL E SUAS REPERCUSSÕES NA INSERÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

*Saritha Denardi Vattathara*¹

*Giovanna Deltregia Martinelli*²

*Priscilla Manzoni*³

*Gabriel Boemo Sawaris*⁴

1 Agrônoma formada pela UFSM, mestre em Desenvolvimento Rural na UFRGS. Como aluna de graduação, atuou no NEDET-UFSM desde 2017, tendo sido bolsista FIEEX junto ao “Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS”. Abordou em seu TCC de graduação em Agronomia a luta das mulheres quilombolas por reconhecimento.

2 Arquiteta formada pela UFSM, participou do NEDET-UFSM como estudante de graduação de 2018 a 2019, sendo bolsista da Incubadora Social para auxiliar nos trabalhos junto aos grupos das comunidades quilombolas de Linha Fão e Júlio Borges. Tem interesse pelo estudo da complexidade sociocultural de territórios urbanos e rurais.

3 Formada em Licenciatura em Educação Especial pela UFSM, quando estudante participou do NEDET-UFSM como bolsista da Incubadora Social da UFSM trabalhando junto aos grupos quilombolas de Linha Fão e Júlio Borges. Tem interesse nos temas da economia solidária, grupos vulneráveis e comunidades quilombolas.

4 Estudante no curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da UFSM, participou do NEDET desde maio de 2019, atuando como bolsista FIEEX no “Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS”. Tem interesse no estudo do desenvolvimento econômico e sustentável de comunidades historicamente vulneráveis.

1 INTRODUÇÃO

Observa-se que os projetos de incubação social de empreendimentos econômicos nos quais o NEDET se envolveu a partir de 2016 foram concebidos nos marcos do movimento de economia solidária.

A economia solidária pode ser tratada como um modelo econômico, mas também como um movimento social que busca alternativas solidárias para os grupos que se encontram em condição de vulnerabilidade social. Desse modo, a participação em iniciativas de economia solidária não se esgota na eventual viabilização de empreendimentos, na medida em que insere os grupos em redes sociais com atuação na esfera política, social e econômica, criando possibilidade de que sua realidade seja apresentada para um grupo mais abrangente de atores sociais e se envolva em trocas solidárias e apoio mútuo em lutas políticas. A partir desses marcos, o presente capítulo visa explorar essa dimensão da atuação do NEDET, que se refere à integração das comunidades quilombolas do Território Centro Serra na rede de economia solidária.

2 SENTIDOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS PROPOSTAS DE INCUBAÇÃO SOCIAL

A contemplação das propostas das Comunidades Quilombolas Linha Fão e Júlio Borges no Edital 01/2016 da Incubadora Social - Pró-Reitoria de Extensão/UFSM permitiu inserir essas duas comunidades no fomento à economia solidária e em redes de economia solidária, pois convergiam de modo direto com os objetivos da Incubadora Social da Universidade Federal de Santa Maria (IS/UFSM).

A economia solidária pode ser entendida como a realização de empreendimentos solidários baseados numa organização em que a propriedade dos meios de produção pode ser coletiva, em que os trabalhadores realizam suas tarefas de maneira autogestionada e, da mesma forma, num processo em que a gestão e manejo de recursos coletivos é definida de modo participativo e democrático (DAGNINO, 2014). Nesse “novo modelo de organização social” priorizam-se relações que fortalecem de forma coletiva o empreendimento em questão.

Para além de seus efeitos micro e localizados, que se manifestam por meio da conscientização sobre a viabilidade de um modelo alternativo de produção e organização social comunitária e de relações entre atores econômicos mediante instauração de formas de comércio justo e solidário, a economia solidária também é construída num viés macro e sistêmico, por entender que por meio dela podem se consolidar alternativas ao atual sistema econômico capitalista, cuja base se fundamenta na concentração dos lucros.

Santa Maria tem um dos casos pioneiros de economia solidária e mais relevantes em âmbito nacional quanto ao número de empreendimentos solidários envolvidos e ao tempo de existência. Trata-se do berço do projeto Esperança/Cooesperança, vinculado à Diocese de Santa Maria, que alcança projeção internacional ao promover a Feira da Economia Solidária, que ocorre anualmente na cidade e reúne empreendimentos do mundo todo para discutir os desafios da economia solidária, entre todos os demais assuntos que a circundam, proporcionando um espaço único de troca, fortalecimento e comercialização para empreendimentos solidários.

3 PRECURSORES DA COOPERAÇÃO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Ao se resgatarem as formas de interação social da Comunidade Quilombola Júlio Borges ao longo de sua história, pode-se entender que essas trocas, ocorridas de forma “descomprometida e aleatória”, constituem um “sistema de dádivas quilombolas” (QUADROS, 2015, p. 146). Esse sistema recheado de trocas (sejam elas concretizadas em produtos como um kg de batata doce por um saco de amendoim, sejam elas em forma de serviços e favores) foram o que deram sustentação à comunidade, que esteve, ao longo de sua história, imersa em situações difíceis, de negação de direitos e de dificuldades. Dessa forma, essas relações de dádivas teceram a territorialidade de Júlio Borges.

Como ainda observa Quadros (2015, p. 148), o mecanismo no qual se desenvolvem essas relações de troca pode-se configurar como uma “pragmática quilombola” que, por meio de “riso e de ironias, dos enunciados, das dádivas, das gentilezas e de outras técnicas cosmopolíticas

evocadas afrontam os dispositivos de captura” e, assim, defendem a vida. Esses dispositivos continuaram presentes inclusive após a promoção e o assessoramento do NEDET no território para constituição dos empreendimentos solidários.

Ao longo do estudo etnográfico de Quadros (2015), constata-se que os quilombolas têm mecanismos como a cordialidade, que diferente do **homem cordial** que caracteriza a configuração da sociedade brasileira, segundo Sérgio Buarque de Holanda, é uma “arte de resistência” e permite com que haja solidariedade entre todos os sujeitos componentes da comunidade, e isto se apresentou de forma nítida ao longo das atividades desenvolvidas lá. Ao ocorrerem oficinas, por exemplo, havia preocupação com as mulheres não presentes, e o comprometimento de repassar as técnicas aprendidas ou as falas ditas ocorria de forma natural e quase imperceptível. Esse aspecto também emergiu ao longo das conversas com os membros da comunidade, que apesar de terem vivenciado um processo conturbado quanto à obtenção de suas terras nunca citaram de forma negativa ou excludente os “próximos”, ou em outras palavras, os vizinhos Kaingang, mantendo inclusive com eles relações de troca mútua (QUADROS, 2015).

Essas relações de solidariedade muitas vezes garantiam comida mínima às famílias que viviam situações de máxima exploração e insegurança na mão dos “patrões”, pessoas que não eram pagas por seus trabalhos e que eram expulsas quando mais necessitavam de moradia e de estabilidade. Frente a esse cenário repleto de violência, de forma quase coletiva conseguiram manter seus filhos e teceram a realidade hoje presente na comunidade, como afirma Quadros (2015, p. 159):

[...] para muitos, as condições de vida mais favoráveis nos dias de hoje têm ligação com as práticas de convívio nutridas na localidade. Manter um bom relacionamento com os vizinhos da mesma comunidade, bem como das comunidades contíguas, tornando-os próximos, garantiu-lhes a permanência em Júlio Borges ao longo de anos, nos quais precisaram se defrontar com os espólios de terras, com a expulsão das propriedades de patrões e com os intermináveis movimentos nômades por zonas distintas dentro e fora de Júlio Borges.

Enquanto para os sujeitos que formaram a construção da economia solidária em Santa Maria, como agricultores pobres familiares ou sem-terra, um empreendimento solidário garantia uma melhoria de suas rendas e o resgate de saberes tradicionais e de modos de fazer típicos que objetivavam o levante de suas estimas, para as comunidades quilombolas essas relações que também são tratadas e fortalecidas no empreendimento solidário (e que também envolvem o resgate da memória, a reafirmação, o incremento de suas rendas de forma justa), em outros momentos, garantiram suas sobrevivências e a sobrevivência das gerações que vieram. Essa diferença faz com que a gente entenda que a economia solidária para esse público em especial seja além de uma forma alternativa de produção, parte da “arte de resistência” que garantiu a formação de sua territorialidade.

4 A ATUAÇÃO DO NEDET NA ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES ÀS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

As atividades apresentadas aqui, que fazem parte do trabalho do NEDET cujo objetivo mais geral buscava a inclusão produtiva por meio da gestão social, foram promovidas em vista à construção e viabilização de empreendimentos solidários, começando com formações sobre o tema para apropriação por parte dos sujeitos envolvidos; articulação entre as entidades que constroem os eventos da economia solidária (como o Feirão Colonial e a Feira Internacional do Cooperativismo); construção da participação das comunidades quilombolas Júlio Borges e Linha Fão nas feiras com seus produtos contando com uma identidade própria; participação com bancas de comercialização e divulgação da história, dos produtos e das comunidades aqui citadas.

4.1 FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao longo dos trabalhos desenvolvidos pelo NEDET junto às comunidades quilombolas Linha Fão e Júlio Borges, uma das preocupações esteve voltada à realização de atividades de formação e troca de experiências sobre o tema da economia solidária, já que esse era um elemento presente na trajetória

histórica e vivência cotidiana e um objetivo relacionado à viabilização dos empreendimentos coletivos planejados por essas comunidades.

Nesse sentido, realizou-se em Santa Maria/RS, em um sábado, dia 24 de março de 2018, uma atividade de planejamento e formação promovida pelo NEDET em conjunto com o projeto Esperança/Cooesperança, que contou com a presença de integrantes das duas comunidades quilombolas, para tratar desse tema. Essa atividade de formação previu a realização de visita ao Feirão Colonial na parte da manhã. Com isso, os integrantes das comunidades quilombolas puderam ampliar seus conhecimentos e experiências sobre o tema da comercialização em mercados alternativos, a partir das experiências desenvolvidas ali. Já pela parte da tarde houve continuidade da atividade de formação sobre economia solidária com a Irmã Lourdes Dill, representante e idealizadora com Dom Ivo Lorscheiter do projeto Esperança/Cooesperança. Essa atividade foi realizada no Banco da Esperança e também foi assessorada por Cláudia Machado, igualmente integrante do projeto Esperança/Cooesperança.

Figura 1 - Participantes da atividade, em frente ao Banco da Esperança



Fonte: Os autores

Estiveram presentes nessas atividades cerca de 20 integrantes, os quais relataram a importância de sua participação, no sentido da troca de experiências e de novos conhecimentos adquiridos. O grupo sempre considerou importante esses momentos de troca de conhecimentos e saberes, já que aproximam diversas experiências ligadas à ideia de economia solidária e

fortalecem redes de colaboração e cooperação, ampliando as possibilidades de ação consciente e cooperativa das comunidades envolvidas entre si e com atores externos.

Por isso, no dia 26 de setembro do mesmo ano, foi realizado novo encontro entre as comunidades quilombolas participantes desse projeto e os membros do projeto Esperança/Cooesperança, para mais uma discussão e formação sobre empreendimentos econômicos solidários. Dessa vez, a atividade ocorreu nas próprias comunidades - Comunidade Quilombola Linha Fão e Comunidade Quilombola Júlio Borges, sendo conduzida novamente pela Irmã Lourdes Dill, coordenadora do projeto de economia solidária em Santa Maria e referência internacional nesse tema. Naquela oportunidade, as atividades ocorreram nos turnos da manhã e da tarde - cada turno em uma das comunidades - e contaram com ampla participação dos integrantes destas.

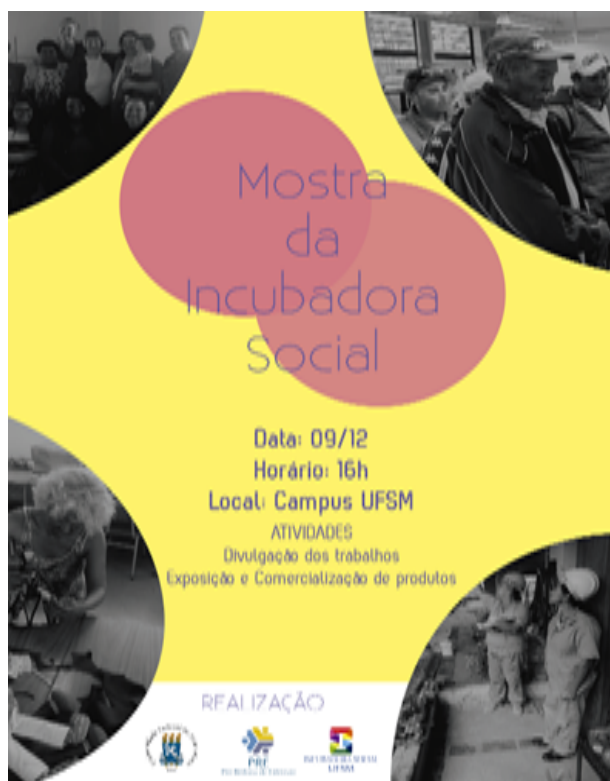
Com debates que traziam elementos em torno da realidade vivida pelos promotores do debate de economia solidária, os integrantes das comunidades puderam refletir sobre a importância da produção e da cultura para a estruturação de alternativas econômicas e de cidadania em sua realidade. Mais pessoas das comunidades puderam participar, incentivou-se a construção de ideias voltadas à sua realidade de atuação e possibilidades de estruturação de experiências de economia solidária. Deu-se, assim, um desencadeamento de atividades de discussão, observação e troca de experiências, onde, cerca de 7 meses depois da primeira atividade realizada em Santa Maria, tentou-se fechar um ciclo inicial que visava a emergência de novas oportunidades de comercialização sustentáveis e o empoderamento das comunidades rumo à melhor estruturação de seus empreendimentos econômicos solidários na região.

4.2. A INTEGRAÇÃO ATIVA DAS COMUNIDADES EM ESPAÇOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: PARTICIPAÇÃO NO “VIVA O CAMPUS DA UFSM”

No dia 9 de dezembro de 2018, foi realizado o “Viva o Campus Especial” de aniversário da UFSM, comemorando seus 58 anos. Com isso, ocorreram mostras de trabalhos e projetos da Incubadora Social da UFSM, que contaram com a participação dos grupos incubados, dentre eles a Associação Quilombola Linha Fão e Associação Comunitária Remanescente Quilombola de Júlio Borges. Participaram da atividade cerca de 10 integrantes das duas

comunidades, onde, além das trocas e aprendizados, puderam divulgar e comercializar seus produtos. Cabe salientar que o NEDET esteve nas comunidades antes da data do Viva o Campus para organizar os detalhes da viagem das comunidades para a universidade. A mostra da Incubadora Social foi pensada justamente para que os grupos incubados pudessem apresentar ao público o resultado de seus trabalhos, já que tem por propósito ressaltar a relevância social e o potencial educativo do trabalho desenvolvido pela e para as comunidades em condição de vulnerabilidade social. A Figura 2 (abaixo) apresenta o cartaz do evento dedicado conhecer o trabalho das organizações.

Figura 2 - Cartaz da Mostra



Fonte: Arquivo da Incubadora social – UFSM, dezembro de 2018⁵.

5 Link de divulgação do evento: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/2018/12/04/mostra-da-incubadora-social/>>.

Já a Figura 3 (abaixo) apresenta uma imagem com as participantes da atividade, demonstrando protagonismo das mulheres na gestão dos empreendimentos sociais.

Figura 3 – Grupos quilombolas participando do “Viva o campus” em mostra da Incubadora Social, e uma atividade realizada com a parceria do NEDET/UFSM



Fonte: PPGEXR/UFSM (2019)⁶.

Por fim, a presença dos grupos incubados na mostra do “Viva o Campus” foi substancial para dar maior visibilidade à realidade das comunidades quilombolas do Território Centro Serra e o tecer de seus trabalhos e criatividade. Puderam conhecer o campus universitário, o que foi de suma importância, por proporcionar o intercâmbio de conhecimento entre o NEDET e as comunidades. Até então as visitas se deram sempre no território. Esse momento foi especial porque permitiu que um coletivo das comunidades pudesse acessar a universidade de forma concreta e pessoal. Nas reuniões de avaliação das comunidades posterior

⁶ Acesso para a página de divulgação desta atividade: <<https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgexr/2019/01/08/grupos-quilombolas-participam-da-mostra-da-incubadora-social-da-ufsm/>>.

à mostra a curiosidade e a satisfação de conhecer o lugar em que a equipe do NEDET trabalhava e de onde saíam os projetos de ações foi elencado como um dos pontos positivos entre as mulheres. Essa troca física de visita também permitiu uma maior proximidade e confiança por parte deles em relação à equipe.

4.3 PARTICIPAÇÃO DOS QUILOMBOLAS EM ESPAÇOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: PARTICIPAÇÃO ENQUANTO FEIRANTES NA FEICOOP

A partir da participação em atividades de formação em economia solidária e aproximação aos atores que a promovem no contexto do Projeto Esperança/Cooesperança, as comunidades quilombolas passaram a participar regularmente da FEICOOP como feirantes e também como expositores em espaços políticos. Nesta seção aborda-se sua participação como produtores feirantes.

4.3.1 PARTICIPAÇÃO NA 25ª FEICOOP - 12 A 15 DE JULHO DE 2018

A realização da 25ª edição da Feira Internacional do Cooperativismo - FEICOOP aconteceu no mês de julho de 2018 no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, e teve como um dos públicos participantes as Comunidade Quilombolas Júlio Borges e Linha Fão.

A participação de representantes das comunidades quilombolas como feirantes na FEICOOP foi definida através da Incubadora Social da UFSM que conseguiu um espaço com a organização do evento para que os grupos que estavam em processo de incubação pudessem participar do evento. As articulações para a participação de alguns membros das comunidades aconteceram nos meses de maio e junho de 2018, quando a equipe do NEDET realizou visitas às comunidades para planejamento da participação, assim como definição de quais produtos seriam comercializados no decorrer da feira. Nessas reuniões foram escolhidas quais seriam as quatro representantes das duas comunidades que ficariam responsáveis pela comercialização dos produtos na feira em Santa Maria-RS durante os quatro dias em que essa iria ocorrer.

As comunidades trouxeram seus produtos para exposição na feira, todos de produção própria, como, batata doce, batata inglesa, mandioca,

bergamotas, amendoim, rapadura, paçoca e outros doces tendo como produto base o amendoim. Além dos alimentos trazidos para a exposição, também o artesanato feito pelas mulheres quilombolas se fez presente, e consistiram em cestos, produtos de decoração feitos com materiais que compõem a região, como pinhas, palha de milho, materiais de árvores, assim como recicláveis. Também foram comercializados cachecóis, toucas, colares, bolsas, entre outros produtos indumentários.

Visando uma participação ativa das feirantes quilombolas e de ampla divulgação dos produtos que estas venderiam na FEICOOP, foram produzidos materiais informativos para cada comunidade (*banners* e *folders*), com breve histórico das mesmas e informação dos produtos tradicionais quilombolas que essas produzem e que estariam disponíveis para comercialização.⁷ Esses materiais foram feitos previamente pela equipe do NEDET, tiveram avaliação das comunidades e alterações, e após a versão finalizada ter sido aceita pelas mesmas, passou-se a imprimi-las. É importante ressaltar que o material contava com fotos que as comunidades escolheram e com a história que permeia cada produto apresentado.

A Figura 4 mostra os *folders* que foram produzidos para o evento, além dos *banners* que ficaram no estande das feirantes quilombolas, e que auxiliaram a atrair mais pessoas para comprar os produtos quilombolas, como podemos ver na imagem.

⁷ Alguns exemplos da descrição feita para cada produto são:

Mandioca com casca: A mandioca se consolidou como um produto característico quilombola por ser altamente energética e seu cultivo ser simples. Devido à limitação de terras, os quilombos adotaram a mandioca como base alimentar de suas comunidades;

Batata doce: A batata doce tem um valor histórico para a comunidade. Ela era preparada no fogo de chão, enterrada nas brasas quentes, para passar pelo processo do “banho-de-cinzas”. Por seu valor energético e por sua rusticidade se consolidou como um dos principais alimentos do quilombo;

Rapaduras: As rapaduras quilombolas são características por não serem doces como as industriais. Devido ao fato de o açúcar ser um produto caro e das colônias, os quilombolas as adaptaram às suas realidades, rendendo um produto natural e de gosto único;

Feijão: O feijão também se consolida como uma das culturas tradicionais quilombolas, por ser muito energético e rústico. Antigamente, por não terem terras suficientes, era cultivado nas granjas, e os quilombolas faziam longas viagens para levá-lo nos quilombos para as famílias.

Figura 4 – *Folders* das comunidades quilombolas
Linha Fão e Júlio Borges



Fonte: Os autores.

Já a Figura 5 registra a presença das representantes das comunidades quilombolas no estande de comercialização na 25ª FEICOOP.

Figura 5 – Feirantes quilombolas durante a 25ª FEICOOP



Fonte: Os autores.

Esta foi a primeira experiência das comunidades na FEICOOP junto a IS-UFSM. Além da troca constante de produtos com demais feirantes, e de conhecimentos, as feirantes puderam divulgar amplamente, em um espaço pensado e construído para empreendimentos solidários e cooperativos, seus trabalhos e suas histórias. Esse espaço convidativo, acolhedor e diverso permitiu com que muitas das atividades “secundárias” produtivas no quilombo fossem vistas como de grande valor, pelo fato de produzirem frutas, verduras, chás, artesanatos, indumentas e alimentos diversificados dos demais produtos apresentados na Feira, exatamente pela reafirmação de sua origem: serem produtos quilombolas.

4.3.2 PARTICIPAÇÃO NA 26^A FEICOOP - 11 A 14 DE JULHO DE 2019

A mobilização para a participação das comunidades na 26^a FEICOOP iniciou-se em junho, com organização da logística para o transporte dos membros das comunidades, dos produtos a serem comercializados e da estadia durante os dias da feira, bem como da alimentação. Também foi confeccionado pela equipe do NEDET etiquetas para os produtos, *banners* e panfletos sobre as comunidades.

A feira ocorreu dos dias 11 a 14 de julho de 2019. Entre os produtos trazidos pelas comunidades constam: bergamota, laranja de suco, laranja de umbigo, limãozinho, feijão, mandioca, chá de carqueja, amendoim, bolinho de farinha de milho salgado, bolinho de milho doce, cueca virada doce de farinha de trigo, rapadura de amendoim e pé de moleque de amendoim com melado, como podemos visualizar na Figura 6.

Figura 6 - Tenda com produtos comercializados expostos



Fonte: Os autores.

Já a Figura 7 registra a presença de representantes das duas comunidades quilombolas no estande de comercialização.

Figura 7 - Feirantes das comunidades quilombolas Linha Fão e Júlio Borges ao lado de seus produtos, no primeiro estande.



Foto: Andréa Ortis/ Bolsista NDI/PRE, 2019⁸.

4.3.3 PARTICIPAÇÃO NA FEICOOP EDIÇÃO ESPECIAL 2020

No ano de 2020 tem-se o advento da pandemia de Covid-19⁹, uma pandemia de caráter viral que, como estratégia de frear a disseminação do vírus, SARs-CoV2, encontrou no distanciamento social um forte aliado. Em decorrência dessa estratégia, a FEICOOP não pôde ocorrer da mesma forma como habitual, uma vez que, ao reunir muitas pessoas durante sua execução, poderia disseminar o vírus, causando grandes danos à saúde coletiva. Assim, em 2020 não houve uma 27ª FEICOOP, mas sim uma FEICOOP diferenciada, adaptada ao modo remoto, ocorrendo em sua maioria por meio de plataformas digitais. As palestras e seminários ocorreram de

⁸ Link para acessar a página de divulgação desta atividade: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/2019/07/13/26a-feicoop-inicia-com-apoio-da-ufsm-e-pro-reitoria-de-extensao/>>.

⁹ A seção 4 abordará aspectos mais aprofundados sobre este tema.

forma *on-line*, pelo *Facebook* da feira, pelo *Google Meet* e pelo canal do *YouTube* da Rede e Soberania, abordando temas pertinentes à temática da feira.

Buscando promover os espaços de inclusão social, a organização da FEICOOP Edição Especial criou também ferramentas de comercialização, promovendo espaços de venda online e destinando um dia para a realização de uma feira presencial. Assim, no dia 12 de dezembro de 2020 ocorreu a feira presencial da FEICOOP edição especial 2020, na qual pôde-se observar diversas mudanças ocasionadas pelas medidas de contenção da pandemia, das quais pode-se destacar a pouca quantidade de expositores e clientes, o distanciamento mantido entre as bancas e o número de pessoas por banca, limitando-se a no máximo duas pessoas.

Com o apoio e parceria da UFSM, da Incubadora Social e do NEDET-UFSM, a Associação Comunitária Remanescentes Quilombola de Júlio Borges, localizada em Salto do Jacuí, e a Associação Quilombola Linha Fão, localizada em Arroio do Tigre, marcaram presença na feira, sendo as únicas participantes a contarem com apoio da Incubadora Social da UFSM. A banca de exposição contou com diversos tipos de produtos artesanatos tais como: crochê, vasos, guirlandas, cestas, suporte para panela confeccionadas com palha de milho, tapetes de retalhos, quadros pintados e também trufas.

Diferentemente das outras edições, nas quais os produtos típicos produzidos nas comunidades Quilombolas foram comercializados, tais como bergamotas, laranjas de suco, laranjas de umbigo, limão, feijão, mandioca, carqueja para chá, amendoim, bolinho de milho salgado e milho doce; cueca virada, rapadura de amendoim e pé de moleque, observou-se que na edição de 2020 isso foi impossibilitado, uma vez que os produtos de origem vegetal e os alimentos produzidos de forma artesanal apresentavam caráter sazonal e, como a feira ocorreu em época atípica, em dezembro, esses produtos e matérias-primas não estavam disponíveis, além do fato de que no ano de 2021 ambas as comunidades obtiveram uma produção abaixo do esperado.

Ainda, enquanto que em 2019 quatro mulheres, duas representantes de cada comunidade, participaram da feira todos os dias, no período de manhã, tarde e noite, comercializando os produtos produzidos por ambas as comunidades, em 2020 apenas duas feirantes puderam participar do evento, o qual contou apenas com uma manhã. Assim como no ano anterior, recursos para deslocamento e hospedagem foram disponibilizados

pela UFSM, porém, doações foram necessárias para que a participação se efetivasse, tendo em vista a indisponibilidade de recursos específicos para a alimentação, como também ocorreu no ano de 2019.

Figura 8 - Representantes das comunidades quilombolas de Júlio Borges e da Linha Fão na feira presencial da FEICOOP, edição 2020



Fonte: Os autores.

Também houve menor comercialização dos produtos durante a realização da feira, o que pode decorrer também da diminuição no número do público abrangido e da diminuição do período de realização, uma vez que essa edição ocorreu por apenas uma manhã, enquanto as demais aconteceram num período de 3 a 4 dias. Contudo, entende-se que a participação das comunidades na feira foi muito importante, uma vez que atuou no fortalecimento e reconhecimento dos produtos quilombolas para o público presente e na continuidade da participação ativa das comunidades nas FEICOOP, espaços sempre estratégicos para a consolidação de trocas de conhecimentos e fortalecimento das relações com demais empreendimentos que têm mesmo caráter.

4.4 PARTICIPAÇÃO ORIENTADA À DISCUSSÃO DA REALIDADE QUILOMBOLA MEDIANTE PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS POLÍTICOS DA FEICOOP

Desde sua primeira participação na FEICOOP, buscou-se promover uma participação diferenciada das comunidades quilombolas na feira de forma que elas não fossem percebidas apenas como mais um grupo de empreendedores da economia solidária. Considerando que a feira constitui um espaço político, além de espaço econômico, buscou-se promover a discussão sobre realidades e agenda quilombola no âmbito da FEICOOP. Assim, o NEDET participou da organização de três espaços na FEICOOP, sendo 2 na modalidade presencial (FEICOOP 2018 e 2019) e um na modalidade virtual (FEICOOP 2020). Na sequência são apresentadas as participações na modalidade presencial.

4.4.1 ESPAÇOS POLÍTICOS QUILOMBOLAS NA FEICOOP 2018

Além da participação das representantes quilombolas como feirantes, foi planejada uma visita de mais pessoas das comunidades no dia 14 de julho de 2018 durante a FEICOOP. Nesse dia o NEDET se responsabilizou, junto à coordenação do evento, para organizar um painel com a temática “Inclusão social e produtiva em comunidades quilombolas: experiências e desafios”.

O painel teve como palestrantes: Antonio Leonel Soares presidente da Federação das Associações de Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul (FACQ/RS) e da Cooperativa Terra de Quilombos, que falou da tentativa de acessar o Selo Quilombos do Brasil, assim de outras lutas e estratégias para a inclusão produtiva; uma representante da EMATER do município de Salto do Jacuí-RS, outra representante da Cáritas Brasileira da Diocese Cruz Alta-RS e um representante do NEDET/UFSM. Essas demais falas foram para repassar os trabalhos que cada entidade desenvolve nas respectivas comunidades quilombolas. Falas centrais do painel foram feitas por Lucinda e Marcia, duas lideranças dessas comunidades que, por meio do espaço proporcionado, puderam expor seus olhares e percepções da realidade que vivenciam e de como visualizavam o trabalho das respectivas entidades nas comunidades. Além disso, o painel contou com uma saudação inicial da

Irmã Lourdes Dill, coordenadora da FEICOOP, e teve como mediador o professor José Marcos Froehlich, docente da UFSM e coordenador da equipe do NEDET.

Nas figuras 9 e 10 podem ser visualizados o cartaz de divulgação do referido painel e o momento inicial em que a irmã Lourdes Dill fazia uma saudação às pessoas presentes, já com a mesa formada pelas pessoas que iriam relatar suas experiências, como quilombolas ou atores que trabalham com esses(as).

Figura 9 – Cartaz de divulgação do painel



Fonte: NEDET/UFSM (2018)¹⁰.

¹⁰ Link para acessar a página de divulgação do evento:

<<https://www.facebook.com/netetufsm/photos/a.1486592728335112/2073663099628069/>>.

A Figura 10 apresenta uma das principais organizadoras da FEICOOP saudando cordialmente as painelistas do evento.

Figura 10 - Irmã Lourdes fazendo a saudação e palestrantes do painel na mesa



Fonte: Os autores.

Por fim, quando o painel acabou, todas as pessoas puderam prestigiar o estande das feirantes quilombolas na FEICOOP, assim como tiveram a oportunidade de visitar outros estandes também.

4.4.2 ESPAÇOS POLÍTICOS QUILOMBOLAS NA FEICOOP 2019

Além da comercialização dos produtos, foi proposto pelo NEDET um painel durante a FEICOOP para discutir os desafios da agenda étnico-racial na atual conjuntura política.

O evento contou com quatro palestrantes e foi mediado pelo professor coordenador do NEDET, José Marcos Froehlich. A primeira fala, de Isadora Bispo, representante do Coletivo Ara Dudu, trouxe informações sobre a atual conjuntura da luta do movimento negro no Brasil e no RS. A segunda fala foi de Roberto Potácio Rosa, liderança quilombola de Restinga Seca, que explanou sobre a luta e a agenda das comunidades quilombolas no RS.

A EMATER, representada pela Auria Schroder, apresentou um projeto piloto da ANATER (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) para quilombolas, que tem como finalidade dar suporte às comunidades através de ações para promover o desenvolvimento técnico social. Por fim, Fernanda Miranda, representante das Comunidades Quilombolas Linha Fão e Júlio Borges, assim como integrante do NEDET e mestranda em Extensão Rural na UFSM, debateu sobre quais seriam as demandas e expectativas da ATER para quilombolas a partir das comunidades do Centro Serra do RS. A Figura 11 apresenta a programação do debate.

Figura 11 - Painel: Desafios da Agenda Étnico-Racial na Atual Conjuntura Política



Fonte: NEDET/UFSM (2019)¹¹.

Já a Figura 12 ilustra o momento em que o representante da Federação das Associações de Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul (FACQ-RS) fazia sua intervenção. Esse painel também contou com a participação de integrantes das comunidades quilombolas de Linha Fão e Júlio Borges, além das feirantes, que foram visitar a feira em mais um ano (por intermédio do NEDET em articulação com a Incubadora Social da UFSM).

¹¹ Link de acesso da página de divulgação do evento:

<<https://www.facebook.com/netetufsm/photos/a.1486592728335112/2349864548674588/>>.

Figura 12 – Representante da FACQ-RS fazendo sua intervenção durante o Painel



Fonte: Os autores.

Em 2020, como já abordado anteriormente, em virtude da pandemia da COVID-19, o NEDET organizou uma *live* durante a programação on-line da edição especial da FEICOOP, com a temática: “Consumo Político e reconhecimento socioprodutivo de Comunidades Quilombolas: estratégias e desafios”. Mais detalhes sobre essa *live* e sobre a atuação do NEDET nesse período da pandemia serão abordados em capítulo específico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Froehlich *et al.* (2019b), no contexto do NEDET, a gestão social se concretiza em ações que priorizam a mobilização e a participação social dos atores do Centro Serra, por meio de ferramentas que incitem a participação. Espaços em que esses processos se cristalizam são as Plenárias Territoriais, as reuniões de Núcleo técnico e Dirigente (NDT) e as reuniões de comitês

territoriais. Já para inclusão produtiva entende-se um conjunto de ações que buscavam a construção de ações para a geração de trabalho e renda, juntamente como os demais atores do território (FROEHLICH *et al.*, 2019b).

Considerando os diferentes âmbitos da atuação do NEDET pode ser melhor visualizada a complementariedade de suas ações. Nesse sentido, ressalta-se uma disposição para o estabelecimento de relações solidárias no âmbito das instâncias gestoras do território, com especial atenção à sensibilização para a priorização dos grupos em condição de maior vulnerabilidade social.

A partir da vinculação do NEDET a projetos de incubação social da UFSM (2016), sob a perspectiva da economia solidária (Incubadora Social (IS) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do Projeto de Froehlich (2017) “Produção e gestão quilombola em empreendimentos econômico solidários no território centro serra do RS: mediações e tecnologias sociais em contextos de interculturalidade” (vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq), ganhou ênfase o fortalecimento das interações econômicas solidárias entre comunitários (para a viabilização de empreendimentos comunitários), e desses com atores externos que compõem a ampla rede da economia solidária na América Latina.

A atuação no fortalecimento das relações econômicas solidárias entre comunitários e desses com atores externos pode ser percebida como um processo que tem relação de continuidade com práticas culturais do grupo. As trocas, elementos componentes transcendentais do sistema de dádivas quilombolas, puderam ser repetidas em um espaço externo à comunidade, com outros sujeitos **próximos** (QUADROS, 2015) quanto ao modo de produção e de comercialização, permitindo às comunidades ocupar um espaço representativo e único na feira.

Os espaços da FEICOOP foram essenciais para a inserção das comunidades no contexto do comércio justo e dos empreendimentos solidários. Esses eventos permitiram com que os membros das comunidades pudessem fortalecer seus mecanismos de trocas, fortalecendo as atividades que já existiam, mas são consideradas secundárias na geração de renda nos quilombos. Ao estarem por dias presentes nas FEICOOP as mulheres puderam entrar em contato com centenas de empreendimentos solidários que por meio de canais alternativos constroem microrresistências e resgatam suas identidades, processos esses que se materializam no produto solidário em exposição.

Conjuntamente aos espaços de formação e discussão, as lideranças proporcionaram aos passantes e às entidades que, num trabalho conjunto, são responsáveis pelos projetos desenvolvidos no território Centro Serra de ouvirem suas percepções e suas histórias contadas diretamente por eles mesmos, politizando suas participações (e a de quem iria passar pela própria feira) e garantindo eles mesmos de qualificarem de forma direta suas inserções na feira.

As FEICOOP são eventos de porte internacional e abrangem centenas de milhares de pessoas por edição. São espaços que além de proporcionar a reflexão a respeito da urgência da economia solidária em um contexto social e econômico em crise por causa dos efeitos provocados pelo sistema capitalista garantem a ampliação da rede de cooperação entre os empreendimentos solidários, que têm muito em comum quanto ao modo de fazer, produzir e comercializar, mas ao mesmo tempo são essencialmente diversos em suas origens, características e produtos.

Para as comunidades esses dois aspectos, o de reafirmação por meio do protagonismo no espaço político de discussão dos painéis e o de troca na área de exposição, são essenciais para a construção de suas identidades e para garantir uma participação na construção das alternativas de desenvolvimento local e territorial, cada vez maior.

A partir da inserção dos quilombolas na FEICOOP, suas histórias e seus legados ancestrais constroem valor e reconhecimento, através da cultura e do “saber fazer”, por meio de seus bens materiais e imateriais, garantindo espaço e visibilidade no território da feira (FROEHLICH *et al.*, 2019a). Ressalta-se aqui a importância do trabalho desenvolvido no NEDET junto às comunidades quilombolas, pelo apoio da FEICOOP, na criação de vínculos na economia, autoestima e identidade, e ao fortalecimento da conquista inclusiva do desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social - contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande, PB: EDUEPB; Florianópolis, SC: Ed. Insular, 2014.

FROEHLICH, J. M. *et al.* **A Feicoop como arena de reconhecimento do patrimônio cultural das Comunidades Quilombolas Linha Fão** e Júlio Borges. 34ª Jornada Acadêmica Integrada. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2019a.

FROEHLICH, J. M. *et al.* Do NEDET à incubação: trajetória das ações de extensão universitária no âmbito da abordagem territorial do desenvolvimento. **Conexão UEPG**, v. 15, n. 2, p. 135-141, Mai- ago 2019b.

_____. **Produção e gestão quilombola em empreendimentos econômicos solidários no território centro serra do RS**: mediações e tecnologias sociais em contextos de interculturalidade. Projeto para chamada CNPq/MTb-SENAES N° 27/2017.

QUADROS, M. S. **O próximo do território quilombola**: a cosmopolítica dos moradores de Júlio Borges. 2015. 234 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Pró-Reitoria de Extensão. Incubadora Social. **Edital n. 01/2016**: Abertura de inscrições de projetos para a Incubadora Social da UFSM. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2016b. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/570/2019/02/EDITAL-01-2016-INCUBADORA-SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

SEÇÃO 5

***A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
EM MODO REMOTO:
O CONTEXTO DA PANDEMIA
DO COVID-19 E O USO DAS
REDES SOCIAIS VIRTUAIS***

ADEQUANDO A ATUAÇÃO DO NEDET-UFSM AO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: POTENCIALIDADES E LIMITES DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS

*Jéssica Righi de Oliveira*¹

*Natália Sarzi Ledur*²

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do Covid-19, deflagrada em meados de 2020, implicou na adoção de políticas de distanciamento com repercussões nas relações sociais e também de trabalho. As principais mudanças no universo do trabalho referem-se à utilização de estratégias de “trabalho remoto”, sobretudo em atividades consideradas “não essenciais”.

1 Estudante do Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional, Engenharia Florestal, Mestre e Doutoranda em Extensão Rural pela UFSM. Atuou no NEDET-UFSM desde agosto de 2020, sendo bolsista FIEEX e dedicando-se à adaptação do mesmo ao Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE).

2 Graduada em Desenho Industrial pela UFSM, participou do NEDET-UFSM desde janeiro de 2019, tendo sido bolsista FIEEX junto ao “Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS”. Atuou na interface Design e Território, desenvolvendo diversas atividades com artesanato e inovação social. Em face da pandemia de Covid-19, auxiliou na adaptação do NEDET ao REDE da UFSM.

Nesse contexto, as universidades, como as organizações de ensino em geral, foram desafiadas a desenvolver seu trabalho de forma remota, o que trouxe implicações para as formas de desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Partindo da experiência do NEDET-UFSM, o presente capítulo se refere às adaptações realizadas nas atividades exercidas por esse núcleo. Mais especificamente refere-se às adaptações no planejamento e realização das atividades do grupo durante a pandemia. Dentre as mudanças confere-se destaque a mudanças na importância relativa concedida aos diferentes tipos de atividades e incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Na estruturação do texto apresenta-se, inicialmente, uma visão geral sobre a pandemia e seus impactos sobre as Universidades para, então, deter-se sobre as repercussões da pandemia sobre a extensão universitária e na atuação do NEDET-UFSM. O esforço de análise dessa trajetória justifica-se tendo em vista a tendência à digitalização, que é apresentada como um processo duradouro que permeia as diversas instâncias da sociedade. Assim, a reflexão sobre a experiência do NEDET contribui para o conhecimento dos desafios enfrentados por núcleos de extensão universitária nesse novo contexto.

2 A PANDEMIA ENQUANTO FATO SOCIAL

Desde o início do surto de coronavírus (*SARS-CoV-2*), causador da doença denominada Covid-19, em dezembro de 2019 na China, a humanidade tem enfrentado um dos maiores desafios sanitários em nível global do último século. Novos e numerosos casos surgiram de forma acelerada na Ásia, Europa, África e demais continentes, levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a decretar Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em janeiro de 2020, (*WHO*, 2020a) e uma pandemia em 11 de março de 2020 (*WHO*, 2020b). No Brasil, conforme dados do Ministério da Saúde (2020), o primeiro caso confirmado de Covid-19 ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2020 e o primeiro óbito em 17 de março do respectivo ano.

Segundo dados disponibilizados pela *WHO* (2021a), até o dia 19 de dezembro de 2021 foram confirmados no mundo mais de 273 milhões de casos, e o número mundial de mortes ultrapassava os 5,3 milhões. No

Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2021), até o dia 04 de dezembro de 2021 foram mais de 22.138.247 casos acumulados e 615.570 óbitos por Covid-19.

Não havia planos estratégicos prontos para serem executados diante da devastadora pandemia do coronavírus, tudo era novo. Apesar de o novo coronavírus (SARS-CoV-2) apresentar uma letalidade inferior quando comparada a de outros coronavírus, e a maior parte da população manifestar sintomas leves ou permanecer assintomática, a alta velocidade de disseminação, o elevado tempo médio de incubação do vírus (uma média de 5-6 dias) e a possibilidade do desenvolvimento de novas variantes e/ou mais letais, ocasionou um número elevado de óbitos, principalmente entre idosos e/ou pessoas com problemas médicos subjacentes, como doenças cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias crônicas e câncer (THIRUMALAISAMY; CHRISTIAN, 2020; WU *et al.*, 2020).

Segundo WHO (2021b), a propagação do SARS-CoV-2 ocorre, principalmente, por meio de gotículas de saliva ou secreção nasal, as quais podem ser expelidas quando uma pessoa infectada fala, tosse ou espirra, podendo ainda ser transmitido por aperto de mão e contato com superfícies contaminadas, seguindo de contato com boca, nariz ou olhos. As recomendações das organizações nacionais e internacionais, como a OMS e outros órgãos responsáveis, foram as de contingência de influenza e suas ferramentas, em decorrência das semelhanças apresentadas por outros vírus respiratórios.

Como forma de prevenção, muitos países adotaram uma série de intervenções, no intuito de prevenir e retardar a transmissão de Covid-19. Dentre as medidas incluíram-se as práticas de higienização das mãos regularmente com água, sabão ou produtos à base de álcool, adesão ao uso de máscaras faciais, etiqueta respiratória, como cobrir o rosto ao tossir e respirar, e medidas progressivas de distanciamento social, como a proibição de grandes eventos e aglomerações, fechamento de escolas e universidades, restrições de viagens, transportes públicos, podendo chegar até o total fechamento do comércio (*lockdown*) e de circulação nas ruas, com exceção de serviços essenciais. Essas intervenções foram executadas de diferentes formas em cada país e regiões do mundo. Segundo Aquino *et al.* (2020, p. 2):

Essas medidas têm sido implementadas de modo gradual e distinto nos diferentes países, com maior ou menor intensidade, e seus resultados, provavelmente, dependem de aspectos socioeconômicos, culturais, de características dos sistemas políticos e de saúde, bem como dos procedimentos operacionais na sua implementação.

No Brasil a implementação dessas medidas tornou-se um grande desafio devido principalmente às extensas desigualdades sociais. O fato de grande parte da população viver em condições precárias de habitação, sem acesso contínuo à água, saneamento básico e em situação de vulnerabilidade social, dificultou ainda mais a realização do distanciamento social e favoreceu a disseminação do vírus da Covid-19.

Além do mais, conforme Aquino *et al.* (2020), as políticas públicas de proteção social e econômica, como renda mínima para todos, a proteção aos trabalhadores formais e aqueles que vivem em vulnerabilidade social, são fundamentais para possibilitar a eficiência das medidas de controle à Covid-19 e garantir a adesão por significativa parte da população. E dessa forma a pandemia de Covid-19 trouxe grandes mudanças à sociedade, sendo que muitas delas ocasionam graves problemas sociais, sanitários e educacionais.

Em face das medidas de isolamento social aconselhadas por diversas instituições importantes na área da saúde, a exemplo da OMS, a pandemia de Covid-19, desde seu início, impactou profundamente a área da educação. No Brasil, durante os meses de março e abril de 2020 as instituições de ensino da rede pública e privada, tanto da Educação Básica e Educação Superior, foram adotando gradativamente protocolos de suspensão das atividades em benefício ao isolamento e em atendimento a decisões político-administrativas (CASTIONI *et al.*, 2021).

3 REPERCUSSÕES DA PANDEMIA SOBRE O SISTEMA EDUCACIONAL

No dia 17 de março de 2020, o Ministério da Educação (MEC), através da Portaria nº 343, autorizou as Universidades a, caso essas desejassem, substituírem as aulas presenciais por outros meios que utilizassem tecnologias

de informações e comunicações por um prazo inicial de 30 dias, podendo ser prorrogado caso fosse necessário (BRASIL, 2020a). Posteriormente, esse prazo foi adiado por mais 30 dias através da Portaria nº 473, de 12 de maio de 2020 (BRASIL, 2020b). No dia 16 de junho de 2020, o MEC aprovou, por meio da portaria nº 544, o uso de plataformas de aprendizagem digital até o fim do mesmo ano, prevendo regras específicas para os cursos que necessitavam de atividades presenciais. (BRASIL, 2020c). Através da Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, o Congresso Nacional aprovou a flexibilização do calendário acadêmico, liberando o cumprimento dos 200 dias letivos (BRASIL, 2020d). Assim as universidades tiveram amparo legal para a migração das atividades a distância e o planejamento do ano letivo (MIGNONI DE OLIVEIRA; CORRÊA; MORÉS, 2020).

Com a suspensão das atividades presenciais as universidades precisaram repensar suas relações com a educação presencial. Como alternativa muitas universidades adotaram o Ensino Remoto Emergencial (ERE), que buscava estruturar respostas urgentes para a suspensão das diferentes atividades presenciais. Conforme Ruschel, Trevisan e Pereira (2020, p. 05), o ERE se constitui como “[...] uma modalidade de ensino totalmente nova aos atuantes na educação e que possui como característica principal o uso de tecnologias para mediação de ensino e aprendizagem dos alunos que devem permanecer em seus domicílios”, diferenciando-se de um formato de ensino à distância (EAD) que possui legislação própria.

Sucessivamente a esses acontecimentos, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), localizada em Santa Maria, RS, emitiu a portaria nº 97935 de 16 de março de 2020, que previa a suspensão das atividades administrativas e acadêmicas a partir do dia 17 do mesmo mês (UFSM, 2020a). Posteriormente, conforme a Resolução nº. 024/2020/UFSM, de 11 de agosto de 2020, a Pró-Reitoria de planejamento (PROPLAN) da UFSM regulamentou o Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE). Conforme a Resolução nº. 024/2020/UFSM, o REDE possui um caráter transitório-emergencial, sendo utilizado apenas em função da pandemia de Covid-19 e suas emergências, orientando procedimentos de rotina como a execução das aulas e estágios, assim como atividades de avaliação e o preenchimento de diários de classe, indicando o fornecimento de atividades de capacitação às Tecnologias Educacionais em Rede (TERs) para os docentes e auxílio de inclusão digital aos discentes que forem prejudicados quanto ao acesso aos materiais básicos para a permanência nas aulas, como o acesso à computadores e internet (UFSM, 2020b).

Em termos gerais, o REDE faz parte do Plano de Retorno aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSM, sendo uma ferramenta importante por regulamentar e orientar as ações e caminhos a serem traçados para que a UFSM pudesse retornar, planejar e executar as aulas com orientações institucionalizadas frente à necessidade de adaptação ao formato de atuação remoto e suas tecnologias específicas. Esse plano possibilita a realização das atividades acadêmicas de forma remota, e prevê que quando essa não é possível indica-se a realização das atividades presenciais por meio do calendário complementar, que entrará em vigor ao final do período de distanciamento social associado à pandemia.

4 REPERCUSSÕES DA PANDEMIA SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFSM

Seguindo as recomendações governamentais e da própria instituição, no dia 18 de março de 2020, a Pró-Reitoria de Extensão (PRE) da UFSM, emitiu a Instrução Normativa nº 001/2020/PRE, recomendando a paralisação temporária de todas as ações de extensão, exceto as de caráter essencial (UFSM, 2020c). Tais medidas foram adotadas como estratégia de controle do vírus Covid-19 e de assegurar a saúde das equipes, comunidades e envolvidos com as atividades de extensão.

A Instrução Normativa nº 001/2020/PRE, da Pró-Reitoria de Extensão, não trazia em seu texto qualquer indicação sobre formas alternativas de atuação dos grupos de extensão, assim, grande parte dos projetos permaneceram inicialmente inertes. Como a situação da pandemia e as recomendações de distanciamento social se mantiveram, alguns grupos perceberam a necessidade de readequação das formas de atuação extensionista. Essa readequação demonstrava-se necessária para atender demandas dos editais de fomento, demandas dos projetos em andamento e manutenção dos vínculos com as comunidades e entre membros das equipes.

Enquanto que no início de março de 2020 a Instrução Normativa nº 001/2020/PRE da Pró-Reitoria de Extensão (PRE) da UFSM orientava a suspensão de todas as atividades de extensão universitária não essenciais realizadas por programas, projetos e grupos da UFSM, ao final do mês de julho esse cenário modificou-se. Após a realização de uma pesquisa

interna³ sobre a atuação dos grupos de extensão da UFSM durante o primeiro semestre de 2020, no dia 22 de junho de 2020 a PRE divulgou os resultados da pesquisa identificando que cerca de 50% dos grupos não estavam desenvolvendo as ações planejadas para esse período, 41% tiveram que adaptar as atividades às novas condições colocadas pela pandemia e apenas 6% afirmava desenvolver suas atividades sem necessidade de adaptação (UFSM, 2020d). Quanto à viabilidade de retorno às atividades em um contexto de isolamento, em torno de 56% avaliava que poderiam retornar às atividades mesmo nesse período desde que fossem realizadas adaptações, 8% avaliaram que seriam capazes de retornar sem necessidade de readaptação, e 36% afirmaram ser inviável a realização das atividades durante a pandemia (UFSM, 2020d). A partir dessa pesquisa interna, passou-se a criar estratégias para reorganizar a Extensão Universitária da UFSM.

Dessa forma, ainda em julho de 2020, a PRE divulgou o Edital n° 001/2020 para o Fundo de Incentivo de Extensão⁴, indicando a disposição à continuidade das ações de extensão universitária. O NEDET-UFSM concorreu nesse edital e foi contemplado com duas bolsas de Iniciação Científica ao Extensionismo, destinada a estudantes de graduação. Nesse contexto o NEDET-UFSM iniciou um processo de revisão de suas formas de atuação, relatado neste capítulo.

5 REPERCUSSÕES DA PANDEMIA SOBRE A ATUAÇÃO DO NEDET-UFSM

Como núcleo de extensão universitária, o NEDET articula ações de formação discente, pesquisa e extensão. Para compreender sua atuação é necessário levar em conta a importância que, historicamente, assumiu

3 Procurando reorganizar e mapear a atuação desses grupos, a Pró-Reitora de Extensão da UFSM disponibilizou um questionário com relação às ações de extensão realizadas durante o período de pandemia e paralisação das atividades imposto pelo Covid-19 (UFSM, 2020d). O questionário foi direcionado a 1097 docentes e técnico-administrativos coordenadores de ações de extensão da instituição, dos quais 559 mandaram esse documento respondido (UFSM, 2020d). Segundo a UFSM (2020d), o questionário foi aplicado entre os meses de maio e junho de 2020.

4 Entende-se que a utilização do FIEEX pela PRE foi uma estratégia necessária e que resultou em ótimos resultados para o incentivo da extensão Universitária remota e em respeito ao distanciamento social, sendo o financiamento da Extensão Universitária um dos pontos de destaque do Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012).

a participação em editais e chamadas públicas de extensão e pesquisa para a obtenção de bolsas que viabilizam a diferenciação da formação e recursos financeiros que possibilitam a realização de projetos de pesquisa e extensão. Tais dinâmicas levam a que o cotidiano das atividades do NEDET-UFSM envolva formulação e apresentação de propostas, execução de projetos e elaboração de relatórios e documentos diversos.

Parte significativa dessas atividades era executada de forma presencial no espaço ocupado pelo NEDET na UFSM, bem como mediante as saídas de campo para execução de visitas às comunidades rurais e articulação com outros atores participantes de projetos de extensão. Como as atividades do NEDET-UFSM foram paralisadas logo no início do semestre letivo em 2020 em função da pandemia de Covid-19, observou-se a necessidade de reorganizar as atividades, o que implicou numa forte mudança na dinâmica de trabalho que o grupo adotou ao longo de sua existência.

A necessidade de reorganizar as atividades ficou mais evidente a partir de julho, quando a PRE indicou a disposição de continuidade das ações de extensão universitária da UFSM. Uma análise retrospectiva evidencia que a reorganização implicou:

- Mudança na importância relativa concedida a cada um dos tipos de atividades realizadas pelo NEDET;
- Mudança nas formas de exercer cada tipo de atividade até então realizada pelo NEDET com incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação para mediar as interações interpessoais; e
- Incorporação de novas atividades relacionadas à presença e atuação do NEDET nas mídias sociais.

O presente capítulo aborda as mudanças na importância relativa atribuída às atividades até então exercidas pelo NEDET, bem como na forma de exercer cada um dos tipos de atividade. A incorporação de novas atividades relacionadas a mídias sociais é abordada no próximo capítulo.

5.1 AS MUDANÇAS DE ÊNFASES NA ATUAÇÃO DO NEDET-UFSM DURANTE A PANDEMIA

Se considerado que o NEDET-UFSM atua no âmbito da formação, pesquisa e extensão e se for considerado o padrão de atuação sob vigência da pandemia em comparação com padrão anterior, observa-se que houve mudança na importância relativa concedida aos diferentes tipos de atividades.

Nesse sentido, pode-se considerar que antes da pandemia a extensão assumia centralidade, não encontrando-se dissociada das atividades de pesquisa e ensino. Os participantes do NEDET dedicavam-se principalmente a planejar as visitas às comunidades quilombolas, tratando de desafios que precisavam de empenho para sua resolução, organização e articulação com outras instituições de extensão e gestão do território, resolução de problemas e conflitos, entre tantas outras atividades que engrandeciam a formação dos discentes e outros profissionais que passaram pelo grupo, causando impacto e transformação social às comunidades envolvidas.

Mas no ano de 2020, atividades como as visitas, os dias de campo, as oficinas, ou qualquer outra atividade junto às comunidades permaneceram paralisadas. E assim, se antes a atuação do NEDET-UFSM no período pré-pandêmico causava visível impacto e transformação social às comunidades quilombolas assessoradas, o ano de 2020 foi caracterizado pelo esfriamento do impacto positivo que o grupo pôde proporcionar às comunidades por meio de suas atividades de extensão universitária, uma vez que não foram realizadas visitas às comunidades, e sendo essas comunidades isoladas e com restrições de acesso à internet, pouco pôde se fazer também na escala virtual de contato. Restou à equipe rápidos contatos por meio de aplicativos de celular, como o *WhatsApp*, sendo a única atividade presencial durante o segundo semestre de 2020 a participação na Feira presencial da FEICOOP, com o apoio da Incubadora Social, evento no qual todos os cuidados necessários foram tomados para a não propagação do vírus e a contaminação das representantes quilombolas que se prontificaram em representar suas comunidades.

Embora as atividades de pesquisa tivessem prosseguimento durante o período de pandemia, sobretudo na forma de realização das atividades implicadas na elaboração dos trabalhos de conclusão individuais dos discentes participantes do NEDET (dissertações e teses), foram as atividades de formação que acabaram recebendo maior destaque. A formação orientou-se tanto à familiarização dos participantes com o uso das TICs para planejamento e realização do trabalho em equipe do NEDET quanto buscando apropriação de conteúdos teórico-metodológicos específicos relacionados aos projetos em andamento. A exposição a seguir focaliza cada uma das atividades e as mudanças nas formas de realizá-las que foram introduzidas durante a pandemia.

5.2 AS MUDANÇAS NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO TRABALHO EM EQUIPE MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE TIC'S

Como um grupo caracterizado principalmente por suas atividades de extensão universitária não foram poucas as emergências a serem resolvidas pelo NEDET-UFSM no ano de 2020, mesmo com a impossibilidade de fazer as atividades presencialmente junto às comunidades. Isso decorre do fato de que para a realização da extensão universitária faz-se necessário a execução de diversas operações de escritório, como o planejamento e execução das reuniões internas, construção de documentos para prestações de conta, sistematizações de experiências etc., podendo depender também da atuação junto a outras instituições, tais como a Incubadora Social e a economia solidária. Assim, em julho de 2020, com a publicação do Edital FIEEX 001/2020/PRE, no qual o NEDET-UFSM foi contemplado, as atividades do grupo foram retomadas. Frente a esse cenário e a partir da orientação da PRE pela continuidade dos trabalhos, fez-se necessário que a equipe do NEDET-UFSM voltasse a reunir-se semanalmente, de forma que a equipe desenvolveu um calendário de reuniões, buscando ferramentas que tornassem possível a realização dos encontros adaptados ao distanciamento social, o que suscitou uma série de adaptações no seu *modus operandi*.

Com os encontros realizados de forma on-line, a equipe passou a operar 100% digitalmente, o que ocasionou um maior fluxo e agilidade na comunicação da equipe, possibilitando ainda a participação de discentes que, devido à realização das aulas em REDE pela UFSM, já não mais se encontravam em Santa Maria - RS, a cidade sede do NEDET-UFSM. Para tanto, o processo de transição contou com o momento no qual se passou a experimentar algumas plataformas gratuitas de reunião virtual, processo esse que se realizou de agosto a setembro, sendo que em setembro, por fins de facilitar a comunicação da equipe, definiu-se a plataforma gratuita denominada *Google Meet*, um serviço de comunicação por vídeos e em grupo, como principal ferramenta de reunião.

A definição da plataforma foi importante para facilitar a organização das reuniões, mas ainda permanecia o estranhamento da equipe perante as novas ferramentas, além da situação maior e geral de pandemia que por si só já gerava tamanho estranhamento cotidiano. E como tudo que não é habitual costuma demandar maior gasto de tempo e energia, foi necessário a equipe tomar algumas decisões prévias acerca da realização das reuniões,

facilitando assim a criação de um novo hábito e rotina da equipe, estratégia essa que auxiliou no cumprimento das demandas institucionais do NEDET-UFSM para com as demandas de parceiros internos e externos à UFSM.

Dessa forma, como estratégia de organização das suas atividades de extensão, bem como de formação e capacitação da equipe em Extensão Universitária e Desenvolvimento Territorial, a equipe NEDET-UFSM desenvolveu dois projetos de eventos, os quais passaram a definir datas e responsáveis pelos encontros virtuais da equipe, contando com divisão de tarefas, certificação para os responsáveis por ministrar e relatar os encontros, além de contar com registro e fornecimento de certificação aos participantes como ouvinte, tendo essas ferramentas estruturado uma agenda adequada de atuação e formação para a equipe

Ao que tange à adequação e organização de uma agenda de reuniões ordinárias, a equipe NEDET-UFSM desenvolveu e protocolou junto ao Gabinete de Apoio a Projetos (GAP), da UFSM, um projeto de evento denominado “Circuito Virtual para mobilização, planejamento e organização de rotinas para atuação em equipe do Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS”, o qual teve como objetivo oportunizar a organização remota das atividades de Extensão Universitária em desenvolvimento territorial do NEDET-UFSM durante o período de outubro de 2020 a fevereiro de 2021.

O evento sob coordenação do professor José Marcos Froehlich contou com toda a equipe como comissão organizadora, tendo também toda a equipe atuando como facilitadores dos encontros, possibilitando a democratização do aprendizado sobre o “que fazer” organizacional do ambiente de reuniões virtuais. Cada encontro contou com uma pessoa responsável por ministrar e outra por relatar, sendo ambas as funções certificadas e contando 2 horas.

Esse evento compôs parte importante do calendário de readequação das atividades do NEDET-UFSM e permitiu a reorganização da equipe de forma remota, promovendo encontros por meio de metodologias dialógicas e participativas, o que conformou-o como um processo também de construção e aprendizagem interativa, onde a coordenação e a relatoria dos encontros, que inicialmente ocorriam de forma quinzenal e posteriormente semanal, foram divididos igualmente, por meio de sorteio, entre todos os participantes, visando estimular o protagonismo dos estudantes participantes da equipe, em acordo com o FORPROEX (2012), impactando positivamente a formação dos estudantes que participam da equipe.

Avalia-se que a execução desse evento, o Circuito Virtual para mobilização, planejamento e organização de rotinas para atuação em equipe do Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS foi uma estratégia importante para a construção de uma rotina interna à equipe, a qual tornou possível a reorganização e adequação do *modus operandi* da própria equipe para o cumprimento de suas tarefas e o alcance de seus objetivos readequados, auxiliando na construção do hábito de reunir-se, no cumprimento de tarefas e responsabilidades, além de impulsionar a formação dos participantes para sua atuação num ambiente mediado por tecnologias da informação e comunicação, uma vez que esses assumiram as tarefas de mediação e relatoria, diálogos com agentes externos à equipe, a formação das pautas e os repasses necessários, reflexão sobre as possibilidades de atuação e as prioridades, além da busca por oportunidades, como eventos, e o cumprimento também de demandas burocráticas inerentes ao ambiente institucional.

5.3 INICIATIVAS DE FORMAÇÃO DOS INTEGRANTES DO NEDET-UFSM MEDIANTE USO DE TIC'S

Uma segunda estratégia formulada pelo NEDET-UFSM que abarca à readequação e organização da agenda de atividades para equipe durante o período de distanciamento social, foi a criação do projeto de evento denominado “Curso de extensão em Desenvolvimento Territorial, Territorialidades, Soberania e Segurança Alimentar”, que assim como o evento apresentado no subcapítulo 5.2, também foi protocolado junto ao Gabinete de Apoio a Projetos (GAP) da UFSM, o que permitiu a emissão de certificados para o evento, estimulando a participação assídua de toda a equipe em questão.

Objetivando aproveitar o período de pandemia e consequentemente as privações imbuídas pelo distanciamento social, a equipe NEDET-UFSM visou trabalhar na formação de pessoal quanto às temáticas às quais se destina a atuar. Nesse sentido, o Curso de Extensão em Desenvolvimento Territorial, Territorialidades, Soberania e Segurança Alimentar oportunizou a capacitação de Extensão Universitária em desenvolvimento territorial aos participantes do NEDET-UFSM, contando com leituras direcionadas seguidas de explanações e debates sobre os temas, tendo ocorrido em sete encontros quinzenais, de agosto a novembro de 2020, através da plataforma de reuniões virtuais Google Meet.

A realização do curso se deu por meio de metodologia dialógica e participativa, resultando em um ambiente virtual de atividades de aprendizagem interativas, no qual toda a equipe foi responsável e contribuiu na construção desse. Os sete encontros contaram com sete diferentes temáticas, todas elas importantes para a formação dos agentes de extensão universitária do NEDET-UFSM. As temáticas abordadas em cada encontro, por ordem de realização, podem ser verificadas a seguir:

- Desenvolvimento Territorial e Territorialidade: Conceitos e Introdução;
- Desenvolvimento Territorial e Territorialidade: Políticas Públicas;
- Metodologias Participativas;
- Mediações sociais e plataformas digitais;
- Metodologia e elaboração de projetos;
- Soberania e Segurança Alimentar; e
- Inovação Social e o trabalho com Comunidades Quilombolas.

Para cada encontro, a equipe selecionou uma ou duas pessoas responsáveis pela facilitação da temática, as quais se responsabilizavam em indicar texto para as leituras prévias ao encontro. No dia do encontro, os facilitadores realizavam uma exposição dialogada, na qual toda a equipe era convidada a intervir ou reagir a possíveis intervenções realizadas pelos facilitadores. Posteriormente, dava-se espaço a debates sobre a temática, onde a participação era livre e mediada pelos facilitadores.

Cabe ressaltar que não foi necessária à equipe NEDET-UFSM recorrer a facilitadores externos, uma vez que a formação interdisciplinar da mesma possibilitou que as temáticas fossem divididas entre seus participantes, resultando em maior autonomia para ministrar os encontros e cumprir com todas as temáticas elencadas, algo que, além de aproximar a equipe, facilitou a organização e realização do evento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, nota-se que o trabalho de extensão executado pelo NEDET-UFSM esteve, historicamente, ligado diretamente a atividades de mobilização que ocorrem junto a diversos atores externos à UFSM, e que no ano de 2020, devido às transformações sociais e sanitárias imbuídas pela pandemia de Covid-19, houve uma alteração da importância

relativa dada a cada tipo de atividade realizada pelo NEDET-UFSM, resultando em mudanças no *modus operandi* da extensão universitária realizada pela equipe.

Essas mudanças trouxeram grande impacto ao grupo, uma vez que frente à pandemia, percebeu-se a diminuição do impacto da ação do grupo na transformação social que o grupo conseguira obter por meio da extensão universitária realizada nos últimos anos junto às comunidades assessoradas. O reflexo disto pode ser observado no impacto da formação dos estudantes participantes, uma vez que se antes esses necessitavam estar em intenso diálogo com distintas realidades sociais e institucionais, organizando e realizando dias de campo e toda a complexidade que envolve essas ações, no ano de 2020 já não havendo os dias de campo e visitas, houve menor interação com outras instituições, não havendo necessidade de planejar, articular, realizar e avaliar as atividades presenciais, as quais causavam crescimento pessoal aos estudantes responsáveis, seja por assumirem responsabilidades, pela convivência com profissionais de suas áreas ou mesmo por vivenciarem realidades diversas de seu ambiente acadêmico e/ou pessoal.

Embora, como grupo de extensão universitária, o NEDET-UFSM sempre tenha necessitado e realizado diversas atividades que não demandam o contato direto com as comunidades quilombolas, a impossibilidade de contato trouxe impactos negativos aos estudantes também no âmbito do afeto, tornando-se difícil à equipe desvencilhar-se da sensação de algo por fazer ou de ação incompleta, ou mesmo de sentir satisfação na extensão universitária, sendo esses um dos lados que tanto impactam na Extensão Universitária de 2020, as relações que se formam entre as comunidades e os agentes de extensão.

Contudo, mesmo com a existência de inúmeras dificuldades impostas pelo modo de atuação remota, o grupo NEDET-UFSM esforçou-se em encontrar formas seguras para dar continuidade às ações desenvolvidas, direcionando suas energias, estrategicamente, para a construção de atividades de formação da própria equipe. A adoção das TICs para a realização do Curso de extensão em Desenvolvimento Territorial, Territorialidades, Soberania e Segurança Alimentar potencializou a formação da equipe, proporcionando diálogos acerca de temáticas caras à atuação da mesma, mantendo também o vínculo dos estudantes com o núcleo. A construção do evento como projeto também incentivou a participação dos estudantes,

impactando positivamente a formação desses, os quais construíram o evento de forma dialógica e participativa, conformando-se como uma importante estratégia do NEDET-UFSM para a readequação das ações a serem desenvolvidas no ano de 2020.

Da mesma forma, quanto às reuniões, a utilização das TICs e a construção do projeto Circuito Virtual para mobilização, planejamento e organização de rotinas para atuação em equipe do Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS também foi uma estratégia importante para a equipe, gerando previamente um calendário para os encontros, definindo uma plataforma de comunicação e, por sorteio, indicando os responsáveis por encontro, assim como suas funções, gerando um ambiente dialógico e participativo, no qual os estudantes assumiram responsabilidades e tornaram os encontros em realidades.

De modo geral, o uso de TICs pelo NEDET-UFSM proporcionou ótimos resultados, promovendo debates e a resolução de pautas emergentes e de necessária resolução. As TICs possibilitaram a formação da equipe e a organização da atuação da mesma perante um momento no qual o distanciamento social fazia-se necessário para salvar vidas. Assim, as TICs possibilitaram que a equipe do NEDET-UFSM continuasse atuando em respeito à sociedade, promovendo a formação da equipe e a resolução das pendências da mesma, tornando possível à equipe permanecer atuando, mesmo que não nas mesmas atividades de outrora, mas sim potencializar suas habilidades, principalmente de cunho intelectual, para o retorno das atividades presenciais, sem deixar de atuar junto a instituições parceiras como a IS e a Econômica Solidária, cumprindo também com suas demandas e burocracias institucionais.

O uso das TICs para a articulação interna da equipe foi possível por vários motivos, um deles é o prévio conhecimento de integrantes da equipe sobre essas ferramentas, além das condições sociais dos participantes, que dispunham das tecnologias necessárias para acessá-las, tais como computadores, *smartphones* e *internet* de boa qualidade. Contudo, tendo as comunidades quilombolas assessoradas diferentes situações, a exemplo da dificuldade de acesso à internet de qualidade, as TICs não possibilitaram a atuação junto a essas, não possibilitando assim que o impacto e a transformação social da extensão universitária do NEDET-UFSM se mantivessem por meio dessas tecnologias.

Assim, ao que tange à utilização de TICs e à extensão universitária, entende-se que durante a pandemia de Covid-19 as TICs fazem-se importantes

ferramentas para que os grupos de extensão possam manter-se atuando, criando estratégias para a manutenção de sua atuação de rotina, sendo possibilitados por meio dessas tecnologias de realizarem as reuniões, cumprirem diversas das demandas de escritório e ainda articularem-se com outras instituições, conferindo às TICs importância como estratégia temporária de atuação, devido exclusivamente à necessidade do distanciamento social.

Vislumbra-se ainda que mesmo com o fim da pandemia, a utilização de TICs poderá permanecer nos núcleos de extensão universitária, uma vez que essas democratizam o acesso à informação, trazem flexibilidade quanto à execução de reuniões e impulsionam processos participativos. Contudo, há limites na utilização das TICs pelos núcleos de extensão universitária. Observando o caso do NEDET-UFSM por exemplo, nota-se que o impacto e a transformação social proporcionada às comunidades via a extensão universitária foi decrescente, tendo o NEDET-UFSM dificuldades quanto à inclusão social das comunidades durante o período de pandemia, resultando também em diferenças no impacto na formação dos estudantes. Nesse sentido, o NEDET-UFSM e as comunidades quilombolas da Linha Fão e de Júlio Borges conviveram com os limites da extensão digital.

REFERÊNCIAS

AQUINO, E. M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2423-2446, Junho 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702423&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE; SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletim Epidemiológico Especial**. Doença pelo Coronavírus COVID-19. Brasília, DF, v. 48, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/boletins-epidemiologicos-1/numeros-recentes>>. Acesso em: 12 abr. 2021

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Gabinete do Ministro. Portaria nº 343 de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 53, p. 39, 17 março 2020. 2020a. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/03/2020&jornal=515&pagina=39>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Gabinete do Ministro. Portaria nº 473, de 12 de maio de 2020. Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 90, p. 55, 13 maio 2020. 2020b. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-473-de-12-de-maio-de-2020-256531507?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DPortaria%2520473%252C%252012%2520de%2520maio%2520de%25202020>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Gabinete do Ministro. Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 114, p. 62, 16 junho 2020. 2020c. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Gabinete do Ministro. Medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1 - Extra, Brasília, DF, ano 158, n. 63-A, p. 01, 01 abril 2020. 2020d. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

CASTIONI, R. *et al.* Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.** Rio de Janeiro, v. 29, n. 111, p. 399-419, junho de 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO104-40362021000200006&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

MIGNONI DE OLIVEIRA, R.; CORRÊA, Y.; MORÉS, A. Ensino remoto emergencial em tempos de covid-19: formação docente e tecnologias digitais. **Revista Internacional de Formação de Professores**, [S. l.], v. 5, p. e020028, 2020. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/179>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

RUSCHEL, G. E. S.; TREVISAN, M. B.; PEREIRA, J. F. **Ensino remoto no contexto de uma instituição privada**. Observatório Socioeconômico da Covid-19. Santa Maria: FAPERGS, 2020, 14 p. Disponível em <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/10/Textos-para-Discussao-18-Ensino-Remoto-em-uma-instituicao-particular.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

THIRUMALAIKAMY, P. V.; CHRISTIAN, G. M. The COVID-19 epidemic. **Tropical Medicine and International Health**, v. 25, n. 3, p. 278–280, mar. 2020. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/tmi.13383>>. Acesso: 10 abr. 2021.

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). **Portaria 97935 de 16 de março de 2020**. 2020a. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/427/2020/03/Portaria.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

_____. **Resolução n. 024/2020/UFSM de 11 de agosto de 2020**. Regula o Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE) e outras disposições afins, durante a Suspensão das Atividades Acadêmicas Presenciais em face da Pandemia da COVID-19. Santa Maria: Pró-Reitoria de Planejamento da Universidade Federal de Santa Maria, 2020. 2020b. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/resolucao-n-024-2020/>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

_____. **PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO. Instrução Normativa 001/2020/PRE de 18 de março de 2020**. Regula o funcionamento da Pró-Reitoria de Extensão (PRE) e demais órgãos vinculados a essa Pró-Reitoria, durante a Suspensão das Atividades Acadêmicas e Administrativas em face da Pandemia COVID-19 e orienta sobre atividades de extensão. Santa Maria: Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria, 2020. 2020c. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2020/03/IN-PRE-01-2020.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2021.

_____. **PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO. UFSM divulga resultado sobre o desenvolvimento de Ações de Extensão durante a pandemia de Covid-19**. Santa Maria, 2020. 2020d. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/2020/07/23/ufsm-divulga-resultado-sobre-o-desenvolvimento-de-acoes-de-extensao-durante-a-pandemia-de-covid-19>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

WORD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Weekly epidemiological update on COVID-19 - 13 April 2021**. Geneva: WHO, 2021a. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/m/item/weekly-epidemiological-update-on-covid-19>>. Acesso: 13 abr. 2021

_____. **Coronavirus disease (COVID-19) advice for the public**. Geneva: WHO, 2021. 2021b. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

_____. **WHO Director-General's statement on IHR Emergency Committee on Novel Coronavirus (2019-nCoV)**. Geneva: WHO, 2020a. Disponível em: <[https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihremergency-committee-on-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihremergency-committee-on-novel-coronavirus-(2019-ncov))>. Acesso em: 10 abr. 2021.

_____. **WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19-11 March 2020**. Geneva: WHO; 2020b. Acesso em: 10 de abril, 2021. Disponível em: <<https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-openingremarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

WU, F. *et al.* A new coronavirus associated with human respiratory disease in China. **Nature**, v. 579, n°. 7798, p. 265-269, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41586-020-2008-3>>. Acesso: 10 abr. 2021.

A CONSTRUÇÃO DA VISIBILIDADE DO NEDET-UFSM NAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

*Jéssica Righi de Oliveira*¹

*Eduarda Paz Trindade*²

*Natalia Sarzi Ledur*³

*Gabriel Boemo Sawaris*⁴

1 INTRODUÇÃO

A Pandemia do Covid-19, na medida em que apresenta o isolamento social como uma das medidas mais importantes e eficazes para reduzir a propagação do vírus, tem provocado aceleração no processo de digitalização das sociedades. A digitalização abrange os mais diversos setores, estendendo-se dos serviços públicos às atividades comerciais.

1 Estudante do Programa Especial de Graduação de Formação de Professores(as) para a Educação Profissional, Engenharia Florestal, Mestre e Doutoranda em Extensão Rural pela UFSM. Atuou no NEDET-UFSM desde agosto de 2020, sendo bolsista FIEIX e dedicando-se à adaptação do mesmo ao Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE).

2 Bacharel em Ciências Sociais pela UFSM, atuou no NEDET-UFSM desde agosto de 2020 como voluntária, auxiliando nas atividades de comunicação do Núcleo.

3 Graduada em Desenho Industrial pela UFSM, participou do NEDET-UFSM desde janeiro de 2019, tendo sido bolsista FIEIX junto ao “Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS”. Atuou na interface Design e Território, desenvolvendo diversas atividades com artesanato e inovação social. Em face da pandemia de Covid-19, auxiliou na adaptação do NEDET ao REDE da UFSM.

4 Estudante no curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da UFSM, participou do NEDET desde maio de 2019, atuando como bolsista FIEIX no “Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do RS”.

As atividades relacionadas à obtenção de dados, informações e conhecimentos também se revelam cada vez mais dependentes de recursos e ambientes virtuais. Durante a pandemia, a rápida evolução de ferramentas que permitem interação síncrona entre atores que, geograficamente, se encontram distantes entre si vem trazendo mudanças significativas nos padrões de interação entre acadêmicos e desses com atores da sociedade em geral, diluindo as fronteiras dos espaços acadêmicos e sociais.

Por esses motivos, o ano de 2020, que ficará lembrado pelo impacto da pandemia de Covid-19 sobre a sociedade, teve grande presença da utilização de redes sociais, podendo ser denominado também como o ano das *lives*, uma vez que a prática e a exposição dessas passou a ser cada vez mais frequente, conformando-se como estratégia de comunicação de atividades, conhecimentos, criação de espaços de debates, divulgação e etc., em respeito ao distanciamento social. Enquanto muitas das mudanças ocasionadas pela aceleração no processo de digitalização das sociedades esperam ser adequadamente descritas, as suas repercussões já são visíveis. Nesse sentido, entende-se conveniente chamar atenção para a tendência a que as organizações têm se projetado no espaço de interação virtual.

Se a experiência do NEDET for observada à luz dessa dinâmica, observa-se que a pandemia implicou, em certa medida, na construção e no fortalecimento de sua visibilidade no espaço de interação virtual. Nesse sentido, a equipe tomou como estratégia a realização de *lives* na plataforma *Youtube*, potencializando assim processos de compartilhamento de saberes com o público em geral, passando a utilizar também os *TBTs*, comunicando à comunidade externa sobre atividades já realizadas pelo núcleo.

O presente capítulo apresenta as iniciativas do NEDET relacionadas a sua projeção no espaço virtual.

2 DO WEBSITE OFICIAL DO NEDET-UFSM AO FACEBOOK E INSTAGRAM

Foi no ano de 2015 que se deu início às atividades do NEDET da UFSM nas redes sociais. Com suporte do Centro de Processamentos de Dados (CPD) da UFSM e o suporte do PPG em Extensão Rural (PPGExR) da

UFSM, o NEDET desenvolveu seu site oficial⁵, Figura 1, na plataforma institucional gestada pela UFSM.

Figura 1 – Imagem do Website oficial do NEDET-UFSM



Fonte: *Print* do Website oficial do NEDET-UFSM.

Como um site institucional, o website do NEDET-UFSM traz diversas informações a respeito do Núcleo, trazendo em seu escopo uma página destinada à apresentação desse, contando ainda com a apresentação dos membros e dos vínculos institucionais da equipe, além de fornecer materiais a respeito do Desenvolvimento Territorial e de suas ações.

Visando aumentar ainda mais o alcance das publicações do NEDET-UFSM nas redes sociais, o núcleo passou a utilizar outras duas

⁵ O *website* pode ser acessado através do link: <https://www.ufsm.br/grupos/nedet-centro-serra/>

plataformas, o *Facebook*⁶ e o *Instagram*⁷. Assim, ainda no ano de 2015, criou-se a página do NEDET-UFSM no *Facebook*, Figura 2, e no ano de 2019, no *Instagram*, Figura 3, as quais são alimentadas com postagens no formato principalmente de fotos e vídeos, contando também com textos explicativos e descrições das imagens.

Figura 2 – Imagem da página do NEDET-UFSM no *Facebook*



Fonte: Print da página do NEDET-UFSM no Facebook.

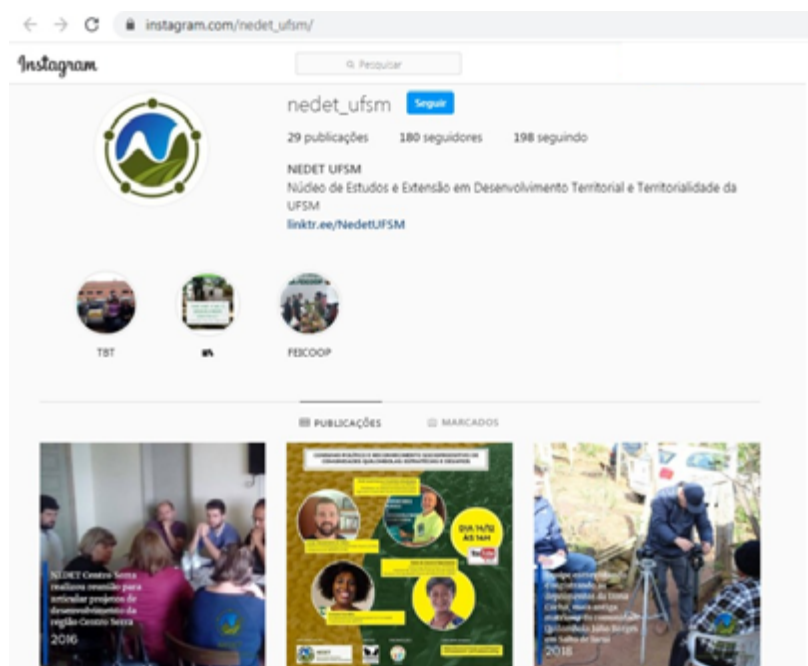
Ambas as páginas possibilitaram que a comunidade externa tivesse maior contato com as publicações do NEDET-UFSM, principalmente porque as publicações periodicamente apareciam nas *timelines* de seus seguidores nas duas plataformas, sem a necessidade de serem pesquisadas para acessá-las, e diferente do website oficial do NEDET-UFSM que

6 A página do NEDET-UFSM no *Facebook* pode ser acessada através do link: <<https://www.facebook.com/nedetufsm/>>.

7 A página do NEDET-UFSM no *Instagram* pode ser acessada através do link: <https://www.instagram.com/nedet_ufsm/>.

disponibilizava apenas os títulos iniciais de cada postagem, necessitando que se optasse por acessá-las para então visualizar seu conteúdo. No *Facebook* e no *Instagram*, as postagens podem ser visualizadas sem a necessidade de selecioná-las, tornando mais dinâmica sua divulgação, além de fornecer ferramentas para que seus seguidores compartilhem as postagens.

Figura 3 – Imagem da página do NEDET-UFSM no *Instagram*



Fonte: Print da página do NEDET-UFSM no *Instagram*.

Quando do advento da pandemia de Covid-19, as páginas do núcleo no *Facebook* e no *Instagram* passaram a ser mais utilizadas, resultando que mesmo com a necessidade do isolamento social como forma de garantir a segurança sanitária da população, o NEDET pode comunicar aos seus seguidores sobre as ações que vinha desenvolvendo ao longo de sua trajetória, e também sobre as atividades desenvolvidas no período pandêmico, possibilitando a divulgação de eventos, como as três *lives* realizadas pela equipe. A próxima seção destina-se a apresentar as estratégias desenvolvidas pelo núcleo referentes a essas divulgações nas redes sociais.

3 FORTALECENDO IDENTIFICAÇÕES ATRAVÉS DO “RELEMBRANDO O PASSADO”: OS TBTS DO NEDET-UFSM NAS REDES SOCIAIS

Perante um contexto marcado pelo advento da pandemia de Covid-19, a equipe do NEDET-UFSM buscou aprimorar sua inserção e estratégias de divulgação das atividades extensionistas nas redes sociais, a fim de alcançar o público externo e interno da UFSM. Assim, o núcleo passou a publicar periodicamente o “Você sabia?”, Figura 4, através do *Throw Back Thursday* (representado pela *hashtag* #TBT), nome da ferramenta que consiste em publicar imagens antigas nas redes sociais às quintas-feiras para relembrar fatos marcantes.

Figura 4 – Exemplo de postagem do NEDET-UFSM no *Instagram* pelo “Você Sabia?”



Fonte: *Print* da página do NEDET-UFSM no *Instagram*.

O “Você sabia?” é dividido em postagens que apresentam fotografias das atividades, reuniões e exposições que foram organizadas pela equipe. Para melhor comunicar à comunidade externa sobre as atividades, as postagens realizadas nas plataformas do *Instagram* e do *Facebook* eram acompanhadas de pequenos textos que descreviam as ações, indicando o ano do acontecimento. Como estratégia para aumentar o alcance das postagens nas redes sociais, o NEDET-UFSM utilizou estratégias como as *hashtags* responsáveis por indicar a ligação das ações à Universidade Federal de Santa Maria e a Extensão Universitária, dando atenção aos horários de postagem, preferindo os horários de maior utilização das redes pelo público em geral.

Em suma, ao utilizar dos *TBTs*, o NEDET-UFSM usufruiu de um novo instrumento de comunicação com e para a sociedade, através de um processo informativo, cultural, científico e político, promovendo assim a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade, superando assim o discurso da hegemonia acadêmica.

4 A IMPORTÂNCIA DAS LIVES NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19 E O CANAL DO NEDET-UFSM NO YOUTUBE

As *lives* ampliam as possibilidades de democratizar a participação, a audiência e a oportunidade de construir o conhecimento de modo coletivo, ficando disponível para livre acesso na página do NEDET UFSM no *Youtube*, atingindo um público maior e possibilitando apresentar os conteúdos tanto em formato síncrono quanto assíncrono. Durante o período da pandemia de Covid-19, o NEDET-UFSM promoveu a organização de três *lives*, duas das quais foram inseridas em programações de eventos maiores, organizados por atores parceiros do núcleo. Na exposição que segue, busca-se explicitar as motivações que levaram o NEDET a organizar as *lives*, as relações de parceria que foram estabelecidas para realização da *lives* e as contribuições da realização dos eventos para a atuação do NEDET.

4.1 A VISIBILIDADE DA CONDIÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA E REFLEXÕES SOBRE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

O período da pandemia de Covid-19 pode ser considerado particularmente crítico para as comunidades quilombolas pois ocorreu numa conjuntura de desmonte das políticas sociais e agrárias do governo federal. A situação geográfica de isolamento social da maior parte das comunidades quilombolas contribui para a invisibilidade de sua condição no âmbito político. Tendo em vista o distanciamento social e a restrição dos deslocamentos presenciais às comunidades, a equipe do NEDET considerou importante aproximar sua equipe e o público em geral da realidade dessas comunidades, com ênfase ao conhecimento das formas como estavam vivenciando a pandemia.

A opção foi por tratar da condição quilombola de forma mais ampla, não se limitando às comunidades quilombolas do Território Centro Serra. Para tanto, além de contar com representante das comunidades quilombolas do Centro Serra, foi estabelecida uma articulação com a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) para participação de representante dessa organização. A CONAQ, criada em 1996, é uma organização que representa a maior parte da população quilombola no Brasil, estando presente em 23 unidades federativas brasileiras. Essa coordenação articula-se em prol da garantia de cumprimentos dos direitos quilombolas, promovendo o diálogo entre a sociedade e o governo sobre as pautas quilombolas, como a regularização das terras quilombolas e uso comum do território, entre outras (CONAQ, 2021).

Assim, a primeira *live* organizada pelo NEDET-UFSM, Figura 5, aconteceu no dia 22 de maio de 2020, sob o título de *A inclusão produtiva e desafios das comunidades quilombolas frente à pandemia de Covid-19 e ao Governo Bolsonaro*⁸, sendo mediada por Lucas Moretz-Sohn David Vieira. A *live* contou com a participação de:

José Marcos Froehlich, professor do PPGEExR – UFSM e coordenador do NEDET-UFSM, que abordou o seguinte tema: A trajetória do Núcleo de Estudos e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Territorialidades (NEDET) da UFSM e as atividades durante a pandemia de *Covid-19*.

⁸ A *live* está disponível na plataforma do youtube e pode ser acessada na íntegra através do link: https://www.youtube.com/watch?v=f2PmxUIRwHE&ab_channel=NEDETUFSM

Fernanda Miranda, mestranda em Extensão Rural (PPGExR/UFSM), integrante do NEDET/UFSM e representante das Comunidades Quilombolas Linha Fão, em Arroio do Tigre-RS, e Júlio Borges, em Salto do Jacuí-RS, que abordou a apresentação das Comunidades Linha Fão, Arroio do Tigre e a pandemia de Covid-19.

Jhonny Martins de Jesus, técnico em Agropecuária, formado pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB-MS), militante da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), agricultor familiar e representante da Comunidade Quilombola Salinas, Campinas-PI, que abordou o seguinte tema: os desafios para a inclusão produtiva em Comunidades Quilombolas frente à pandemia do Covid-19 e as medidas adotadas pelo governo Bolsonaro no que se refere a esse público.

Figura 5 - Capa da *live* A inclusão produtiva e desafios das comunidades quilombolas frente à pandemia de Covid-19 e ao Governo Bolsonaro



Fonte: Arquivos do NEDET-UFSM.

Além de atualizar a equipe do NEDET em relação à condição das comunidades quilombolas, a *live* foi divulgada junto ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM e ao CONAQ, com vistas à maior visibilização, buscando atingir um público mais amplo e comunicar-lhe sobre a condição quilombola nos meses iniciais da pandemia de *Covid-19*.

Em síntese, a primeira *live* realizada pelo NEDET-UFSM oportunizou a discussão sobre como as comunidades quilombolas estão articulando a inclusão produtiva e os desafios impostos no atual cenário do novo coronavírus e do governo Bolsonaro, principalmente com relação aos retrocessos que essas vivenciam, levando essas temáticas a um público mais amplo e diversificado, o qual dificilmente atingiria de forma presencial.

4.2 AVALIANDO ALTERNATIVAS DE MERCADO PARA ALIMENTOS: CIRCUITOS E CONEXÕES.

O trabalho com as comunidades quilombolas do Território Centro Serra orientado à identificação de produtos com potencialidade de ativação e empreendimentos agroindustriais apontou para a importância da estrutura dos mercados na viabilização dessas iniciativas. O reconhecimento da importância da estrutura dos mercados tem levado pesquisadores de diferentes partes do mundo a investigar o tema, especialmente pelo estudo de experiências inovadoras. Com sensibilidade para a importância do tema e frente a uma demanda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, o NEDET organizou uma *live* intitulada “Territórios e Alimentação: Circuitos e Conexões”⁹, visando a troca de experiências sobre formatos alternativos de mercados.

Assim, a segunda *live* promovida pelo NEDET-UFSM, Figura 6, contou com a promoção e parceria do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM, tendo ocorrido como parte integrante do projeto de *lives* semanais do PPGEr, sendo realizada no dia 13 de novembro de 2020, sendo mediada por Lucas Moretz-Sohn David Vieira. A edição da *live* contou com a participação de:

José Marcos Froehlich, professor do PPGEr – UFSM e coordenador do NEDET-UFSM UFSM, onde abordou o seguinte tema: a abordagem territorial do desenvolvimento: a experiência brasileira.

⁹ A *live* está disponível na plataforma do *Youtube* e pode ser acessada na íntegra através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=zvRp8RiM9ow&ab_channel=NEDETUFSM>.

Gilles Maréchal, consultor cooperativo e independente sobre temas alimentares territoriais – Terralim, e pesquisador associado: Laboratório *Espaces et Sociétés – Centre national de la recherche scientifique* (CNRS/França). Tratou do tema: Os projetos Agroalimentares Territoriais (PAT) na França e os impactos da Pandemia.

Gustavo Pinto da Silva, professor do colégio politécnico da UFSM e coordenador da PoliFeira, abordou sobre o tema: Territorialização do circuito de produção e consumo: a PoliFeira do Agricultor.

Figura 6 - Capa da *live* Territórios e Alimentação: Circuitos e Conexões

LIVE PPGExR

LINHA DE PESQUISA 3
DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

TEMA
Territórios e Alimentação
– Circuitos e Conexões

SEXTA FEIRA | NOV 13 | 14H

Programa de Pós-Graduação EXTENSÃO RURAL

NEDET

José Marcos Froehlich
Professor da UFSM e coordenador do NEDET.

Gilles Maréchal
Terralim e pesquisador Associado do CNRS/França.

Gustavo Pinto da Silva
Professor do Colégio Politécnico/UFSM e coordenador do projeto PoliFeira.

MEDIADOR
Lucas Moretz-Sahn
David Vieira
Doutorando do PPGExR/UFSM e membro do NEDET/UFSM.

Fonte: Arquivos do NEDET-UFSM.

Em suma, essa *live* promovida pelo NEDET-UFSM trouxe interessantes debates acerca do desenvolvimento territorial e a importância de políticas públicas e o engajamento social e político para a construção de projetos de comercialização que englobem tanto o acesso da população a produtos agrícolas de qualidade, promovendo assim a saúde da mesma, quanto para se planejar os territórios e sua sustentabilidade energética, e sobre as modalidades de fomento à produção ecologicamente sustentável e inclusão socioprodutiva das comunidades e territórios ditos carentes. Além do mais, a *live* também proporcionou uma troca de ideias e debates em caráter internacional, atingindo assim, novamente, um público que certamente não atingiria no formato presencial, contando com a participação de estudantes de graduação, pós graduação, técnicos e professores, além de participantes da comunidade externa à UFSM e ao Brasil.

4.3 POSSIBILIDADES DO CONSUMO POLÍTICO NO MERCADO DE PRODUTOS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Um dos pontos que tem despertado grande interesse acadêmico e econômico refere-se à potencialidade do “consumo político” que, genericamente, se fundamenta na identificação do consumidor com a proposta com a qual o produto procura se identificar. Nesse sentido, busca-se sensibilizar e mobilizar o consumidor para apoio (através da seleção dos produtos consumidos) às causas mais diversas, incluindo a proteção da natureza, dos trabalhadores ou em favor de grupos sociais específicos. Ou seja, o consumo político é abordado enquanto percepção, e o uso das práticas e escolhas de consumo como uma forma de participação na esfera pública. Trata-se de uma tentativa de dar concretude à adesão e a valores em prol de melhorias sociais e ambientais, materializando-os e tornando-os públicos.

Essas estratégias geralmente implicam o uso de “selos” que permitem diferenciação de produtos que, sem esses, não poderiam ser corretamente identificados pelo consumidor. No Brasil há diversas experiências de uso de selos para diferenciação de produtos de origem quilombola, entretanto são poucos os estudos avaliativos sobre o potencial dessa estratégia. Considerando a tradição de criação de um espaço para discussão da questão quilombola na FEICOOP, em 2020 optou-se por trazer para esse espaço a

discussão do consumo político de produtos quilombolas, reunindo experiências e avaliações de seu potencial.

No dia 14 de dezembro de 2020, foi realizada a *live* intitulada “Consumo Político e reconhecimento socioproductivo de Comunidades Quilombolas: estratégias e desafio”¹⁰, organizada pelo NEDET UFSM, com o apoio da CONAQ, promovido pela Feira Latino-Americana de Economia Solidária (FEICOOP), Figura 7, tendo como mediador o Dr. José Marcos Froehlich, professor no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e nos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural e em Ciências Sociais da UFSM e Coordenador do Núcleo de Estudos e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Territorialidades. A *live* contou com a participação de:

1. Lucas Moretz-Sohn David Vieira – Mestre e Doutorando em Extensão Rural (UFSM); integrante da equipe NEDET-UFSM, na qual abordou o seguinte tema: Consumo Político e o Panorama dos Selos Distintivos de Qualidade no Brasil.

2. Ivonete Carvalho – Quilombola, Ex-Secretária de Políticas para Comunidade Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), na qual abordou o seguinte tema: O Selo Quilombos do Brasil – História e Trajetória.

3. Maria do Socorro Nascimento – Liderança Quilombola (CONAQ) e Gestora de Ações Afirmativas da Secretaria Estadual de Igualdade Racial do Maranhão (SEIR), na qual abordou o seguinte tema: O Selo Quilombos do Maranhão – Experiência e Desafios.

10 A *live* está disponível na plataforma do *Youtube* e pode ser acessada na íntegra através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=yDFzjNQON2o&ab_channel=NEDETUFSM>.

Figura 7 - Capa da *live* Consumo Político e reconhecimento socioprodutivo de Comunidades Quilombolas: estratégias e desafios



Fonte: Arquivos do NEDET-UFSM.

Por meio das exposições, elucidou-se ao público que, em novembro de 2018, por meio da Portaria nº 654, fora instituído o Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF), com a solicitação do selo através do *site* Vitrine da Agricultura Familiar. Com o SENAF, o selo Quilombos do Brasil foi destituído e passou a se chamar SENAF Quilombola. Com essa modificação não foram mais emitidos registros para as comunidades quilombolas (BRASIL, 2018).

A *live* organizada pelo NEDET-UFSM e promovida pela FEICOOP contribuiu ao debate acerca do consumo político, do reconhecimento socioprodutivo de comunidades quilombolas e da importância dos selos para as comunidades tradicionais. Possibilitou, também, o diálogo entre as perspectivas e estudos no Rio Grande do Sul e no Maranhão, comunicando os saberes que ultrapassam as fronteiras de atuação do NEDET e da UFSM.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já abordado, os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela Pandemia do Covid-19, surgindo assim a necessidade de migrar as ações extensionistas do NEDET-UFSM ao trabalho remoto e adequar a extensão universitária à nova realidade. Com isso, viu-se emergir a urgência de adaptar e reconfigurar as estruturas, estratégias de gestão e práticas comunicativas com o público externo.

Nesse contexto o NEDET-UFSM promoveu a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão através das redes sociais como estratégia para avançar na construção da interlocução social durante o período de distanciamento social. A internet associada às redes sociais e às suas ferramentas, como as *lives*, apresentaram-se como ferramentas de suporte às ações extensionistas durante a pandemia de *Covid-19*, garantindo a formação e informação sociocultural com a comunidade interna e externa, contribuindo na consolidação de uma universidade cidadã e na promoção dos diálogos referentes às temáticas importantes ao núcleo.

Edgar Morin (1991, p. 20) afirma que “[...] a interação dialógica entre os sujeitos participantes de uma ação regenera o conhecimento compartilhado assim como regenera os próprios sujeitos envolvidos pelo conhecimento”.

Assim, pode-se destacar a importância da comunicação no NEDET-UFSM, como ferramenta facilitadora de diálogos transdisciplinares, da participação popular, da cooperação entre pesquisadores, estudantes e comunidades tradicionais, contemplando, desse modo, um dos princípios da extensão universitária, segundo o Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012, p. 28), a ação cidadã das Universidades que “[...] não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos”, firmando assim o compromisso do NEDET-UFSM com sua atuação extensionista e respeito às medidas de contenção do *Coronavírus*, marcadas pela urgência em repensar a extensão universitária. Com isso, as mídias sociais se caracterizaram como uma possibilidade para facilitar a interação dialógica, a transdisciplinaridade e a interprofissionalidade, ganhando destaque como ferramentas de ação frente a atual conjuntura do Brasil e do mundo.

Em síntese, os espaços virtuais, como as *lives*, impulsionaram a comunicação do NEDET para além de suas fronteiras, promovendo espaços de comunicação de saberes que integravam no mundo virtual agentes e

entidades geograficamente separados, fortalecendo a teia do desenvolvimento territorial e da extensão universitária, possibilitando ainda que ouvintes de qualquer localização interagissem com os palestrantes e mediadores por meio de ferramentas (*chat*) do *Youtube*.

A utilização das redes sociais pelo NEDET-UFSM, principalmente por meio das *lives* realizadas no canal do *Youtube*, apontou novas possibilidades de trazer ao público temas específicos não usuais na mídia, aproximando o público dessas temáticas e possibilitando maior entendimento acerca dessas, promovendo também aproximação entre comunidades quilombolas distantes entre si e suas experiências. Contudo, entende-se que essas novas possibilidades apontadas devem ser futuramente investigadas e exploradas no futuro.

Abordando sobre a Extensão Universitária, Santos (2004, p. 54) deslinda que as universidades devem atribuir, através da extensão universitária, “uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural”, é nesse sentido que o NEDET-UFSM integra e comunica, de forma transdisciplinar, os saberes das comunidades quilombolas com as quais teve a oportunidade de trabalhar, trazendo à tona experiências que ilustram a importância da extensão universitária e a promoção do desenvolvimento territorial, da inclusão produtiva de comunidades quilombolas, do reconhecimento de suas produções e da participação popular.

Por fim, observa-se que espaços interdisciplinares como os gerados pelas postagens do NEDET-UFSM nas redes sociais, como os *TBT's* e as *lives*, geram oportunidades de democratizar a participação e a construção de conhecimento. As *lives* organizadas pelo NEDET-UFSM durante o ano de 2020 constituíram-se como atividade complementar às ações de extensão universitária desenvolvidas junto às comunidades quilombolas para a valorização da identidade cultural e transformação de suas condições materiais de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Portaria Nº 654, de 9 de novembro de 2018. Institui o Selo Nacional da Agricultura Familiar - SENAF e dispõe sobre os procedimentos relativos à solicitação, renovação e cancelamento. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, Edição 217, p. 2, 12 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/49985388/do1-2018-11-12-portaria-n-654-de-9-de-novembro-de-2018-49985082>. Acesso em: 23 abr. 2021.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADE NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (CONAQ). **Quem somos**. Brasília: CONAQ, 2021. Disponível em: <<http://conaq.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 16 mar. 2021.

MORIN, Edgar. **O método IV As ideias**: a sua natureza, vida, habitat e organização. Publicações Europa América, Portugal, 1991.

SANTOS, Boaventura Souza. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004.



UFSM
Pró-Reitoria de
Extensão